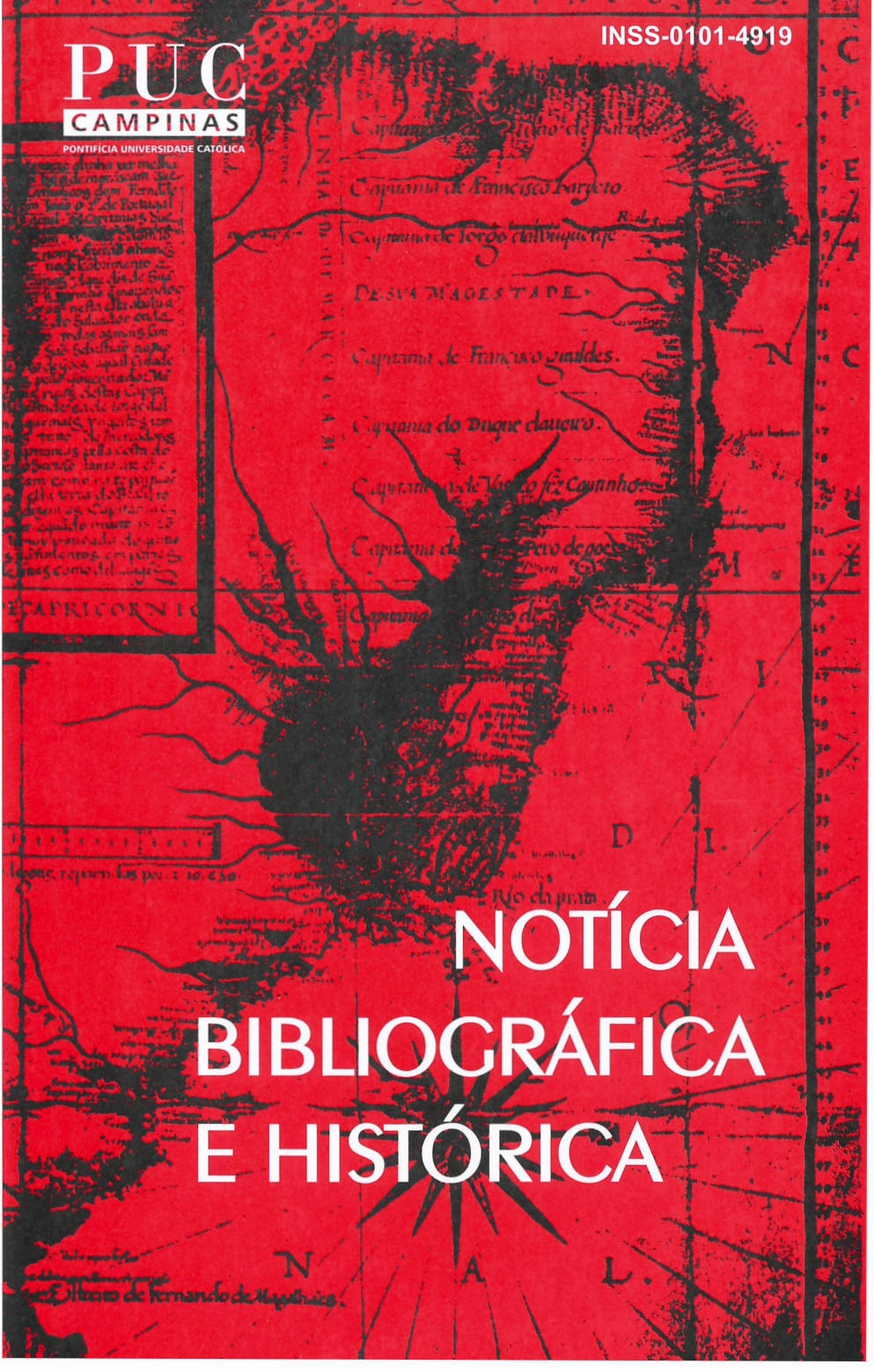
INSS-0101-4919

PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas ANO XXXVII Nº 199 p. 359-550 OUTUBRO/DEZEMBRO/2005

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER
Dom Bruno Gamberini

MAGNÍFICO REITOR
Prof. Pe. José Benedito de Almeida Daivd

VICE-REITOR
Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Prof. Marco Antonio Carnio

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Profª Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
Diretora Adjunta: Profª Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE HISTÓRIA
Diretora: Profª Lilia Inês Zanotti de Medrano

EDITOR/EDITOR
Prof. Odilon Nogueira de Matos

EDITOR ASSOCIADO/ASSOCIATE EDITOR
Profª Lilia Inês Zanotti de Medrano

CONSELHO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD SCIENTIFIC

Prof. Artur José Renda Vitorino - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Érsio Lensi - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Fábio Henrique Lopes - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Ivone Cecília D'Avila Gallo - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. João Miguel Teixeira de Godoy - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Lilia Inês Zanotti de Medrano - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Paulo Cosiuc - FH - CCH - PUC- Campinas
Prof. Pedro Eduardo Portilho de Nader - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Ruy Rodrigues Machado - FH - CCH - PUC-Campinas

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Editor
Prof. ODILON NOGUEIRA DE MATOS
Editor Associado
Profª LILIA INÊS ZANOTTI DE MEDRANO
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXVII - Nº 199 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 2005

SUMÁRIO

ARTIGOS

Tratamento musical de alguns textos litúrgicos. 363
Odilon Nogueira de Matos

Comunicação sobre o Concílio Vaticano II. Em comemoração aos seus quarenta anos de encerramento. 367
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

O patrimônio em questão: a ocupação da Estação Guanabara. 383

Notas das inter-relações entre finanças e política na formação de uma economia capitalista: Oeste Paulista, 1850-1880. 403
Artur José Renda Vitorino

A imigração Argentina para Campinas (1860-2000). Reflexões metodológicas. 423
Lilia Inês Zanotti de Medrano

El Dorado Espiritual. Motolínia e o milenarismo na América espanhola. 437
Marcus Vinicius Morais

Napoleão Bonaparte e a Revolução Pernambucana de 1817 459
Vasco MARIZ

Imigração e Escravidão no Oeste Paulista. (1864-1888) 471
Tatiana de Almeida Amábile e Artur José Renda Vitorino

Imigração italiana e indústria. Argentina na virada dos séculos XIX e XX. 489
Tatiana Aranha Romero Bettanin e Lilia Inês Zanotti de Medrano

Imagens sobre o trabalhador livre nacional durante as últimas décadas da escravidão (Oeste Paulista, 1850 - 1888) 507
Milena da Costa Caldas e Artur José Renda Vitorino

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

Maximilian Beschoren (1847-1887) 519
Odilon Nogueira de Matos

Adriano Baldi (1782-1848) 521
Odilon Nogueira de Matos

HISTÓRIA E MEMÓRIA

História e Memória em Campinas 523
Paulo Cociuc

TEXTOS

Observação sobre o tráfico de escravos e descrição do estado da escravidão no Brasil 531
George Wilhelm Freyreiss

O Congresso de Viena (1814-1815): o Congresso que dança. 532
Conde de A. Lagarde-Chambonas.

RESENHAS

SENA, Paulo Sérgio de. *Diálogos na fronteira sócio-ambiental: ensaios*. Lorena, SP: Stiliano, 1999. 533
Luis Alberto Jorge

VASCO MARIZ. *Ensaios históricos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2005. 538
Paulo Roberto Pereira

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

438. Evocando um compositor "gracieux" 541
Odilon Nogueira de Matos

439. O Livro do Engenheiro Dodt 542
Odilon Nogueira de Matos

440. Bandeiras e Monções 543
Odilon Nogueira de Matos

441. Um historiador catarinense 544
Odilon Nogueira de Matos

INSTRUÇÕES AOS AUTORES 547

TRATAMENTO MUSICAL DE ALGUNS TEXTOS LITÚRGICOS

Odilon Nogueira de MATOS

Entre os textos litúrgicos adotados pela Igreja Católica para os seus ofícios religiosos, tanto para as matinas como para as Vésperas, alguns existem que, há séculos vêm merecendo a atenção de pesquisadores das mais variadas nacionalidades, escolas e tendências, refletindo em suas obras, a importância dos temas religiosos como fonte de inspiração musical. Estão neste caso os textos destinados aos ofícios de "Véspera", extraídos dos salmos 110, 111,112, 113, e 117 e São Lucas e que se tornou universalmente conhecido por *Magnificat.*

Convém lembrar, de início, que o Cristianismo, mais do que qualquer outra religião valorizou a música como instrumento de culto. Através dos séculos, ora com maior ou com menor intensidade, sempre foi seguida, pelas diversas confissões cristãs, a recomendação apostólica que se encontra na carta de São Paulo aos cristãos de Éfeso: "Enchei-vos do Espírito Santo, falando entre vós mesmos em salmos e hinos e em canções espirituais, cantando e louvando ao Senhor". As próprias querelas que, durante séculos, agitaram as igrejas cristãs quanto ao interesse religioso da música confirmam essa preocupação do Cristianismo. Querelas musicais que conduziram muitas vezes a medidas extremas, como a do Concílio de Trento expurgando a Igreja de quase toda a música então utilizada, salvando-se desse expurgo apenas a figura grandiosa de Palestina. Outras vezes, sem chegar a tais medidas extremas, fizeram com que muitas confissões protestantes relutassem em utilizar outros cânticos além dos salmos (só estes seriam "inspirados") ou que a Igreja Ortodoxa só muito tardiamente aceitasse as composições de um *Arcanhgelsky,* considerado hoje o maior compositor desse ramo de Cristianismo.

Surge aqui, pois logo de início, um primeiro problema com relação à música religiosa: a distinção entre os "salmos" e os "hinos". Esta última denominação aplicou-se aos cânticos não bíblicos, com textos em verso e nos quais o elemento musical tinha um papel mais importante que há salmodia. Acredita-se que, a princípio, tais hinos não eram propriamente destinados ao culto oficial, mas às reuniões particulares, para a edificação dos fiéis, porém realizadas fora dos templos. Os mais antigos hinos cristãos que chegaram até nós são atribuídos a Clemente de Alexandria. Todavia foi com Ambrósio, o santo bispo de Milão, também a de Roma desenvolveu grande atividade nos domínios da música eclesiástica. Assim, Silvestre fundou na Cidade Eterna a "Schola Cantorum" e os papas Dâmaso e Celestino contribuíram para a introdução de novos cânticos. Não se pode saber, contudo, com exatidão, quando foi fixado o "proprium missae": sabe-se, entretanto, que nos séculos V e VI diversos papas ocuparam-se com a parte musical da liturgia, sendo todos estes ensaios e tentativas coordenados por aquele que deu o seu nome ao canto católico - Gregório. A este grande papa coube, entre outras coisas, regular definitivamente a ordem da missa e dos demais ofícios religiosos, bem como reorganizar a "Schola" de seu antepassado Silvestre.

O ofício de "Vésperas" data, pois, como os demais do culto católico, dos tempos de Gregório. Como vimos, seus textos são extraídos de cinco salmos e do capítulo primeiro do Evangelho de São Lucas. Os salmos são conhecidos pelas suas primeiras palavras: "Dixit" (110), "Confitebor" (111), "Beatus Vir" (112), "Laudate Pueri" (113) e "Laudate Dominum" (117). Estes salmos de David figuram entre as mais belas páginas do Velho Testamento e se a Igreja Católica os adotou nessa ordem para o ofício das vésperas foi justamente porque exprimem os sentimentos mais íntimos de devoção, de piedade, de regozijo, de louvor, que estavam na alma do grande rei-poeta e que devem, também, segundo deseja a religião, estar presentes no coração de todos os que crêem no Senhor. A hora em que devem ser cantados é a mais propícia à comunhão com Deus. Para outros ofícios destinados a outras horas do dia, não teriam eles a mesma significação. Aliás, neste particular, a liturgia católica foi sempre muito feliz, aproveitando com real senso de oportunidade, os momentos psicologicamente mais adequados ao culto. Para completar a beleza do ofício, lembremos que essa liturgia é encerrada com o grandioso cântico da Virgem, o sublime "Magnificat", que constitui uma das páginas mais sublimes e de maior beleza do Novo Testamento.

Compreende-se, assim, que compositores das mais variadas nacionalidades, escolas e tendências tenham se inspirado nesses textos e alguns em todos eles, realizando obras cíclicas, outros apenas em algumas partes do ofício. Alguns exemplos colhidos no repertório imenso da música religiosa: o Salmo 110, "Dixit", inspirou a Vivaldi e a Mozart; o 112, "Beatus Vir", a Monteverdi e a Vivaldi; o 117, "Laudate Dominus", a Monteverdi, Mozart e Verdi; o "Magnificat" a Monteverdi, Bach, Buxtehude, Palestrina e Pergolesi.

Mozart foi o único dos grandes compositores que se interessou em musicar todo o ofício das "Vésperas", fazendo-o em duas obras que podem ser consideradas entre as mais belas deixadas pelo gênio de Salzburgo - a "Vespera de Dominnica" e a "Vesperae Solemnes de Confessore", registradas, respectivamente, sob os números 321 e 339 no Catálogo de Koechel.

Devemos salientar que os trabalhos de Mozart como músico de igreja são tão importantes como suas obras nos domínios da ópera, da sinfonia e da música de câmara, as quais trazem a marca de um gênio extraordinário. Considerando o fato que seus serviços como pianista, compositor e regente eram constantemente solicitados, é um verdadeiro milagre que esse homem excepcional tenha sido capaz de produzir nada menos que 60 composições religiosas (algumas de grandes proporções) incluindo missas, kyries, motetes, salmos, vésperas, ofertórios, litanias e outras. Grande parte dessa produção foi escrita para Salzburgo, onde exerceu por algum tempo o cargo de "*Kapellmeister*" da corte arquiepiscopal. Entre elas, as duas "Vésperas", escritas em 1779 e 1780. Mozart sentiu muito bem as dificuldades que um compositor deveria ter para musicar todos os textos das "Vésperas", tendo em vista, principalmente a duração do ofício. Tais dificuldades, ao lado de outras derivadas da própria situação em que se encontrava obrigado, em geral, a escrever música por encomenda e a conciliar sua inspiração com o gosto nem sempre muito apurado da Sé de Salzburgo, são expostas na correspondência com o seu mentor, o Abate Martini, a quem Mozart deveu grande parte de sua formação musical.

Na "Véspera De Dominica" (K 321) Mozart usa, ao lado do coro para quatro vozes e solistas, orquestra de cordas. Para as partes extremas - "Dixit" e "Magnificat" - são acrescentados instrumentos de sopro e de percussão. O primeiro salmo é apresentado de maneira heróica; sem o

desenvolvimento temático contínuo, alguns motivos são, entretanto, mantidos e dão efeitos de forma variada. O segundo é uma composição extremamente bela e madura, cheia de fervor sentimental, bem como de simplicidade e pureza de forma, podendo ser considerada, sem exagero, uma das mais impressionantes do que a peça precedente no que se refere à força musical; com grande habilidade, Mozart. O terceiro é de caráter diferente e não menos impressionantes do que a peça precedente no que se refere à força musical; com grande habilidade, Mozart consegue um efeito radiante, simbolizando a justiça e o temor de Deus. O quarto é em estio polifônico, que Mozart adotou nas duas "Vésperas" com real maestria e sem exagero contrapontístico. O quinto é um solo de soprano com acompanhamento de órgão; possui um caráter alegre, de acordo, aliás, com o próprio espírito do salmista quando exclama: "Louvai ao Senhor todas as nações, louvai-o todos os povos, porque a sua benignidade é grande para conosco e a sua verdade permanece para sempre". O "Magníficat" é uma digna conclusão para tão brilhante peça.

Na outra "Véspera" (K 339) Mozart também emprega o coro a quatro vozes, com quarteto vocal e orquestra, incluindo pistões, trombones, tímpanos e órgão. Exceto o famoso "Laudate Dominum", com seu solo de soprano, o tratamento das vozes solistas é em geral no estilo *concertato,* função idêntica a dos solistas no "concerto grosso". A nota festiva e solene é dada pelo salmo 110; o salmo 111 é tratado de maneira dinâmica; uma leve nota é sentida nas partes iniciais do 112, mas por fim a expressão musical torna-se mais grave e solene. O salmo 113 toma a forma de uma fuga. Vem, então, o "Laudate Dominum", que é a parte mais conhecida desta peça habitualmente cantada, isoladamente, nos concertos. O "Magnificat" final é eloqüente e poderoso e, como tal no 321, constitui digna conclusão de tão inspirada obra.

Embora inspiradas nos mesmos textos, as duas "Vésperas" são fundamentalmente diferentes, no espírito, na essência e na forma. Dir-se-ia escritas a longa distância, uma da outra, tão diverso é o tratamento musical que o mestre deu aos textos. Qual delas é superior, é um problema que deverá depender do gosto pessoal de cada um. Ambas são de uma beleza comovedora, frutos de mais lídima inspiração religiosa e da mais profunda compenetração do poder miraculoso da fé cristã. Nossa predileção pela primeira delas (K321) é apenas uma questão de gosto pessoal que não temos o direito de impor a ninguém. Ouça o leitor as duas grandes obras (acessíveis em excelentes gravações) e tire, por si, as conclusões.

COMUNICAÇÃO SOBREO CONCÍLIO VATICANO II.

Em comemoração aos seus quarentas anos de encerramento

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves[1]

Resumo

O objetivo do autor neste artigo é apresentar uma metodologia de pesquisa referente ao Concílio Vaticano II, apontando para suas fontes, a estrutura de uma pesquisa e seus pontos fundamentais. Para isso, explicita a relevância histórica e eclesial desse Concílio, expondo infra-estrutura do conteúdo conciliar no que se refere às fontes, ao conteúdo teológico e aos comentários históricos, teológicos e pastorais. Apresenta ainda os aspectos fundamentais desse evento tão relevante para a História da Igreja.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II, análise histórico-teológica, *aggiornamento*, fontes documentais, história.

Abstract

The objectiv of the actor in this article is show a methodologie of research about the Second Vatican Council, showing for their sources, the structure of a research and their importants aspects. Therefore, show the historical and in the Church importance about this Council, showing the infrastructure of the council contents about the sources, the theological contents and the historic, theological and pastoral commentarys. Show too the fundamentals aspects of this big important event to the history of the Church.

Key words: Second council Vatican, historical-theological analisys, *aggiornamento*, sources of documents, history.

[1] Brasileiro, licenciado em Filosofia e bacharel em Teologia pela PUC-Campinas, mestre em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo (SP), Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma (Itália). É professor de Teologia Sistemática e Diretor do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas. É também membro da coordenação da Escola Diocesana de Teologia de Limeira (SP). Escreveu vários artigos teológicos em revistas teológicas e em livros produzidos por vários autores. É autor de *Liberationis Mysterium. O projeto sistemático da teologia da libertação. Um estudo teológico na perspectiva da regula fidei*, PUG, Roma 1997. Organizou com José Trasferetti *Teologia na Pós-Modernidade. Abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*, Paulinas, São Paulo 2003; e com Vera Ivanise Bombonatto *concílio Vaticano II. Análise e prospectivas*, Paulinas, São Paulo 2004.

1. Introdução

O Concílio Vaticano II é sem dúvida um dos maiores eventos da Igreja no século XX. O anúncio de João XXIII no dia 25 de janeiro de 1959 durante a celebração eucarística da festa da natividade São Paulo, na Basílica São Paulo Fora dos Muros em Roma, Itália, de que realizaria o 21° Concílio Ecumênico da Igreja, causou surpresa aos membros da Igreja e a membros de outros segmentos. De fato, no Concílio Vaticano I havia sido proclamado o dogma da infalibilidade *ex cathedra* do Papa, propiciando o entendimento de que o século XX já não era mais o momento de realizar um concílio na Igreja. No entanto, a convocação de João XXIII efetuada dia 25 de dezembro de 1961 por meio de constituição apostólica[2] realçou a necessidade da Igreja abrir-se aos sinais dos tempos e dialogar com o mundo, efetivando assim seu verdadeiro *aggiornamento* em relação às diferentes mutações históricas, e mostrando a sua verdadeira vitalidade. Esse evento foi o maior Concílio entre todos os já ocorridos na Igreja, contando com a participação de mais de 2000 pessoas – bispos, peritos, observadores, convidados – e possuindo uma conotação pastoral e não meramente dogmática como acontecera em Concílios anteriores. Emergia então, um modelo eclesiológico que não se caracterizava mais como *societas perfectas*, conforme ocorrera no Concílio de Trento (1545-1563), mas como modelo de "Comunhão" marcado por estruturas participativas, pela capacidade de escutar o mundo, de inserir-se nele e promover a unidade das Igrejas cristãs, das religiões e todo o gênero humano. Por isso, o Concílio Vaticano II gerou esperança para os cristãos e para os não cristãos também. Seus frutos estão já presentes na história, pois o seu espírito comunitário, participativo e profético marcou a Igreja em todo o mundo, especialmente na emergência das teologias contextuais, da Igreja dos Pobres, da busca de uma missão *ad Gentes* efetivamente inculturada, da promoção do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, do diálogo da fé com as ciências – eliminando a postura apologética de recusa ou condenação das aporias científicas – e pela necessidade de tornar o Reino de Deus cada vez mais uma realidade presente na história.

Diante do exposto acima, pretende-se neste artigo explicitar uma metodologia de pesquisa que denote a relevância do Concílio

[2] JOÃO XXIII, *Constituição Apostólica Humanae Salutis*, in *AAS* 54 (1962), pp. 5-13.

Vaticano II na história da Igreja e sua incidência social, apontando o perfil teológico e eclesial desse evento. Para atingir o objetivo acima descrito, partir-se-á das indagações a respeito da infra-estrutura do conteúdo: as diferentes fontes de pesquisa, os comentários e as obras denotativas de um conteúdo posterior ao próprio Concílio. O objeto material da pesquisa certamente levará ao objeto formal estruturado na pesquisa: as causas da convocação e do não término do Concílio Vaticano I, do seu desdobramento no interior da crise modernista e da especulação teológica, a dinamicidade eclesial que propiciaram a emergência do Concílio Vaticano II e os elementos que deram corpo ao Concílio nas diferentes formas de teologia e de ser da Igreja de Cristo, peregrina nesta terra.

Espera-se então, que nas pesquisas histórica e teológica, o Concílio Vaticano II seja alvo de interesse intelectual, científico e pastoral, pois o seu espírito propiciou à Igreja uma nova maneira de se colocar a si mesma diante do mundo, de ver esse mesmo mundo com uma fé imbuída de esperança na construção do *novum*, da efetiva utopia tão presente na categoria teológica Reino de Deus.

2. A infra-estrutura do conteúdo

A precisão de uma pesquisa exige a verificação analítica dos documentos fontais do Concílio Vaticano II, de outros documentos do Magistério que norteam as fontes, apoiando-se nas obras de historiadores e teólogos que trabalharam seriamente sobre o referido Concílio.

Torna-se necessário então que se leve a cabo os documentos conciliares, dos papas e das congregações vaticanas que se pronunciaram sobre a teologia e a Igreja referente aos eventos que estão no contexto do Concílio Vaticano II, a saber: as constituições dogmáticas do Concílio Vaticano I[3] nas quais se apresentam os ensinamentos sobre a articulação entre fé e a razão e a formulação dogmática sobre a infalibilidade papal, as cartas encíclicas fundamentais de Leão XIII[4], os documentos da crise modernista no período do Papa Pio X[5], as manifestações do Papa Bento

[3] CONCÍLIO VATICANO I, Constituição dogmática *Dei Filius*, in *DZ* 3030-3045; ID., Constituição dogmática *Pastor Aeternus*, in *DZ* 3050-3075.

[4] LEÃO XIII, Carta encíclica *Aeterni Patris*, *Dz* 3135-3140; ID., Carta encíclica *Rerum Novarum*, *AAS*

[5] SAGRADA E SUPREMA CONGREGAÇÃO ROMAM E UNIVERSAL INQUISIÇÃO, Decreto *Lamentabili*, in AAS 40 (1907), pp. 470-478; PIO X, Carta encíclica *Pascendi domi gregis*, in *AAS* 40(1907), pp. 596-650; ID, Motuproprio *Sacrorum Antistitum*, in *AAS* 2(1910), pp. 655-680.

XV referentes à superação da primeira guerra mundial[6], as cartas encíclicas de cunho social e dogmático de Pio XI[7], o magistério de Pio XII[8] referente ao método histórico crítico a ser utilizado na exegese bíblica e às formulações dogmáticas, o ensinamento social de João XXIII[9] e o ensino dogmático de Paulo VI[10], visto historicamente como fundamental no desenvolvimento da eclesiologia do concílio Vaticano II. Ademais, torna-se necessário o estudo das cartas encíclicas e das exortações sinodais de Paulo VI e de João Paulo II que foram diretamente reflexos do Concílio[11]. Para isso, são utilizadas fontes e instrumentos de fundamentação da pesquisa. As fontes estão divididas em seis. A primeira é a Collectio Lacensis[12] e a Collectio Mansi[13], nas quais são encontradas as atas, os esquemas preparatórios para os trabalhos do Concílio Vaticano I e suas respectivas emendas, e as duas constituições dogmáticas *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*. Neste material encontram-se os dados referentes ao número e aos nomes dos participantes do Concílio, as suas manifestações verbais e escritas, os termos teológicos precisos dos esquemas e das constituições. As outras quatro fontes são: o *Conciliorum Oecumenicorum*[14] o *Enchiridion delle Encicliche*[15], o *Enchiridion Vaticanum*[16] e o DENZINGER[17]. O *Conciliorum Oecumenicorum* permite encontrar as Constituições, os decretos e declarações do Concílio Vaticano II – assim como de todos os outros concílios ecumênicos da Igreja, na

[6] BENTO XV, Carta encíclica *Quod iam diu*, in *AAS* 10 (1918), pp. 473-474.
[7] PIO XI, Carta encíclica *Quadragésimo Anno*, in *AAS* 23 (1931), pp. 177-228; ID, Carta encíclica *Mit brennender Sorge*, in *AAS* 29 (1937), pp. 145-167.
[8] PIO XII, Carta encíclica *Divino Afflante Spiritu*, in *AAS* 35 (1943), PP. 297-325; ID., Carta encíclica *Humani Generis*, in *AAS* 42 (1950), pp. 561-578.
[9] JOÃO XXIII, Carta encíclica *Mater et Magistra*, in *AAS* 53 (1961), pp. 401-464; ID., Carta encíclica *Pacem in Terris*, in *AAS* 55 (1963), pp. 257-304.
[10] PAULO VI, Carta encíclica *Ecclesiam Suam*, in *AAS* 56 (1964), pp. 609-659.
[11] Na verdade, os pontificados de Paulo VI e de João Paulo II tiveram características, mas ambos viveram o espírito do Concílio. Entre as diversas obras, merecem destaque: PAULO VI., carta encíclica *Populorum Progressio*, in *AAS* 59 (1967), pp. 257-299; ID., Carta encíclica *Octagesima Adveniens*, in *AAS* 63 (1971), pp. 401-441; ID, Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, in *AAS* 68 (1976), pp. 5-76; JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Redemptor Hominis*, in *AAS* 71 (1979), pp. 257-324; ID., Carta encíclica *Laboren Exercens*, in *AAS* 73 (1981), pp. 577-647; ID., carta encíclica Sollicituto *Rei Socialis*, in *AAS* 80 (1988), pp. 513-586; ID., Carta encíclica *Ut unum sint*, *AAS* 87 (1995), pp. 921-982; ID., Carta encíclica *Fides et ratio*, in *OR* 16/10/1998, pp. 25-34.
[12] Collectio Lacensis , vol. VII: *Acta et decreta S. Concilii Vaticani cum permultis aliis documentis ad concilium eiusque historiam spectantibus. Acta et decreta S.*
Conciliorum recentiorum, Freiburg 1890
[13] MANSI, J.D., *Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio*, vol. 49-53, Arhnem 1923-1927.
[14] *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, Bologna 1991.
[15] *Enchiridion delle Encicliche*, vols. 2-8, Bologna 1994-1998.
[16] *Enchiridion Vaticanum*, vols. 1-2, Bologna, Dehoniana 1993-1996.
[17] DENZINGER, H., *Enchiridion Symbolorum. Definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, Bologna, Dehoniana 1995.

forma dos originais com tradução italiana. O *Enchiridion Symbolorum* é uma coletânea resumida de documentos pertencentes a toda a história da Igreja. Encontrar-se-á nele documentos contemporâneos relacionados aos concílios analisados, não encontrados em outras fontes. O *Enchiridion delle encicliche* reúne as encíclicas papais e alguns de seus documentos principais[18] e outros também relevantes para a igreja da época. O *Enchiridion Vaticanum* em seu primeiro volume, reúne todas as constituições dogmáticas, os decretos e as declarações do Concílio Vaticano II, e os discursos e radiomensagens dos Papas João XXIII e Paulo VI. O segundo volume reúne as cartas encíclicas de João XXIII e Paulo VI produzidos durante a realização do Concílio Vaticano II, documentos de renovação pastoral, litúrgica e teológica decorrentes da necessidade conciliar.

Além dessas fontes, uma pesquisa sobre o Concílio Vaticano II está fundamentada em estudos de historiadores e teólogos peritos sobre esse evento. Entre os historiadores está Giuseppe Alberigo[19], da Universidade de Bologna, líder de um projeto de pesquisa acerca do Concílio Vaticano II. Suas obras são caracterizadas pela análise das fontes escritas, pela hermenêutica dos temas pesquisados e pelo desenvolvimento analítico de fontes orais. Outro historiador é Giacomo Martina[20], jesuíta, professor emérito de História da Igreja moderna e contemporânea, na Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Seu método historiográfico proporciona verificar analiticamente a veracidade e a confiabilidade das fontes escritas, utilizando-se do instrumental crítico totalizante. O terceiro é Hubert Jedin[21], historiador alemão, autor de pioneiros livros sobre a Reforma católica e sobre o Concílio Ecumênico de Trento, bem como dos dois concílios Vaticanos. Sustentou uma concepção da história da Igreja entendida como história da salvação. O quarto é Roger Aubert,

[18] Por exemplo no vol. 2 estão todas as 39 cartas encíclicas do Papa Pio IX, a bula *Aeterni Patris* de convocação do Concílio Vaticano I, a bula *Ineffabilis Deus*, definindo o dogma da ImaculadaConceição de Maria e as constituições dogmáticas *Dei Filius* e *Pastor Aeternus*.

[19] ALBERIGO, G., ed., *Storia dei Concili ecumenici*, Bologna, Dehoniane 1990; ID., *Storia del Concilio Vaticano II*. Il cattolicesimo verso una nuova stagione. L'annuncio e la preparazione. Gennaio 1959 – settembre 1962*, Leuven – Bologna*, *Peeters – Il Mulino*1995; ID, *Storia del Concilio Vaticano II. La formazione della coscienza conciliare. Ottobre 1962 – settembre 1963*, Leuven – Bologna, Peeters – Il Mulino 1996.

[20] MARTINA, G., *La Chiesa nelletà dell'assolutismo, del Liberalismo, del Totalitarismo (III-IV)*, Morceliana, Brescia 1970; Id, *Problemi di storiadella Chiesa. Dal Vaticano I al Vaticano II*, Roma 1988; ID, «Il contesto storicoin cui è nata l'idea di un nuovo concilio ecumenico», in LATOURELLE, R., ed., *Vaticano II: Bilancio & prospettive. Venticinque anni dopo. 1962-1987*, Cittadella, Assisi 1987, pp. 27-82.

[21] JEDIN H., *Breve storia dei Concili*, Brescia 1996.

participante exímio da obra de Fliche Martin[22], tendo escrito fundamentalmente sobre a preparação, a organização, o desenvolvimento e os textos do Concílio Vaticano II. Utilizando-se de fontes documentais e comentadores especializados no assunto, o historiador combina o que é necessário para um manual: fatos, correntes, pessoas na sua conjuntura. Na sua pesquisa surge a Igreja *ad extra*, seu contato com a sociedade revolucionária daqueles dias. Sua crítica da Igreja universal e da sua cabeça visível encontra-se dentro de uma inesgotável massa documental.

Além destes quatro historiadores, devem ser utilizadas também três obras que articulam a ciência histórica com a ciência teológica. A primeira foi produzida por Evangelista Vilanova[23], cuja característica principal é a utilização dos documentos, das obras de historiadores e teólogos a partir do método dialético para análise. Sua obra apresenta precisamente o contexto histórico do Concílio, os temas relevantes e a teologia subjacente confrontando-a com a sua contemporaneidade. A segunda obra foi produzida pelos teólogos Bernard Sesboüe e Christoph Theobald[24], cuja preocupação fundamental é suscitar a reflexão teológica subjacente no Concílio. Não há uma exposição profunda acerca do contexto vital dos Concílios, mas o suficiente para que se possa atingir o objetivo desejado pelos autores. A terceira é o trabalho organizado por Rino Fisichella[25] que reúne 16 artigos, cada um escrito por teólogos de várias partes da Europa.

Ademais, não se pode esquecer duas obras recentes de relevante contribuição à história e à teologia do Concílio Vaticano II. A primeira é organizada por Paulo Sérgio Lopes Gonçalves e Vera Ivanise Bombonatto[26], a qual reúne 16 artigos de historiadores e teólogos de várias partes do Brasil, de caráter histórico, teológico, eclesiológico e antropológico do estudado evento. A segunda é a tese de doutorado de

---

[22] FLICHE– MARTIN, *Storia della Chiesa*. La Chiesa del Vaticano II 1958-1978, vol. XXI/1, Milano 1994; ID, *Storia della Chiesa*. La Chiesa del VaticanoII 1958-1978, vol. XXI/2, Milano 1995; ID, *Storia della Chiesa*. Il pontificato di Pio IX 1846-1878, vol. XXI/1 – XXI/2, Milano 1990. Trata-se de um dos manuais de História Eclesiástica mais pormenorizado da atualidade, nascido da iniciativa do medievalista de Monpellier (Fliche) e Martin. Começando em 1935, este empreendimento leva a sério as características da *renouveau catholique* entre as duas guerras mundiais. Na obra predomina a história «política e externa» da Igreja, ainda que hajam volumes com análises de história interna. A edição italiana atualizou algumas partes e enriqueceu a obra com ilustrações, índices analíticos, mapas históricos-geográficos, quadros anexos. São 34 tomos.

[23] VILANOVA, E., *Historia de la teología cristiana* (III), Herder: Barcelona, 1992.

[24] SESBOÜE, B. – THEOBALD, C., *Histoire des dogmes (IV)*. La parole du Salut, Desclée, Paris 1996.

[25] FISCHELLA, R., ed., *Storia della Teologia (III). Da Vitus Pichler a Henri de Lubac*, Dehoniane: Bologna, 1996.

[26] GONÇALVES, P.S.L. – BOMBONATTO, V.I., ed., *Concílio Vaticano II. Análise e prospectivas*, Paulinas: São Paulo, 2004.

Oscar Beozzo[27], na qual se descreve a atuação dos bispos brasileiros no Concílio dentro do contexto de seu desenvolvimento interno e de sua situação histórica no conjunto dos concílios.

A compreensão efetivamente teológica do Concílio Vaticano II exige que se estude as obras de Marie Dominique Chenu[28], Yves Congar[29], Henri De Lubac[30], Karl Rahner[31], René Latourelle[32]. Os três primeiros pertenceram ao movimento da *Nouvelle Theologie*, presente nas escolas de Lyon e de Saulchoir, as quais desenvolveram intensamente uma teologia da história pertinente ao mundo do trabalho, ao bem estar social e a emancipação do homem. O quarto foi o fundador da Teologia Transcendental com base na Filosofia Transcendental e na Antropologia Transcendental. Sua intenção maior era mostrar o homem como sujeito transcendental, capaz de ser livre e por meio da liberdade fazer uma autêntica experiência de Deus. O quinto trabalhou na Pontifícia Universidade Gregoriana e organizou uma obra sobre os vinte e cinco anos do Concílio Vaticano II, com o auxílio de teólogos da mesma Universidade. Nesta obra, são analisados todos os documentos conciliares e os temas emergentes na totalidade do evento.

A conseqüência maior do Concílio Vaticano II está na emergência de práticas eclesiais e teologias que buscaram atualizar a Igreja no mundo por meio da busca do diálogo com a cultura moderna. Surgiram as teologias da libertação latino-americana, da Ásia e da África. Para desenvolvê-las, deve-se utilizar as obras histórico-teológicas de Gustavo Gutiérrez[33], Bruno Chenu[34], João Batista Libânio e Alberto Antoniazzi[35], Julio Lois[36], Rossino Gibellini[37] e Roberto Oliveros[38] com a finalidade de esboçar a efetividade do Concílio Vaticano II no interior das Igrejas locais e das teologias originariamente contextuais.

---

[27] BEOZZO, O., *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*, Paulinas: São Paulo, 2005
[28] CHENU, M.D., *Diario del Vaticano II. Note quotidiane al concilio 1962 1963*, Bologna, 1996.
[29] CONGAR, Y., *La Tradition e la vie de l'Eglise*, Libraire Arthéme Fayard: Paris, 1963
[30] DELUBAC, H., *L'Ecriture dans la Tradition*, Aubier – Montaigne: Paris,1996.
[31] RAHNER, K., *Schriften zur Theologie* (X), Benziger, Einsiedeln 1972.
[32] LATOURELLE, R., ed., *Vaticano II: Bilancio & prospettive. Venticinque anni dopo. 1962-1987*, Cittadella: Assisi, 1987.
[33] GUTIÉRREZ, G., *Teología de la liberación*. Perspectivas, Lima 1971; Id., *La fuerza histórica de los pobres*, Lima, 1980; Id, *La verdad os hara libres*, Sigueme, Salamanca 1990.
[34] CHENU, B., *Théologies chrétiennes des Tiers Mondes*. Latino-américaine, noire-américaine, noire sud-africaine, africaine, asiatique, Cerf: Paris 1987.
[35] LIBÂNIO, J.B. – ANTONIAZZI, A., *Vinte anos de teologia na América Latina e no Brasil*, Vozes, Petrópolis 1994.
[36] LOIS, J., «Teología de la liberación en Africa», in COMBLIN, J. – GONZALEZ FAUS, J.I. – SOBRINO, J., ed., *Cambio social y pensamiento cristiano en América Latina*, Madrid, 1992, 237-250.
[37] GIBELLINI, R., *La teologia del XX secolo,* Queriniana: Brescia 1992.
[38] OLIVEROS, R., «Historia de la teología de la liberación», MysL I, 17-50.

Para que o trabalho de pesquisa tenha eficácia, necessitar-se-á uma metodologia consistente e sistemática capaz de explicitar fidelidade às fontes e aos estudos dos comentadores. Esta metodologia consiste em examinar as fontes com todas as mediações necessárias da história e da hermenêutica teológica, contextualizá-las a partir dos estudos utilizados e sistematizar o evento conciliar em seu contexto vital, seu desenvolvimento, sua teologia e suas conseqüências histórico-teológicas, tendo em vista suas contribuições efetivas à história e à teologia.

3. A estrutura da pesquisa

Uma pesquisa sobre o Concílio Vaticano II deve estar organizada em quatro partes. A primeira diz respeito ao Concílio Vaticano I, convocado por Pio IX em 1868 através da bula *Aeterni Patris*, que teve duas constituições dogmáticas aprovadas – a *Dei filus* em 24/04/1870 e a *Pastor Aeternus* em 18/07/1870 -, mas não chegou ao seu fim, tendo sido suspenso em setembro de 1870, devido à guerra franco-prussiana. A relevância do primeiro concílio vaticano no contexto do segundo está no fato que nos seus 50 esquemas iniciais, alguns temas, como a colegialidade episcopal, a relação do Papa com os bispos, a caracterização da Igreja local, já apareciam, mas que devido á supracitada suspensão do Concílio não foram tratados. Mesmo tendo sido interrompido, o polêmico dogma da infalibilidade do Papa promulgado na constituição dogmática *Pastor Aeternus* e a articulação entre fé e razão contida na constituição dogmática *Dei Filius* entraram com pertinência e relevância na história da Igreja e da teologia. Ademais, ao convocar o segundo Concílio Vaticano, João XXIII certamente encerrou o primeiro, atitude jurídica e pastoral importante.

A segunda parte refere-se ao período intermediário entre o Concílio Vaticano I e o Concílio Vaticano II. Estudar-se-á a situação da Igreja e da sociedade, especialmente a crise modernista, denotante da resistência da Igreja à irrupção da mentalidade moderna na Igreja, na teologia e na sociedade em sua totalidade; a emergência das teologias ilustradoras de um processo de renovação epistemológica nos campos católico e protestante, e os movimentos renovadores – a renovação

bíblica, patrística, litúrgica e ecumênica – que deram corporeidade ao surgimento de uma nova possibilidade de realização do catolicismo no interior da sociedade moderna. Verificar-se-á um longo movimento de manutenção e de redimensionalização do Concílio Vaticano I que proporcionou a necessidade da edificação do Concílio Vaticano II.

A terceira parte é referente ao Concílio Vaticano II, cuja estrutura deve manifestar a configuração do Concílio em seu conjunto contextual, documental e praxístico. Analisar-se-á a situação da sociedade e da Igreja no período de 1959 a 1965, destacando a necessidade conjuntural de mudança da postura da Igreja em seu modo de olhar o mundo. Desenvolver-se-á a preparação e as discussões antes da abertura, realçando as tendências à realização de um concílio verdadeiramente capaz de dialogar com o mundo moderno. Descrever-se-á os quatro períodos do Concílio, ressaltando a morte de João XXIII e a ascensão de Paulo VI à condição de Papa da Igreja cristã católica, os trabalhos sobre os temas da colegialidade episcopal, o ecumenismo, a reforma litúrgica, o lançamento da carta encíclica *Ecclesiam Suam* como base da constituição dogmática *Lumen Gentium*, a emergência da constituição pastoral *Gaudium et Spes*, a conclusão dos trabalhos e o encerramento do Concílio. Serão levantados como temas principais e preponderantes, a pedagogia divina da Revelação, a articulação entre Revelação Fundante e Revelação continuada, a sacramentalidade universal da Igreja e sua realização como Povo de Deus, a inserção da Igreja no mundo, o ecumenismo com princípios católicos, a relação da Igreja com as religiões não cristãs, a articulação entre história e escatologia. Abordar-se-á a eclesiologia de comunhão subjacente em todo o Concílio e suas incidências no conjunto da Igreja e da sociedade.

A quarta parte é referente aos efeitos do Concílio Vaticano II no interior da Igreja, em seu modo de evangelizar e de apresentar-se diante do mundo moderno. Torna-se necessário abordar as teologias européias da esperança e política, as quais serviram de base para a abordagem acerca das teologias da libertação, negra, indígena e feminista. Constatar-se-á a emergência das Igrejas locais constituídas de identidade própria sem negar a universalidade soteriológica da Igreja, e o papel da Igreja de Roma como mãe de todas as outras Igrejas. Abordar-se-á ainda a inserção dos cristãos no interior dos movimentos sociais como concretização do espírito eclesiológico deste século: a edificação de uma Igreja comunhão que procura cumprir a sua missão de reunir todo o gênero humano.

Verificar-se-á as tensões existentes entre a eclesiologia de comunhão e a eclesiologia centralista com a finalidade de demonstrar que o Concílio Vaticano II não é um evento já terminado, mas um acontecimento em contínuo processo de amadurecimento sócio-eclesial.

Ao final do desenvolvimento do trabalho, elaborar-se-á uma conclusão, capaz de detectar a riqueza do Concílio Vaticano II por aquilo que explicitou em seus esquemas, em seus documentos, no seu respectivo contexto e conseqüências históricas. Concluir-se-á que a pesquisa realizada pela análise das fontes, dos instrumentos e das obras, aproxima-se com maior segurança do fenômeno estudado, atingindo com maior precisão o objetivo proposto.

4. Pontos fundamentais

Torna-se imprescindível iniciar este ítem ressaltando a relevância da precisão acerca do contexto vital do Concílio, pois todo conteúdo é situado em um tempo e em um espaço determinados e, embora tenha sua especificidade teórica, possui também condicionamentos históricos. Deste modo, é inegável a compreensão histórica do concílio Vaticano II, cuja origem se apresenta no contexto do Concílio Vaticano I, situado na laicidade e na autonomia das filosofias modernas, na figura específica de Pio IX como um grande ultramontano e um defensor da Igreja triunfalista e da teologia apologética do Concílio de Trento. O caminho intermediário acima enunciado possui uma variedade contextual que se inicia com a efervescência de uma nova consciência política moderna e passando pela crise modernista, por duas guerras mundiais, pela emergência dos nacionalismos que exigiram da Igreja e da teologia, novas posturas condizentes aos desafios emergentes da realidade histórica, da figura carismática do Papa João XXIII, incluindo a conjuntura eclesiástica na época de sua eleição, propicia compreender melhor as razões da existência e as direções do Concílio Vaticano II. A análise de seu contexto histórico proporcionou situar a sua teologia em um período que exigia reformas estruturais da Igreja e, fundamentalmente, maior diálogo com o mundo moderno em sua totalidade.

A constância do conceito de Igreja denota uma evolução categorial que partiu do jurisdicismo e chegou ao missionarismo. No Concílio Vaticano I, a Igreja era vista como sociedade perfeita, autônoma, transcendente, assumindo uma conotação fortemente triunfalista e jurídica. A Igreja seria a detentora única da verdade e combatente das ideologias anti-religiosas e perigosas do mundo moderno. A confirmação desta premissa está presente no dogma da infalibilidade papal *ex cathedra*, compreendida como aquela efetuada quando o Papa fala na condição de pastor e doutor de todos os cristãos, definindo em virtude de sua suprema autoridade, que uma doutrina em matéria de fé ou de costumes deve ser admitida por toda a Igreja. Reconhece-se nessa condição, ser o Papa iluminado pela mesma assistência divina infalível que fora prometida ao apóstolo Pedro[39]. A infalibilidade papal assumiu o corpo de infalibilidade da Igreja, uma vez que a autoridade infalível adquire sentido tão somente em função dos fiéis cristãos. Após o Concílio Vaticano I, o conceito de Igreja passa pelos debates metodológicos e epistemológicos da crise modernista e pelo desenvolvimento das novas formulações teológicas, preocupadas em aplicar a categoria *história* ao produzir teologia. Por isso, emergirá com o Papa Pio XII, o conceito de Igreja como «Corpo místico de Cristo»[40] que denota a dinâmica da transcendência e da imanência, da historicidade e da eternidade presente na Igreja. Este conceito foi importante para que o Concílio Vaticano II formulasse o conceito de Igreja como «sacramento de salvação universal». Isto significa que a Igreja é mistério inserido no mistério trinitário, peregrina sobre a terra, a serviço do Reino de Deus, com a missão de reunir todo o gênero humano. Sua efetividade está na categoria «Povo de Deus» que desenvolve o sacerdócio, a profecia e a realeza de Cristo na forma de Igreja. Trata-se de um povo constituído de carismas que se transformam em ministérios para a edificação do bem comum, tendo em vista a finalidade do ser da Igreja. Em todo o seu caminhar, a Igreja possui uma índole escatológica que denota a sua inesgotabilidade histórica e realça a sua missão salvífica no interior da humanidade[41]. O conceito conciliar favoreceu o reconhecimento das Igrejas locais, a necessidade de se implementar uma evangelização inculturada, o exercício da colegialidade episcopal e eclesial em sua totalidade e a presença marcante da Igreja na família, no mundo do trabalho e na sociedade em geral. Emergiu uma

[39] DZ 3074

[40] PIO XII, Carta enciclica *Mystici Corporis*, *AAS* 35 (1943), 193-248.

[41] CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática Lumen Gentium, *AAS* 57 (1965), nn. 1-17.

eclesiologia de comunhão que fez a Igreja entender a sua missão de promover a comunhão entre os seus membros, entre as Igrejas, entre as religiões e entre os seres humanos[42]. Esta eclesiologia de comunhão proporcionou a efervescência e o entusiasmo das Igrejas locais nos mais diferentes pontos do planeta, especialmente na América Latina, na África e na Ásia. Emergiu uma Igreja dos Pobres soteriologicamente universal[43]. Não obstante a preponderância da eclesiologia de comunhão, não é possível desconsiderar as tensões eclesiológicas proveniente de uma tendência de integralismo eclesial[44], e ainda, por muitos momentos na história, a forte presença da eclesiologia jurídica que conceituava a Igreja como sociedade perfeita.

Outra constância temática é o conceito de Revelação. Para a constituição dogmática *Dei Filius* do Concílio Vaticano I, a Revelação é de Deus, sobrenatural e está contida nos livros escritos da bíblia e na tradição não escrita da Igreja, mas inspirada pelo Espírito Santo. A Igreja, por sua vez, possui autoridade para interpretar a sagrada escritura e a tradição com a finalidade de explicitar a Revelação divina. Por intermédio da articulação entre fé e razão[45], com preponderância da fé, a Igreja realiza a sua missão magisterial de interpretar as fontes da Revelação. A tônica da teologia da revelação no século XX foi a transcendência da Revelação e seu caráter doutrinário. A fé revelada é dom que se afirma como doxologia realizada nas comunidades cristãs, como testemunho cristão no mundo e como compreensão efetuada pelo movimento que o *intellectus fidei* inicia para formar a *ratio fidei*. Indubitavelmente, reafirmou-se a relevância da Tradição Apostólica como testemunho da revelação direta, da Escritura enquanto atestado da experiência apostólica originária e de toda a tradição eclesial, como transmissão da Revelação. Aliada a isso, estava a tomada da categoria *história* como lugar teológico de consistência à fé. Deste modo, formava-se uma teologia da revelação que articulava

---

[42] CONCÍLIO VATICANO II, constituição dogmática *Lumen Gentium*, in *AAS* 57 (1965), pp. 5-67

[43] O Papa JOÃO XXIII, Radiomessaggio *La grande aspettazione* de 11/09/1962, *AAS* 54 (1962), pp. 678-685, falava a respeito da formulação de uma Igreja dos Pobres nos países subdesenvolvidos. Este conceito desenvolveu-se especialmente na teologia da América Latina. Entretanto, o papa João Paulo II, Carta encíclica *Sollicitudo rei socialis*, *AAS* 80 (1988), nn. 40-48, gradativamente assumiu uma conotação histórico-salvífica no interior da teologia e da Igreja.

[44] Chama-se de integralismo eclesial toda estratégia eclesiástica que denota integrar um segmento ou um grupo de cristãos no interior de uma única mentalidade institucional. Trata-se de pensar a unidade da Igreja, sem reais considerações acerca da diversidade de formas de ser Igreja de Cristo no mundo.

[45] DZ 3008-3020. A fé fundamenta as coisas que se esperam e prova aquelas que não se vêem. Ela é um dom de Deus que exige do ser humano obediência. Não há oposição entre fé e razão, mas esta serve aquela, para explicitar de modo claro e evidente o divino depósito da fé que foi confiado à Igreja.

transcendência com imanência, história com escatologia, teoria e prática da fé. A categoria *sinais dos tempos* proveniente da escola de Saulchoir, assumida pelo Papa João XXIII, proporcionou que a constituição dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II formulasse uma teologia da revelação dinâmica, aberta e que se tornasse base de uma teologia fundamental. Duas categorias são importantes. A primeira é a Revelação fundante, aquela acontecida e encerrada em Jesus Cristo, a plenitude da revelação divina. Nele, explicitou-se a pedagogia divina da revelação: a manifestação no novo testamento das coisas escondidas do antigo testamento. A segunda é a Revelação dependente, iniciada após a Escritura, continuada na vida da Igreja e em todas as mediações humanas de acolhimento à salvação realizada em Jesus Cristo[46]. Essa concepção deu corpo à teoria da dinamicidade da Revelação por meio da articulação entre Deus auto-comunicador de si mesmo ao homem e o homem receptor da graça divina. Proporcionou-se o movimento de releitura da bíblia a partir da utilização dos novos métodos, da vida das comunidades cristãs e da totalidade da história humana. Propiciou-se também melhor articulação entre Escritura e Tradição com a finalidade de reavivar a Palavra de Deus na história, especialmente nas ações de denotação da produção da vida humana a partir dos pobres. Estes tornaram-se um lugar teológico, inicialmente contextuado na América Latina e progressivamente adquirindo consenso soteriológico. O tema da Revelação tornou-se não mais uma apologia magisterial da fé, mas uma apologia fundamental resultante da ligação entre doxologia, compreensão e testemunho de fé[47].

No bojo da pluralidade de temas pertencentes ao Concílio Vaticano II, emergiu o fenômeno da relação entre Igreja e Modernidade. Houve a passagem de um conflito existente entre ambos para um diálogo no qual as duas instâncias dispuseram-se à busca da construção do *novum*. A Igreja defrontou-se com a Modernidade em uma postura de vê-la como a Outra diferente dela mesma, imbuída de alteridade e identidade própria. Buscou-se afirmar a identidade da Igreja em sua essencialidade dialética: transcendência e imanência, historicidade e eternidade. A busca da afirmação desta identidade proporcionou à Igreja adaptar-se ao mundo moderno, autovigiando-se para não se desviar de sua índole

[46] CONCÍLIO VATICANO II, constituição Dogmática *Dei Verbum*, in AAS 58 (1966), pp. 817-836.

[47] LIBÂNIO, J.,B., *Teologia da Revelação a partir da Modernidade*, Loyola, São Paulo 1992; GONÇALVES, P.S.L., "A teologia do Concílio Vaticano II e sua conseqüências na emergência da Teologia da Libertação", in GONÇALVES, P.SL. – BOMBONATTO, V.I., ed, op. cit., pp. 69-94.

missionária-salvífica. Entretanto, o diálogo com o mundo trouxe influências da Modernidade na Igreja e vice-versa que propiciaram crises eclesiais internas e tensões eclesiológicas diversas. Os acontecimentos diversos após o término do Concílio Vaticano II – de um lado, a valorização das Igrejas locais, fermentação das Comunidades Eclesiais de Base, fortalecimento das pastorais sociais e de movimentos libertadores; de outro, a emergência de movimentos espiritualistas, centralização do poder na cúria romana, busca de integralismo nas diversas instâncias eclesiais – demonstram as tensões e o pluralismo emergentes clamantes por um *novum* capaz de contribuir mais eficazmente na edificação do Reino de Deus.

5. Conclusão

À guisa de conclusão, cabe ressaltar alguns pontos relevantes no conjunto do trabalho. Em primeiro lugar, este tipo de pesquisa apresenta amplo conteúdo encontrado nas fontes e nos estudos. Isto significa que a profundidade do trabalho implica tempo, disposição e disponibilidade para acurar devida e precisamente os elementos contidos em todo o material. Buscar-se-á atingir a totalidade aberta, que denota haver outros elementos ainda a ser descobertos, no interior da análise.

Em segundo lugar, a utilização adequada das fontes e dos estudos proporcionará maior precisão epistemológica na análise histórico-teológica. As fontes permitem detectar a quantidade de esquemas preparados para o Concílio, de cartas enviadas de um participante a outro e de uma instância a outra, e de emendas a cada um dos esquemas. Permitem também a leitura de seus textos originais na língua oficial, das emendas em cada esquema, das cartas transitadas entre instâncias e pessoas. Os instrumentos permitem a leitura dos pronunciamentos, radiomensagens, discurso de abertura e de encerramento conciliar, constituições, decretos e declarações oficiais na língua original. Os estudos especializados possibilitam conhecer análises textuais no âmbito histórico e no teológico, ou ainda, na conjugação de ambos. Eles possibilitam também adquirir instrumentos adequados para efetuar a análise textual e contextual dos eventos pesquisados. Além disso, os

estudos históricos fornecem dados adquiridos de outras fontes que auxiliam na pesquisa em voga.

Em terceiro lugar, é permitido abrir novas possibilidades de pesquisa posterior, especialmente para a evidência dos efeitos do Concílio Vaticano II por meio da pontuação de alguns elementos. Permanecerá a necessidade de aprofundá-los, de interpretá-los do modo como aparecem e como são em sua profundidade. Torna-se necessário conceber o Concílio Vaticano II como um fato presente em movimento de feitio na busca da edificação da fidelidade da Igreja ao Reino de Deus. Deste modo, a Igreja estará sempre se mostrando como *sacramento de salvação universal* para reunir todo o gênero humano e para contribuir na construção da nova criação e do homem novo.

Por último, a pesquisa apontará a possibilidade de interdisciplinaridade entre teologia e história, sem que uma se sobreponha à outra. Constatar-se-á ao longo do trabalho, que cada ciência utiliza o seu método, efetua o seu rigor científico e se disporá, certamente dialogar com a outra. No interior do diálogo, estabelecer-se-á uma relação de autonomia e dependência entre ambos os saberes. A constatação da possibilidade da interdisciplinaridade entre teologia e história, seguindo critérios determinados de cada campo e abertura criteriológica de um saber a outro, denota que toda ciência com pretensão de eficiência não é pura e nem subsiste sem apoiar-se em outra. Portanto, o caminho desta pesquisa – seguindo os passos de outras similares – abre a perspectiva horizontal de que teologia é feita com mediações e que a história da Igreja não é uma ciência serva da teologia, mas sendo autônoma e dependente, dialoga, ilumina e é iluminada pela teologia.

O PATRIMÔNIO EM QUESTÃO: A OCUPAÇÃO DA ESTAÇÃO GUANABARA

Cultural Heritage in debate: the squatt of Estação Guanabara

Ivone Cecília D'Ávila GALLO[1]

Resumo

Sem a intenção de esgotar o assunto, este breve artigo trata da ocupação da Estação Guanabara com o fim de contribuir para a inserção de novos problemas e abordagens na escrita da história. No caso, a ocupação de um edifício histórico por um grupo de *anarco-punks* que ali estabeleceram uma comunidade, traz à tona uma discussão extensa sobre as políticas patrimoniais, sobre a emergência de novos movimentos sociais e a relação entre poder público e comunidades. Finalmente, no esforço desta análise confronto os historiadores com os métodos do seu ofício e com o papel que desempenham socialmente enquanto profissionais.

Palavras-Chave: Anarquismo, Campinas, ferrovias, movimento punk, patrimônio cultural.

Abstract

With no intention to exhaust the subject, this brief article concerns the squatting of Guanabara Railway Station, in Campinas (Brazil), with the aim of contributing to insert new problems and approaches in the writing of History. More precisely, the squatting of a historical building by a group of anarcho-punks, where they established a community, brings up very important issues of debate on Cultural and social politics and on new social movements. Finally, through the effort to

[1] Professora e pesquisadora da Faculdade de História e do Grupo de História Regional, Centro de Ciências Humanas (CCH), PUC-Campinas.

undertake this analysis I intent to encourage a discussion about methods historians use to employ on their research.

Key words: Anarchism, Campinas, Punks, Railroads, Historical Heritage.

Quando fui convidada pelos colegas da Faculdade de História a tomar parte do projeto comum de pesquisa em história regional, pensei que talvez fosse interessante apresentar uma proposta de trabalho que enfocasse aspectos da construção da memória da cidade de Campinas. Eu pensei também, que esta preocupação inicial representaria uma chance de conferir um tratamento teórico a certos acontecimentos perturbadores por mim acompanhados, entre os anos de 2003 e 2004 os quais testemunhei de forma casual, como pessoa comum, que estabelece sua rede de sociabilidades, em suma, sem intenção de fazer deste testemunho um uso profissional. O tema que me proponho a analisar é a ocupação do prédio e do leito da estação Guanabara, outrora pertencente à Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, por uma população heterogênea composta de sem teto, catadores de papel, subempregados, seus familiares e um grupo de anarco-punks que posteriormente, em meados de 2001, juntou-se à formação inicial. Estes últimos agregaram-se àquelas populações na intenção de realizar com os primeiros ocupantes um trabalho de cunho político e cultural.

A princípio, esta minha iniciativa de pesquisa talvez derive de uma leitura, um tanto conservadora, do que se convencionou chamar de história regional, isto é, a mera circunscrição do problema a um tipo de determinismo geográfico e/ou cultural. Apesar do risco que se corre em tentativas como esta, dirigidas ao resgate de um momento preciso da história de uma cidade, devo acrescentar que, neste caso, o assunto escolhido, por si só, é capaz de levantar polêmica acerca de uma gama enorme de questões apresentadas em vários domínios do conhecimento em história, algumas delas tratadas aqui, questões em suma, relevantes para o ofício de historiador. O que proponho, na verdade, é fugir um pouco da perspectiva de tipificação do campineiro, tanto quanto da construção de uma memória laudatória da cidade e de seus personagens ilustres, memória esta normalmente construída e estabelecida desde os marcos de fundação da cidade e congelada dentro destes parâmetros.

A minha tentativa será de inserir Campinas num contexto mais amplo de desenvolvimento do capitalismo e a partir dos embates sociais

contemporâneos re-trabalhar, no espaço urbano, os choques de identidades e confrontos políticos neste território delimitado. Enfim, a própria escolha do tema e o recorte contemporâneo, implicam, além disto, em uma reflexão séria sobre teorias e métodos convencionalmente adotados nas nossas pesquisas, uma vez que, o tipo de abordagem nos envolve, quase naturalmente, com os métodos da antropologia e da ciência política. Na verdade, toda esta iniciativa apareceria como uma grande presunção de minha parte não fosse pelo convite que faço aos companheiros de ofício a uma imersão em tentativas de novas formas de proceder a uma escrita da história contemporânea, iniciativa já adotada em outros países, mas ainda timidamente no Brasil.

Nos meios acadêmicos nota-se ainda, um desconforto quando o assunto é o estudo de temas do tempo presente, já que muitos, ainda, entre nós, condenam a possibilidade de uma historiografia que utilizasse como ponto de referência o nosso próprio tempo, pois uma iniciativa assim lhes aparece, no mínimo paradoxal, por versar sobre uma história que não seja passado, numa acepção rígida do termo. As críticas, entretanto, erguem-se sobre uma base de argumentos muito sólidos, dignos de nota. Um dos problemas normalmente alegados quando se intenta um trabalho historiográfico com temas contemporâneos, seria justamente a contemporaneidade de quem investiga com relação ao objeto de sua escolha. Na medida em que esta contemporaneidade implica num processo histórico temporal não concluído, corre-se o risco da não isenção de interpretação ou mesmo de uma impossibilidade em operar-se uma análise crítica e abrangente sobre o contexto. Uma compreensão mais global do acontecimento dependeria da superação do obstáculo interposto objetivamente de lançar-se sobre o tempo e o espaço um olhar retrospectivo.

O que nomeio aqui de compreensão global representa justamente, a expressão de um ponto de vista não daquele que está fazendo a história, portanto comprometido com ela, mas daquele capaz para analisá-la de fora e, deste lugar, tornar-se apto a ver e compreender o desfecho assumido pelos processos históricos. Mas, eu me pergunto: a partir de quando podemos considerar que um processo se conclua? No caso de admitirmos apenas como válida a dedicação a processos históricos em grandes dimensões, não estaríamos perdendo a historicidade dos fragmentos de macro processos e que, por sua vez, garantiriam uma

explicação componente? Será que, por outro lado, com uma noção de tempo tão acelerada como é a nossa na atualidade, não poderíamos nos interrogar sobre as temporalidades do tempo presente a exigir um tratamento historiográfico compatível? O certo parece que, ao evitarmos este debate, maior tem sido nosso prejuízo que o benefício, haja vista a dificuldade enfrentada pelos interessados em estudos sobre o século XX em diante, pois com o fim de comporem a produção para o período, vêem-se forçados a recorrer aos trabalhos oferecidos por nossos colegas da sociologia, antropologia, economia, etc., que conferem um tratamento às suas hipóteses a partir de metodologias específicas. Apesar disto, nossa contribuição neste amplo debate tem sido crescente, o que nos estimula a difundir temas e problemas com a especificidade do nosso enfoque de historiadores. Talvez a nossa pálida presença possa ser parcialmente explicada por uma limitação muito objetiva que é a proibição legal do acesso às fontes documentais mais atuais, pois envolvem questões políticas, diplomáticas e até de caráter pessoal cuja divulgação poderia trazer implicações indesejáveis, de caráter social, político, e, no que toca ao pesquisador, até mesmo legais.

Como o meu objetivo principal não é o de esgotar um debate historiográfico, mas simplesmente o de experimentar uma reconstrução teórica a partir de uma experiência meramente pessoal; encerro esta discussão e parto para a exposição dos resultados preliminares a que cheguei até o momento sobre a investigação da ocupação da Estação Guanabara e o papel desempenhado nestes acontecimentos pelos anarco-punks. Ainda gostaria de salientar, que o texto ora apresentado não representa uma pesquisa já concluída, porém em fase de estruturação.

O nascimento da Estação Guanabara, seu declínio e sua revitalização

Sobre a história da implantação da malha ferroviária no Brasil, podemos dizer que teve início com o interesse do governo imperial nesse

investimento e, por isto, em 1835, cedia às companhias interessadas o privilégio de exportação, por 40 anos, se construíssem uma ferrovia ligando Rio de Janeiro a Minas Gerais, Bahia e Rio Grande de Sul. À parte o grande prejuízo social provocado ao longo do processo de instalação deste sistema, a sua plena implantação no Brasil só será concluída em 1890, quando o estado de São Paulo atingia, depois dos anos 70 do século XIX, um súbito desenvolvimento econômico e urbano, proporcionado, em grande parte, pela prosperidade atingida pela agricultura cafeeira do oeste paulista. Assim, em 1872, uma lei provincial deu origem à Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, com sede na cidade de Campinas. A aristocracia de então, exerceu um papel proeminente neste ramo de negócios. Os fundadores da Mogyana foram Antonio de Queiroz Telles (barão, visconde e conde de Parnaíba), os Silva Prado e outras famílias de grandes plantadores de café, de tal forma que, pretendiam contemplar interesses próprios com o transporte do produto e do gado.

Em 1º de março de 1893 é inaugurada a Estação Guanabara como alternativa para desafogar o movimento da estação de partida original, com ligação à Companhia Paulista. Treze linhas foram ali implantadas, sinal de um grande movimento na estação, coincidindo com o período de prosperidade vivido pela Companhia Mogiana nos seus primeiros cinqüenta anos de existência. Na segunda metade de sua vida, a Companhia vai decair gradativamente, devido a crises financeiras, até ser encampada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1952. Em 1971, foi incorporada pela Fepasa (Ferrovia Paulista S.A.), que privatizada em 1998, extingue suas atividades. A Estação Guanabara foi desativada mesmo antes disto, em 1974, e suas atribuições teriam sido transferidas, para a Estação Boa Vista, nos subúrbios de Campinas, estação esta de propriedade da antiga Companhia Paulista. Atualmente, o conjunto e suas instalações pertencem ao governo do Estado que, desde 1980, já pretendia estabelecer no lugar o Centro Cultural Estação Guanabara, mas acabou transferindo esta tarefa para a Universidade Estadual de Campinas e assinou com esta instituição, em 1990, um contrato de concessão do prédio por um período de 30 anos.

A parte mais antiga do edifício data de 1883 e está contida em 334 m^2. Em 1915, surgiu a *gare* inglesa, uma estrutura de ferro e vidro cujas dimensões atingem 1522 m^2 e que se encontra hoje, como o restante das edificações, quase completamente deteriorada pelo descaso e abandono. Em 1926, o edifício teria passado por reformas o que lhe confere o aspecto

atual, de inspiração *art deco*, em voga na época das intervenções. Desta data em diante nenhuma mudança mais significativa parece ter sido adotada para manter ou modificar o prédio e qualquer pessoa que se aventure a um passeio pela Estação Guanabara hoje, constata, sem dificuldade, o estado de ruína de suas instalações. Nem mesmo a Universidade Estadual de Campinas legalmente responsável pela guarda deste patrimônio, promoveu ações para preservá-lo nestes mais de 10 anos. Recentemente, o prédio foi tombado pelo Condepacc - Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas -, porém esta medida de proteção nos pareceu inócua para o objetivo do resguardo deste bem cultural.

O estado de deterioração a que chegou a Estação Guanabara, e no qual ainda hoje permanece, simboliza, na sua forma atual, não apenas os primórdios do desenvolvimento do capitalismo no nosso país, mas uma herança perversa de miséria, abandono e descaso, uma memória viva apesar de indesejável. Porém, o que era objeto de desinteresse para o poder público, tornou-se alvo das expectativas de uma população pobre que viu a chance de encontrar um lugar onde morar. Como esta ocupação ocorreu, não sabemos, mas desde os anos 90 o espaço abandonado vinha sendo ocupado por grupos de sem teto. A este grupo, que em 2003 correspondia a aproximadamente 30 famílias, juntaram-se cerca de 30 punks e o espaço, antes abandonado, transformou-se numa comunidade com vida própria. Nos cerca de dez cômodos ocupados pelos punks foram sendo montados pouco a pouco, uma biblioteca, uma farmácia, salas de aula. A biblioteca formada com aproximadamente 600 títulos começou a ser montada em 2002, a partir de doações, e contava ainda com um computador, também doado, utilizado no controle dos empréstimos. Um outro cômodo abrigava uma farmácia natural com os medicamentos manipulados a partir de ervas cultivadas por eles próprios e administrados na forma de chás, pomadas e aplicados na cura das doenças dos punks e de outros membros da comunidade mais ampla. Não havia médicos ali, então os próprios punks munidos de um conhecimento popular sobre as plantas e da sua aplicação às doenças, prescreviam os medicamentos aos doentes. Outros cômodos, ainda, serviam como salas de aulas, de música, de esperanto, de alfabetização, ou como cozinha coletiva, moradia e oficinas culturais de reciclagem de material para a confecção de brinquedos e instrumentos musicais. Algum material de higiene, como por exemplo, sabonetes e detergentes, eles mesmos confeccionavam, de preferência ao

uso do sabão em pó e dos produtos de limpeza com os quais estamos acostumados, sabidamente de alto teor poluente e de envenenamento.

Na parte externa, no lugar dos antigos trilhos havia um parquinho com balanços, trepa-trepa, gira-gira, recebidos como sucata e recuperados pelos punks e onde brincavam as 50 crianças oriundas das famílias de ocupantes da Estação. Nesta área aberta realizavam suas festas e confraternizações, como por exemplo, a festa do dia das crianças. Em 13 de outubro de 2002, comemoraram a data proporcionando às crianças muita diversão. Com pouco dinheiro, que arrecadavam com a venda de faixas confeccionadas em suas oficinas improvisadas, as poesias distribuídas nas ruas, compraram doces e pequenos presentes para as crianças menores, além de terem lhes proporcionado muita diversão com a realização de maquetes de papelão representando as instalações da Estação. A importância deste projeto para os pequeninos é admitida por eles mesmos: "Gosto mais quando a gente brinca no parquinho, mas também quando eles arrumam coisas para a gente fazer os desenhos e as casinhas de papelão".[2] A preocupação central, como se pode depreender, dirigia-se aos menores: "Através da arte de reciclar buscamos incentivar as crianças a despertar o interesse pelo reaproveitamento de materiais como garrafas *pet,* jornais, papelão e etc., para fazerem artesanalmente seus próprios brinquedos. Temos também uma parceria com o "Trilhares", grupo de contação de histórias infantis, formado por estudantes da Unicamp, que tem como proposta o incentivo à leitura de forma mais descontraída, diferente da rotina escolar"[3]. Estas atividades aconteciam às quintas-feiras pela manhã, das 10 às 11hs e com o intuito de estimular a participação das crianças, eles as buscavam em suas casas e depois as devolviam. Com eles, as crianças brincavam e através do divertimento iam sendo alfabetizadas na língua materna, além de aprenderem uma língua universal, o Esperanto[4]. As atividades em geral também se destinavam aos adultos, como batuques, capoeira.

É importante frisar o quanto este tipo de ação se distancia daquela proposta assistencialista que tem sido a tônica das políticas

[2] "Grupo monta estrutura de comunidade", Folha de São Paulo, 05/01/2003.

[3] Desenvolvimento da criação. Periferia Central, Informativo dos moradores da Estação Okupada Mogiana, n 1, agosto de 2003.

[4] O Esperanto foi criado por Zamenhof (1859-1918), judeu polonês, na tentativa de romper barreiras lingüísticas em todo o mundo. A língua teria sido apresentada ao público em 1887 e construída a partir de uma fusão de várias línguas, como o hebraico, latim, grego e outras línguas modernas. No Brasil, a difusão do Esperanto deu-se principalmente, nas organizações operárias que a incluíam nos seus projetos de educação.

públicas dos governos, geralmente ancoradas numa visão paternalista, hierarquizada, da classe dominante sobre os pobres. Ao contrário, como esclarece o Projeto Pomba Negra (documento escrito coletivamente) a proposta da ocupação objetivava a "construção de um conhecimento coletivo" através da arte e da educação como forma inclusive de retirada do "estigma social" que recai sobre os moradores do lugar, pelo resgate de sua auto – estima e pela recuperação dos seus direitos usurpados. O trabalho desenvolvido sempre assumiu uma clara conotação política, reforçada em *slogans* do tipo: "cultura não é comércio, nem assistencialismo."

Os primeiros tempos da ocupação foram muito difíceis para a comunidade punk porque o estado de precariedade em que se encontrava o edifício, exigiu muitas reformas, pois o lugar não oferecia condições sanitárias satisfatórias; além disto, precisavam arrumar o telhado, puxar a água para dentro e, com estas medidas tornar o lugar minimamente habitável. Outros problemas surgiram e causavam transtorno suplementar, como o aparecimento de divergências internas no grupo a cobrar uma solução imediata, conflitos de convivência despontaram também com pessoas de fora, mas aparentemente souberam contornar os percalços e foram se instalando aos poucos.

Sobre um dos eventos realizados no espaço aberto da ocupação, obtivemos alguma informação pelo registro que fizeram em um de seus *zines* :[5]

"Realizamos no dia 1º de agosto em forma de resistência a um possível desalojo que ocorreria com a tomada de posse desta área pela prefeitura neste dia. Colaram alguns moradores e manos punks dos demais squats e outros lugares, houve troca de idéias, uma pequena roda de capoeira angola, terminando com uns goles e outros... Houve também um encontro de diversidades na Unicamp dias 18 e 19 de agosto do qual tivemos participando. Embora fizemos uma divulgação pequena comparada com a forma de divulgação de outras entidades e indivíduos que participaram da organização do encontro, os punks que colaram do interior e de sampa eram a maioria. O pau comeu com um sexista politiquero

[5] Abreviatura de Fanzine, isto é, produção de caráter literário, político, musical, impressa como fotocópia e montada artesanalmente. Através deste material de produção independente os punks divulgam a sua cultura e expandem internamente ao grupo a sua rede de informação própria, pela troca inter grupos ou individual deste material. A maior difusão de fanzines passou a ocorrer por volta de 1983.

que tava na área, mas depois de sua saída o evento foi produtivo. Rolou troca de idéias e roda de capoeira angola, vídeos, esperanto, danças brasileiras, além de outras atividades. Em novembro pretendemos fazer um outro evento abrangendo outras atividades."[6] (sic)

Na verdade, entre este grupo de punks a questão da abertura para os de fora sempre constituiu assunto polêmico e muitos discordavam abertamente da convivência do grupo com os estudantes universitários que freqüentavam o lugar ocasionalmente ou para ali se dirigiam no intuito da realização de trabalhos de cunho social. Enquanto pobres, optaram pela convivência com os seus pares, isto é, a população do lugar com quem procuravam interagir na produção de cultura e conhecimento.

Enquanto boa parte daquela população ocupava um vasto terreno situado logo atrás do edifício construído à frente da entrada principal, depois dos trilhos, mais à direita; os punks instalaram-se no edifício principal dividindo espaço com alguns outros moradores. Quando chegaram, a parte junto aos trilhos era freqüentada por adictos no consumo de drogas não sendo raro presenciar-se cenas de violências o que descontentava a própria comunidade e os habitantes das adjacências, porque os assaltos, os roubos, tornaram-se assíduos e iminente o perigo. Depois da chegada dos punks e no curso das ações promovidas por eles junto à comunidade, houve uma sensível diminuição destes problemas, fato reconhecido até mesmo pelos vizinhos que perceberam, segundo os punks, o aspecto positivo das mudanças introduzidas desde então. Mas nem tudo eram flores no relacionamento com a comunidade local, pois por um bom tempo, esta se manteve avessa a um contato mais estreito com os punks recém-chegados. Um longo e paciente trabalho de construção de laços para um possível entendimento, teve início até que os primeiros moradores permitissem que seus filhos saíssem para brincar com os filhos dos punks. Eu seria incapaz de afirmar que tivessem obtido sucesso total na sua empreitada, pois nas poucas vezes que freqüentei o lugar entre os anos de 2002 e 2003, pude constatar a hostilidade por parte de alguns moradores dirigida não apenas à minha presença, mas principalmente, à dos punks. Talvez o desconforto fosse ocasionado pelo comportamento

[6] *Pomba Negra*. Informativo do Squat Pomba Negra. O nome dado à ocupação foi Espaço Contra-Cultural Pomba Negra. O nome, segundo eles, possui um significado específico: a "Pomba é o ser que habita todas as partes da Estação. Negra por ser a única cor capaz de expressar nosso luto e tristeza" Cf. Projeto Pomba Negra de autoria do grupo e seus colaboradores. O nome substitui o de Mogiana, que é popularmente conhecido e utilizado pelo restante dos moradores, porque este foi o nome dado ao lugar pela "empresa inglesa que construiu a Estação (?). De todo modo, ao rebatizar o lugar os punks estavam efetivamente tomando posse da área.

crítico e irreverente dos novos moradores, principalmente pela atitude livre das mulheres, completamente desapegadas da idéia de constituir família ou mesmo de adotar vínculos estáveis com parceiros fixos, e, nestas condições optassem pela maternidade, exercida, ainda por cima, de forma nada convencional, sem enxergar nisto um empecilho para a adoção do amor livre, sem abdicar dos divertimentos.

Independentemente de uma ação pedagógica, digamos assim, mais próxima com seu público alvo, pudemos constatar as inscrições e desenhos que faziam nas paredes internas e externas do edifício, de grande potencial artístico e educativo. Na parede externa visível da área dos trilhos, havia, por exemplo, um desenho em tamanho natural retratando uma mulher sentada, quase despida, com as mãos para trás e o corpo atado por uma corrente que lhe prendia o pescoço e as mãos e depois, ligada a uma esfera de ferro. Ao lado da figura, uma citação de um texto de Emma Goldman que dizia: "Indiferente a todas as fronteiras artificiais entre direitos dos homens e direitos das mulheres [...] existe um ponto onde se podem encontrar e crescer num todo perfeito."

Por tudo quanto foi levantado até aqui, podemos imaginar que os anarco-punks se percebem como promotores de ações culturais e de conscientização responsáveis pela melhoria das condições de integração da vida social daquela comunidade. Entretanto, não seria correto localizá-los como um marco quanto a estes referenciais para a vida daquele lugar, pois quando chegaram ali, os fundos da estação já assumia as feições de um verdadeiro bairro, nos seus perto de cinco anos de existência. É claro que desempenharam um papel fundamental, pedagógico, quando, por exemplo, procuravam inibir o consumo de drogas, o porte de armas, a violência das mães contra os filhos e quando intervinham nos conflitos internos e principalmente quando canalizavam as tensões internas para a luta conjunta pelos direitos.

O fato de, enquanto pesquisadora, optar pela investigação da atuação dos anarco-punks, não representa um desprezo pela cultura dos outros ocupantes, mas representa a busca de resposta às indagações postas pelos novos movimentos sociais. Estes aspectos, apesar de importantes, não cabem ser analisados aqui, pois desencadeiam uma discussão muito longa da qual apresentaremos apenas as linhas gerais mais adiante. Para o momento precisamos chegar ao desfecho da nossa breve história encerrada em 2004, quando aquelas populações foram

expulsas do lugar. O desalojo do conjunto da comunidade deveu-se às reivindicações da Universidade Estadual de Campinas sobre seus direitos de guarda da Estação Guanabara sob alegação de dar início, em breve, à construção de um Centro Cultural com base num projeto saído das mãos da arquiteta Lina Bo Bardi. A verdade é que, até o presente momento o prédio continua lacrado, abandonado e destratado e, neste caso, nada pode justificar a expulsão de famílias inteiras que foram atiradas à rua.

Uma lição para a história

A história da ocupação da Estação Guanabara, popularmente conhecida como Mogiana, abre para nós um amplo espectro de investigação. Eu começaria pelo próprio questionamento das políticas patrimoniais, tanto no que se refere à destinação, aos usos do patrimônio, como aos princípios que regem as revitalizações. Sobre o primeiro ponto, creio que seria importante revisitarmos o conceito de democracia numa abordagem de país com uma massa enorme de população vivendo em situação de completa miséria e considerarmos como séria a hipótese de uso destes bens culturais como moradia. Apesar da polêmica que esta questão levanta, não seríamos o primeiro país a abordar o assunto como uma saída na solução do problema de habitação. Se não pode ser boa a solução de ocupação do patrimônio cultural com esta finalidade, também não nos parece sensata a política de não se destinar nenhum a este fim. Entretanto, a adoção, por parte do poder público, de medidas desta natureza, consideradas tão radicais, exige um amplo debate que envolva toda a sociedade. O segundo ponto relaciona-se ao primeiro, uma vez que, o patrimônio é dirigido ao usufruto da burguesia, a sua recuperação termina por refletir o sentido estético desta classe, por isto não pode causar estranhamento que, na maioria das vezes, os edifícios históricos sejam revitalizados para o abrigo de museus, centros culturais, nos quais freqüentemente notamos a instalação de cafés decorados ao gosto europeu, sobretudo francês. Os espaços são higienizados, pintados em cores claras e a pintura confere uma continuidade entre os ambientes, como requer o gosto burguês moderno. As portas e janelas são repostas, refeitas e os edifícios reassumem aspectos de monumentos cuja função é a de narrar, não propriamente um passado que se pretende comum, mas

a história do vencedor e que através do monumento se impõe também como o narrador de uma história coletiva, sobre a qual reclama o controle absoluto.

Em contraposição a esta expectativa observamos o uso do imóvel pelos anarco punks. O prédio da Estação Guanabara em ruínas possuía um efeito pedagógico social que raramente notamos nos edifícios restaurados porque representava o retrato mais acabado das misérias da nossa sociedade e nisto a estética punk impressa ao conjunto é bastante eloqüente. Ela cumpre um efeito de continuidade histórica em longa duração que nos permite entrever memórias sobrepostas: primeiramente, o processo de implantação do capitalismo no país com um sistema ferroviário e, em seguida, o desfecho deste processo que é a condição de indigência em que vive a maior parte da população deste país sob o regime capitalista. Aquele edifício, no seu atual estado representa um diálogo surdo de duas pontas de um mesmo processo.

A intervenção dos anarco-punks naquela ocupação também alertou para o papel do poder público nestes acontecimentos, sempre como representante de uma classe e não como se pretende um mero prestador de serviço para a sociedade. O mesmo poderia ser dito quanto ao papel desempenhado pela universidade, pois enquanto centro produtor de conhecimento não cumpriu a missão, prevista no âmbito da área de extensão, de comunicação e democratização do conhecimento. As falhas na relação entre universidade e comunidade foram apontadas por alunos e professores da Universidade Estadual de Campinas, muitos dentre eles, em contato permanente com comunidades de Campinas e região. Se algo pode causar maior estarrecimento é o fato de tais acontecimentos terem se passado no momento em que assumia a presidência e a prefeitura da cidade o Partido dos Trabalhadores cujo projeto de governo visava os pobres.

Finalmente, é dentro deste quadro de preocupações que vemos a emergência dos movimentos sociais nas últimas décadas com

características tão peculiares, independentemente de uma auto-definição como anarquistas. O seu perfil ideológico parece bem demarcado, as suas ações caminham no sentido da contestação do *status quo* e da completa recusa do diálogo com as instituições, partidos políticos e até mesmo organizações não governamentais porque o conjunto destes organismos constitui mediação essencial na reprodução do sistema e qualquer tipo de negociação implicaria direta ou indiretamente na aceitação das regras do jogo. Há para estes grupos, a percepção de que não basta criticar com palavras, pois uma mudança só parece possível na negação completa do mundo e das relações sociais, tais como se apresentam, bem como em ações concretas que intentem a sua demolição. Por esta razão os valores supremos desta sociedade passam a ser questionados, como, por exemplo, a família formada com base no laço consangüíneo. Os anarco-punks formavam um grupo de homens e mulheres, nascidos em Campinas e também provenientes de outras cidades e do exterior, desprendidos de suas famílias originais, de idades que variavam entre 17 e no máximo 30 anos, que conviviam em regime de cooperação e igual divisão de tarefas e que adotaram o regime de amor livre nos seus relacionamentos. Alguns possuíam filhos, mas não eram casados. Notamos que o seu desenraizamento vai além da ruptura com o núcleo familiar original, mas se opera também em relação a um determinado território. Isto é, o que talvez melhor defina estes grupos seja a noção de bando nômade como pratica inicialmente adotada por grupos politizados que pretendiam a invisibilidade com relação aos organismos de repressão para preservar seu anonimato e assim, dar continuidade a suas ações sem serem pegos pela repressão.

As novas gerações têm estabelecido suas formas de contestação pelo aprendizado com a rebeldia das gerações anteriores, as quais criticam e procuram ultrapassar em termos de métodos, de conceitos, evitando uma exposição excessiva que se revelou, na visão deles, contraproducente no passado. Assim, a comunidade punk opta por uma mobilidade permanente e seus membros nunca estabelecem residência fixa num lugar. Isto nos faz ver que o objetivo inicial da ocupação não era, especificamente para este grupo, o de tomar posse da área, mas simplesmente, ao ousar fazê-lo trazer à baila todas as contradições sociais que uma ação como esta enceta. Sem dúvida nenhuma, este tipo de ação nos alerta também, para uma, entre as várias contradições internas do movimento, pois o exercício da atividade do grupo implica na necessidade

de fixação em um lugar, em estabelecer um vínculo, por mais frágil que pareça, com a idéia de propriedade. Além disto, o mesmo dilema se apresenta quando pensamos nos limites postos pela reprodução incessante de grupos, pois esta tática pode acarretar, não como se pretendia uma proliferação da atitude punk e anarquista, mas o inverso, um recuo introspectivo. Isto parece uma realidade, tanto que é polêmico o assunto de uma abertura para os que não são membros da comunidade punk. Mas, estas questões de fundo ficam em segundo plano diante de um objetivo estratégico, que lhes parece mais importante atingir, que é o de provocar o choque e, por meio disto provocar um abalo nas estruturas.

Se a nossa sociedade valoriza o trabalho, eles o condenam como parte de uma engrenagem que move o capitalismo e promove a sujeição dos homens. Antes mesmo do aparato policial é o trabalho o maior instrumento de opressão de que dispõe esta sociedade, pois é a peça *sine qua non* de produção e reprodução das relações sociais, das hierarquias. Mesmo encontrando-se nos limites da sobrevivência esquivam-se, na maior parte dos casos, da aceitação do emprego tradicional. Não que vivam do ócio e da mera contemplação, mas procuram extrair a sobrevivência dedicando-se às atividades que julgam importantes como, por exemplo, a produção de uma forma alternativa de vida voltada para a produção artesanal dos elementos de primeira necessidade (uma horta, farmácia, produção de sabonetes), para uma produção cultural que seja o espelho de seu modo de vida (produção de música, poesia, pintura). Todas as suas ações têm como alvo a crítica ao capitalismo e o seu comportamento adquire para quem os observa um caráter de ensinamento sobre as possibilidades de vida e de existência, moral e material, fora das teias do sistema. Se, por um lado, para todos nós, parece impossível escapar completamente de uma situação que nos é dada de antemão, pois o grande elemento de troca, responsável pela sobrevivência é o dinheiro, por outro lado, o uso que fazem disto caminha na direção contrária a do lucro e do emprego no desnecessário.

Infelizmente, o espaço não permite uma abordagem mais aprofundada das questões expostas para uma conceituação das interpretações mais recentes acerca do conceito de anarquismo e de suas várias nuances e aplicações.

Para finalizar, retomo a colocação inicial com relação à construção da memória da cidade de Campinas e saliento a necessidade de incluirmos

na sua história os recentes acontecimentos passados na Estação Guanabara. Uma história de pobreza, violência e descaso, mas diante da qual não se pode colocar o biombo do esquecimento. Infelizmente, se dependermos das ações do poder público na preservação desta memória, nada será proposto neste sentido, ao contrário, as paredes serão repintadas, áreas serão demolidas, as inscrições que cobrem as paredes serão encobertas e soterradas as marcas e as dores de um tempo que nos esforçamos por esquecer, sem conseguir de fato.

Bibliografia

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Anais do Museu Paulista, vários números.

BACZCO, Bronislv. *Utopian Lights. The evolution of the idea of social progress*. New York: Paragon House, 1989.

BAIESTORF Petter, SOUZA, Cesar. *Manifesto Canibal (uma declaração de guerra dos que nada têm e tudo fazem contra os que tudo têm enada fazem)*. Rio de Janeiro: Robson Achimé editor, 2004.

BAKOUNINE, Michele. *Il Socialismo e Mazzini: lettera agli amici d'Italia*. Roma: F. Serantoni, 1905.

_____ . *Dios y el Estado*. Valencia: F. Sempere, s/d.

BEY, HAKIM. *Taz: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil (Col. Baderna), 2001.

BIVAR, A. *O que é punk?* São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos), 1982.

BORGES, P., COVRE, R. Tribos urbanas. *Libertárias* (Revista trimestral de Cultura Libertária), São Paulo, n 4, p. 30-32, 1998.

CADERNOS AEL: anarquismo e anarquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998

CAIAFA, J. *Movimeto punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da Unesp, 2001.

COSTA, M. R. *Os "carecas do subúrbio": caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993

DAVIS, J. C. *Utopia y la sociedad ideal. Estudio de la literatura utopica inglesa, 1516-1700*. México: Fondo de cultura econômica, 1985.

DEBÛ-BRIDEL, Jacques. *L'Actualité de Fourier. De l' utopie au fouriérisme appliqué*. Paris: Éditions France-Empire, 1978.

FOGARTY, Robert S. *All Things New. American Commune and Utopian Movements, 1860-1914*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1990.

GALLO, Silvio Donizatti de Oliveira. *Autoridade e a construção da liberdade: o paradigma anarquista em educação*. (Tese de Doutoramento), FE/Unicamp, Campinas, 1993.

GENNARI, Emilio. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

GRAVE, J. *Le mouvement libertaire sous la 3ème république*. Paris: Les Oeuvres Re présentatives, 1930.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____ .*Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KROPOTKIN, Peter. *O Anarquista: suas bases científicas, sua filosofia, seu ideal, seus princípios econômicos*. São Paulo: Unitas, 1933.

_____ . *Lavoro intellectuale e lavoro manuale*. Milano: EditriceSociale, 1922.

_____ . *A conquista do pão*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

_____ . *El apoyo mutuo: un factor de la evolution*. Barcelona: B. Bauza, 19?.

LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica-histórica-informações*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LORWIN LEWIS, L.. *História del Internacionalismo obrero*. Santiago do Chile: Ercilla, 1937.

LUDD, Ned (org). *Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil (Col. Baderna), 2004.

GRUPO KRISIS. *Manifesto Contra o trabalho*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil (Col. Baderna), 2003.

KHOURY, Y. A. A poesia anarquista. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 8, nº 15, pp. 215-247, fev. 1988.

MALATESTA, Errico. *Communismo Libertário*. Rio de Janeiro: Minha Livraria, s/d .

MALATO, Charles, GRAVE, Jean. *As theorias anarchistas: estudos philosophico-sociaes*. Porto: Almeida/Sá, 1909.

MATTOM, Robert. H. *The Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1868-1900*. 1971 (Tese de PHD), USA.

MATTOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado/SP, 1981.

McNEILL, L., McGAIN. G. *Mate-me por favor: uma história sem censura do punk*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

OITICICA, José. *Ação direta (meio século de pregação libertária)*. Rio de Janeiro: Germinal, 1970.

PALMER, Bryan de. *Descent into discourse: the reification of language and the writing of social history*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Oficinas da história), 1988.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Antonio Arnoni, HARDMAN, Francisco Foot (orgs). *Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROUDHON, P. J. *El Estado*. Buenos Aires: Tor, s/d.

_____ . *Qué es la propriedad?: investigationes acerca de su princípio, de su derecho y de su autoridad*. Valência: F. Sempere, s/d.

_____ . *Sistema de las contradicciones economicas o filosofia de la miseria.* Buenos Aires: Americalee, 1945.

QUEIROZ NORTE, Sérgio Augusto. Ars Anarchia – arte, vida e rebeldia. In *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 35, pp. 133-164, 1998.

RESZLER, A. *L'esthetique anarchiste*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

SAES, Flavio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940,* São Paulo: Hucitec (Brasiliana), 1981.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria municipal de cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/*DPH. São Paulo: DPH, 1992.

SEGUINI, Liliana R. Petrilli. *Ferrovia e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar da empresa*. São Paulo: Editora Autores Associados e Cortez Editora, 1982.

SERGENT, Alain, HARMEL, Claude. *Histoire de l'anarchie*. Dôle: Le Portulan, 1949.

SERGENT, Alain. *Un anarchiste de la Belle Époque: Alexandre Jacob*. Paris: Seuil, 1950.

SERVIER,Jean. *Histoire de l'utopie*. Paris: Gallimard, 1991.

TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil (Col. Baderna), 2002.

Fontes

Abaixo Assinado contendo reivindicações dos moradores da Estação Guanabara e dirigido à Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

Boletins Suba (Unicamp)

*Carta de Exigências à Unicamp.*Espaço Cultural Pomba Negra

Carta de solidariedade aos moradores da Vila Mogiana endereçada ao Exmo. Sr. reitor Carlos Henrique de Brito Cruz, ao Exmo. Sr. pró-reitor de Extensão e à Comissão do Projeto do Centro Cultural da Unicamp. Sem autor, sem data.

Carta do I Fórum Social Capixaba à Universidade Estadual de Campinas. Vitória (ES), 24 de novembro de 2002

Centro Cultural Unicamp: Revitalização do Espaço Urbano ou Homicídio Cultural????????

Convite para a festa do dia das crianças em 12 de outubro de 2003.

Correio Popular(Campinas)

Estatuto da Companhia paulista de Estradas de Ferro de Jundiaí à Campinas. São Paulo: J. R. de Azevedo Marques, 1868.

Feniksonigra (jornal anarquista de Campinas)

Folha de São Paulo (SP)

Fotos feitas no dia da manifestação contra a Unicamp e contra o desalojo em 26 de setembro de 2003, no Largo do Rosário (Campinas)

Fotos feitas no dia dia do desalojo,em 2004 na Estação Guanabara.

Jornais e outras fontes do AEL (Unicamp)

La Poema. Ruínas, Cantos e Becos, São José dos Campos/Campinas: Livre Associação de Poetas Marginais, 2001.

La Poema. Ramificações. Coletânea marginal de expressões a-poéticas & anti-artísticas concluída após um longo período de emcalhamento e saindo com a mesma intensidade visceral do surgimento do Projeto de Livre Associação, Campinas, 2003.

Manifesto Contra o Desalojo na Mogiana

Periferia Central. Informativo dos moradores da Estação Okupada Mogiana, n. 1, agosto de 2003.

Pro FEPASA: Programa de Consolidação e Expansão da Ferrovia Paulista. São Paulo: Secretaria de Transportes, 1972.

Projeto PombaNegra. De autoria dos anarco-punks e de seus colaboradores

Relatório da diretoria da Companhia Mogiana para a Assembléia Geral de 17 de maio de 1896. São Paulo: Typ. da Indústria de São Paulo, 1896.

Resgate das Ervas

Zines, fotos e demais documentos sobre o anarco-punk e material anarquista do Centro de Cultura Social em São Paulo

NOTAS DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE FINANÇAS E POLÍTICA NA FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA CAPITALISTA: OESTE PAULISTA, 1850-1880

Notes from the inter-relation between finances and politic on the formation of a new capitalist economy: Paulista West, 1850-1880

Artur José Renda Vitorino*

Resumo:

Este artigo procura contribuir para o entendimento de como na região Oeste Paulista foi engendrada uma nova economia concomitante à disputa política entre rentistas e produtores na segunda metade do século XIX

Palavras-Chave: História Regional, Império do Brasil, Economia, Política, Oeste Paulista-séc.XIX.

Abstract:

This article looks up to contribute to the agreement on how the Paulista West region built up a new economy where they were having a political fight at the same time, in the second half on the 19 th century.

Key words: Regional History; Brazilian Empire, Economy, Politic, Paulista West-Nineteenth Century.

* O autor é professor da Faculdade de História e pesquisador do Grupo de História Regional, CCH/PUC-Campinas, SP e da FESB/Bragança Paulista, SP.

1. O Objeto e seu Escopo

O projeto de pesquisa intitulado "Notas das inter-relações entre finanças e política na formação de uma economia capitalista: Oeste Paulista, 1850-1880", busca expor historicamente os entrelaçamentos entre a política financeira adotada pelo governo central monarquista e o conseqüente desenvolvimento econômico da região denominada pela historiografia de "Oeste Paulista" durante as décadas de 1850 a 1880.

Conforme já salientou Queiroz, ao estabelecer uma conexão entre Abolição e República, faz-se necessário esclarecer quais eram os interesses político, econômico e administrativo entre as duas principais áreas cafeicultoras localizadas na Província de São Paulo: o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista – bem como confirmar empiricamente, se essas duas regiões se identificavam e se representavam desta forma na Assembléia Provincial de São Paulo[1].

De uma perspectiva econômica, notadamente exposta por Granziera, a cultura do algodão na Província de São Paulo nas décadas de 1860 e de 1870 e a Guerra do Paraguai (1864-1870) - atreladas à política monetária adotada pelo governo imperial - possibilitaram que o papel moeda, antes atrelado à economia mercantil, fosse revertido em capital dinheiro, que foi o limiar de uma economia capitalista no Brasil. Assim, na região Oeste Paulista, cujo epicentro foi a cidade de Campinas, a produção sobrepôs-se à circulação para os efeitos da acumulação, engendrando-se assim uma nova economia.[2]

Quanto à política monetária monitorada pela administração na Corte Imperial do Rio de Janeiro, e, com exceção do período da Guerra do Paraguai, ao longo do Segundo Reinado é possível distinguir que eram diametralmente opostas as políticas monetárias de Liberais e Conservadores quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda: enquanto aqueles tomavam medidas para descentralizar a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor exportador; esses procuravam

[1]Jonas Marçal de QUEIROZ, Da Senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). Campinas, Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1995, cap. I.
[2]Rui Guilherme GRANZIERA, A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.

segurar as rédeas da economia ao centralizar a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o Partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda mas aumentava os rendimentos dos exportadores. No entanto, ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o Partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.[3]

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro[4], que os fazendeiros estivessem mais próximos do Partido Liberal do que do Conservador. Afinal os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.[5]

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o Partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela

[3]Artur J. R. VITORINO. Tributação, empreguismo e manufaturas na conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira (1850-1880), Humanitas, Campinas, 4(2): 57-90, ago./dez., 2001.

[4]Sigo, aqui, as hipóteses de trabalho lançadas por Raymundo FAORO,
Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 8ª ed., 1988, cap. X, pp. 341-397. Como também do mesmo Autor, Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. Rio de Janeiro: Globo, 3ª ed., 1988, pp. 162.

[5]Sobre os princípios do Partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do Partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver Américo BRASILIENSE, Os Programas dos Partidos e o 2º Império. Primeira parte: exposição de princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Hollanda Cavalcanti – "Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder" – ver Ilmar Rohloff de MATTOS, O tempo saquarema. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1987. Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

centralização do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*,[6] o Estado monárquico precisava – aliás como qualquer Estado - de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo, agiam de forma diferenciada: o Partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do Partido Liberal que, com determinada linha orçamentária, tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais.[7]

Mas, que fique claro, essas considerações não significam dizer que o Partido Liberal, quando no comando do centro decisório do poder, estava lá com o precípuo objetivo de governar em nome e para os senhores grandes proprietários rurais e para os empreendedores e comerciantes nacionais; e que, na outra margem, o Partido Conservador, quando no poder, seria o porta-voz e defenderia os interesses das grandes casas comerciais importadoras e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito.[8]

Mesmo que as medidas de extinção do tráfico e as leis abolicionistas tenham saído todas de gabinetes conservadores, a crônica política diária dos debates e resoluções realizados na Câmara, Senado, Conselho de Estado, dissoluções da Câmara, na subida e descida dos partidos do comando dos Gabinetes, revela-nos que é um exagero caracterizar o quadro institucional, o Estado, como instrumento da

---

[6]Um estudo de como foram bem diferentes os resultados na construção do Estado, da independência na América espanhola e América portuguesa, ver José Guilherme MERQUIOR, "Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina". In: John A. HALL (org.). Os Estados na história. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 386-421.

[7]Apesar de ter sido escrito no bojo da luta política, pois o partido Conservador estava governando o país desde 16 de julho de 1868, é imprescindível acompanhar o estudo político-financeiro realizado pelo paraense liberal e Conselheiro de estado Tito FRANCO D'ALMEIDA, A Grande política. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1877.

[8]José Murilo de CARVALHO. A construção da ordem. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, pp. 165-6, afirma que conquanto houvesse diferenças de interesse na composição dos partidos Liberal e Conservador, eram eles em comum formados por pessoas ligadas ao setor agrário: "(...) Os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltada para a exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, principalmente, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se disporem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terras filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional."

dominação ora dos senhores grandes proprietários rurais, ora dos senhores do grande comércio e dos financiadores.[9]

A partir do conhecimento empírico das políticas monetárias implementadas pela administração central (a Corte Imperial) e pela administração provincial de São Paulo, a fim de esclarecer se havia correlação entre o desenvolvimento econômico da região "Oeste Paulista" com tais políticas monetárias, este projeto desdobrou-se em dois segmentos. O primeiro procura responder, sobretudo, às seguintes indagações: a) no processo político do Segundo Reinado aconteceu uma maior influência do comércio e das finanças ao invés da influência da lavoura? Caso a resposta seja afirmativa, quais foram as implicações para a região do Oeste Paulista das decisões políticas e econômicas tomadas pela Corte? b) em que medida o Oeste Paulista ganhou força mercantil e financeira após a Guerra do Paraguai? c) estaria o consentimento da Lei dos Sexagenários inter-relacionado com a aprovação da Lei Hipotecária de 1885, que, por sua vez, permitiu o desligamento do Oeste Paulista cafeicultor da tutela dos bancos da Corte?

O segundo segmento, inter-relacionado ao primeiro, procurará responder às questões: a) foi uma opção, ou a produção agrícola exportadora do Oeste Paulista não conseguiu transformar o trabalhador livre nacional em proletários para serem explorados por ela como força de trabalho? b) se na Província de São Paulo a chave da questão do trabalho para as áreas mais dinâmicas da economia consistia, essencialmente, na substituição do braço escravo pelo livre, como ela se tornou possível financeiramente e viável social e economicamente na relação capital-trabalho? c) como a administração da Província de São Paulo reagiu em face das revoltas escravas e do movimento abolicionista? d) havia alguma correlação entre as revoltas escravas e os partidos políticos na Província de São Paulo? e) havia uma relação entre o abolicionismo e o republicanismo no Oeste Paulista?

[9]No livro Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Editora dos Tribunas/ IUPERJ, 1988, sobretudo no capítulo "A política da abolição: o rei contra os barões", José Murilo de CARVALHO mostrou que a elite política freqüentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo Gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da ferrenha oposição dos plantadores de café das três províncias-chave do Império: Rio, São Paulo e Minas. Para um acompanhamento, a partir de informações colhidas de um dos protagonistas da época, dos bastidores e negociações que envolveram a aprovação da Lei do Ventre Livre, ver Tobias BARRETO, Pesquisas e depoimentos para a história. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913, "A lei de 28 de Setembro", pp.11-34.

2. A Reconversão do Capital dos Mercadores Negreiros e as Finanças

A importação de africanos para a América envolvia um vultoso capital e era um negócio muito lucrativo. No início da década de 1850, com o fim do comércio de "carnes humanas" no Atlântico Sul, a reciclagem do capital dos mercadores negreiros foi observada nos seguintes setores de reconversão na praça comercial do Rio de Janeiro, com as ocorrências: do aumento das importações na capital do Império e a transferência de moedas de ouro para o mercado brasileiro; dos investimentos nas sociedades anônimas fundadas no Rio a partir de 1850 - bancos, casas comerciais e empresas - que vão hipertrofiar especulativamente o mercado de ações e produzir o "encilhamento" de 1857 e a crise comercial de 1864; do financiamento creditício para o tráfico inter-regional de escravos do Norte para o Sul do Império; e da injeção de capitais em empresas que cartelizaram o mercado urbano alimentício.[10]

Com a cessação do tráfico transatlântico de africanos escravos, o capital negreiro antes engatado nesse negócio passou a irrigar o meio circulante (a moeda e o crédito), reforçando, assim, a economia de mercado já existente na Corte Imperial, mas a partir de agora com força para configurar nessa cidade uma economia urbana. Como expressões privilegiadas da economia mercantil, a moeda e o crédito foram participantes da criação de um mundo urbano essencialmente preparado para a mercantilização de mercadorias; enfim, um mundo sob o reinado da circulação. O setor produtivo presente no período (no campo, a produção agrícola; e na cidade, a produção manufatureira) era submetido às determinações da moeda e do crédito. Neste sistema econômico, então, a circulação comandava a produção.

Apesar do poder político dos fazendeiros, tanto no Partido Conservador como no Liberal, que alternaram nos Ministérios durante o

[10]Cf. 1º capítulo da minha tese de doutorado, *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas, Unicamp, 2002. "*Nós dispomos*" – escreveu Luiz Felipe de ALENCASTRO sobre as atividades dos mercadores negreiros após 1850 – "*de poucos dados sobre a reciclagem de suas atividades depois de 1850, mas podemos distinguir quatro setores de reconversão: o comércio interno de mulas, principal meio de transporte no Brasil; os investimentos nas sociedades anônimas fundadas no Rio de Janeiro durante os anos de 1850; as transferências de capital para Portugal; a utilização de uma parte da frota negreira para o transporte de escravos a Cuba e para o transporte de imigrantes portugueses ao Rio*." Cf. "Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860". *In*: Jeanne CHASE (org.). *Géographie du capital marchant aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987, pp. 131-147.

Império, os comerciantes, sobretudo depois da reconversão dos capitais dos mercadores negreiros para a Praça comercial do Rio de Janeiro, conseguiram converter a terra em mercadoria, e manter um controle sobre o crédito para a produção agrícola e sobre sua comercialização.

No médio prazo, os fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba, através dos financiadores da produção agrícola, sofreram funestos efeitos ao entrarem na festança do farto crédito presente na praça do Rio depois de 1850. Isto ocorreu porque depois da cessação do tráfico de africanos escravos, os lavradores situados no Sul do Império, isto é, o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, províncias que em maior escala cultivavam o café, a todo custo começaram a recorrer aos povoados e, principalmente, à migração dos escravos do Norte para o Sul para proverem dos escravos que careciam as suas lavouras.

Tal deslocamento de força de trabalho escrava do Norte para o Sul onerou tremendamente os cafeicultores, que para conseguirem crédito contraíram elevada dívida de hipoteca rural. Em um período em que os juros anuais bancários giravam em torno de 4,5 a 5%, os prêmios do dinheiro tomado sobre hipoteca computavam, termo médio anual, acima de 18%, havendo algumas hipotecas com juros de 2,5 a 5% ao mês.

Por não conseguir os seus empréstimos diretamente com os bancos, os pequenos e médios produtores agrícolas do Vale do Paraíba fluminense e paulista contraíram empréstimos com os comissários donos de capitais médios. Quanto aos grandes produtores agrícolas desta região, Sweigart calculou que pelo menos 1/6 de todos os sócios de firmas de corretagem do Rio de Janeiro eram fazendeiros de café do interior que diversificaram o seu capital, integrando-se ao alto comércio.[11]

Para que tornasse duradoura a relação estabelecida entre emprestador e devedor, um laço de recíproca *confiança* precisava ser estabelecido entre fazendeiro e comissário. Deste modo, não seria exagero afirmar que o casamento de negócios entre fazendeiro e comissário estava afiançado sobre a confiança que sentiam um pelo outro. Mas essa confiança apresentava um alto preço, revelando qual seria o destino dos fazendeiros presos às hipotecas e aos comissários: ambos estavam fadados a falir.[12]

---

[11] Joseph E. SWEIGART, *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888* (Tese de Ph.D. inédita), University of Texas at Austin, 1980, pp. 66-98.

[12] Convém esclarecer que a falência de comissários e fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense e paulista era fruto da relação entre pequenos e médios produtores agrícolas com os comissários donos de capitais médios. Cf. Marieta de MORAES FERREIRA, *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado), Niterói, UFF, 1977 (mimeo).

O casamento forçado entre fazendeiro e comissário foi arranjado e patrocinado pelo capital mercantil urbanizado, que, como presença onipotente e ao mesmo tempo sequioso pelos altos rendimentos assegurados através desse enlace entre lavoura e meio circulante, mostrava o quanto os senhores do crédito e do comércio dominavam a fazenda, o engenho e o latifúndio. E tal domínio centralizador foi monitorado pelo Partido Conservador durante a Conciliação. Conforme explicitou Mello, "o comissariado de café constituía assim um dos elos na cadeia que ia do fazendeiro ao comissário, aos bancos comerciais, ao Banco do Brasil, ao próprio Tesouro, numa palavra o sistema de centralização creditícia instaurado pela reforma Itaboraí, que gerara a mais poderosa coalização de interesses que conheceu o Segundo Reinado".[13]

A par disso, esclareça-se, entretanto, que a expansão cafeeira continuou no Vale do Paraíba fluminense entre 1850 e 1881, com a incorporação de uma crescente escravaria.[14] Mas se as dificuldades econômicas dos anos cinqüenta e início dos sessenta pareciam atenuadas, a crise bancária de 10 de setembro de 1864 não limitou os seus funestos resultados à época em que se deu; pelo contrário, os seus efeitos fizeram-se sentir por muito tempo. Em meados da década de 1870, indagava-se, ainda para conjurar esta crise financeira, o que havia sido feito "no sentido de beneficiar a lavoura oprimida e acabrunhada por todas as formas?"

> "Criou-se uma caixa hipotecária no Banco do Brasil com um fundo de 35:000.000$000 reis, com o fim especial de auxiliar a lavoura, sendo contemplados de preferência os estabelecimentos agrícolas que já eram devedores ao Banco. Imobilizou-se esta grande soma improficuamente, porque, deixou-se a lavoura no mesmo círculo vicioso em que tinha girado até ali, com os mesmos defeitos e onerada com os mesmo encargos.
>
> E a prova de nenhuma utilidade da criação da caixa hipotecária, é que, à proporção que as hipotecas se venciam, o Banco ia tomando conta das respectivas fazendas.

[13] Evaldo Cabral de MELLO. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª. Ed. revista, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 156.

[14] Robert W. SLENES, no artigo Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: Iraci del Nero da COSTA (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, pp. 103-151, mostrou a manutenção e o dinamismo econômico e, especialmente, da população escrava no Vale do Paraíba fluminense até 1880.

> Sempre nos pareceu que não era mister mais esta prova, para justificar que a lavoura do Brasil, não pode suportar um juro de 10%, juro, e amortização de 5% pagos de seis em seis meses."[15]

Os fazendeiros fluminenses ainda dispunham de acesso ao crédito no final da década de 1870, pois nesse período houve uma transformação das formas de financiamento da cafeicultura, com a expansão do crédito hipotecário e bancário até a década de 1880. Mas no ano de 1885, em meio às discussões ocorridas na Assembléia a partir da proposta do senador liberal de São Paulo, José Bonifácio, o Moço, para a reforma da lei hipotecária de 24 de setembro de 1864, era claro o estrangulamento financeiro dos fazendeiros que haviam se submetido ao crédito hipotecário realizado pelo Banco do Brasil. Conforme assegurava Alfredo d'Escravagnolle Taunay, diretor da Sociedade Central de Imigração, em ofício enviado ao presidente do Banco do Brasil, o conselheiro José Machado Coelho de Castro, naquele momento o Banco do Brasil era,

> "o verdadeiro senhor das melhores fazendas das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo e Espírito Santo, servidas por vias férreas, luxuosamente construídas com bitola mais larga do que as mais ricas estradas desse gênero em França, Inglaterra e Estados Unidos.
>
> Os devedores insolváveis são apenas prepostos tolerados pelo Banco, na sua conhecida, e, até certo ponto, obrigatória condescendência para com os grandes proprietários.
>
> Em algumas fazendas, senão em muitas, já desapareceram até os donos, que as haviam hipotecado, substituídos por gerentes que prestam contas diretas aos delegados do Banco e podem ser considerados simples feitores de numerosas turmas de escravos."[16]

[15] A situação commercial. *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(11) 30 nov. 1874, pp.1.
[16] Banco do Brazil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1885, pp. 2.

O poder de ação política dos lavradores contrasta, e bastante, com a derrota deles pelo crédito real e agrícola. O primeiro ensaio, para isso, veio pela lei hipotecária de 24 de setembro de 1864, ampliada depois em 6 de novembro de 1875 e ratificada em 1879. Tal lei, para se fazer valer, necessitava da decretação do banco de crédito real, cuja base era a importação de capitais estrangeiros com a garantia subsidiária do Estado, a qual seria concedida mediante um depósito no Tesouro, em apólices, de vinte mil contos de réis, além da intervenção do governo na administração superior do estabelecimento. Os legisladores de 1875, como os de 1879, "declararam a impossibilidade de organizar-se sobre outras bases, nas condições atuais do país, o necessário crédito da lavoura reconhecendo a calamidade do alvitre de novas e fabulosas emissões de curso forçado com esse destino, assim como a falta de capitais nacionais que se empregassem a baixo juro na nossa lavoura" – escrevia em 1881 Francisco de Paula Mayrink.[17]

Apesar de em 1884 o Banco do Brasil ter parado de conceder hipotecas garantidas por escravos - um golpe mortal para os agricultores escravistas ligados à economia de exportação - um ano depois, no calor da discussão da reforma da lei hipotecária de 1864, o *Jornal do Commercio* publicava a seguinte sugestão: "Corte o Banco do Brasil o *nó gordium*, liberte já todos os escravos que lhe estão hipotecados, e empreste aos fazendeiros as somas necessárias para as passagens de 50 colonos para cada fazenda. Os fazendeiros que estão desempenhados libertarão seus escravos, e estará abolida a escravidão no Brasil."[18] Ao que tudo indica, a Lei Hipotecária de 1885 deve ser lida à luz da aprovação da Lei dos Sexagenários e do desenvencilhar do Oeste Paulista cafeicultor da tutela dos bancos da Corte.

Em suma, constata-se que, formada como força centrípeta, a economia urbana da Corte Imperial tornou-se uma espécie de esponja que absorvia e fazia drenar para si grande parte dos rendimentos brasileiros do período. E isto ocorria porque lá foram estabelecidos mecanismos capazes de ajustar a economia mercantil escravista cafeeira nacional[19] à

[17] F. de P. MAYRINK. *O cambio-a producção–o governo*. Rio de Janeiro: Typographia do Cruzeiro, 1881, pp. 40.
[18] *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07/09/1885, p.4.
[19] Para João Manuel Cardoso de MELLO em *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed., Campinas: Unicamp/IE, 1998, a economia nacional cafeeira escravagista caminhou inexoravelmente para a inviabilidade histórica. Já para João Fragoso e Maria Fernanda Martins, a elite socioeconômica do Rio de Janeiro sobreviveu às turbulências da abolição iminente através de novas práticas no campo financeiro. Estes novos empresários aliaram-se à elite política do império, em um ambiente em que o Estado teve um papel decisivo para o bom funcionamento da vida econômica. Cf. João FRAGOSO e Maria Fernanda MARTINS, Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas de escravidão – 1850-1880. In*:* Manolo FLORENTINO & Cacilda MACHADO (Org.). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, pp. 143-164.

sua razão de ser, mecanismos de transferência do excedente produzido pela agricultura de exportação que permitissem: 1) a contínua estruturação da economia exportadora cafeeira nacional através da comercialização da sua produção *no* mercado urbano; 2) a criação de mercado de consumo corrente de produtos estrangeiros e nacionais e do escoamento de lá para as zonas interioranas de bens de consumo corrente estrangeiros; 3) que o lucro gerado na agricultura de exportação fosse apropriado quase integralmente pelos bancos e casas comerciais instaladas na Corte.

3. A política e os três fatores de produção

Na segunda metade do século XIX, diante dos três fatores da produção – o trabalho, o capital e a terra – este último estava estruturalmente inter-relacionado com o primeiro, pois sem o fator trabalho (nesse momento histórico, trabalho compulsório) a terra não possuía nenhum valor. A propriedade da terra em si nada valia, pois ela somente passava a ser fator de produção se, e somente se, nela existisse o fator trabalho para lhe atribuir valor. Já a renda da terra só passaria a ocorrer quando o outro fator de produção – o capital – financiasse a montagem da economia agrícola. Está, portanto, estabelecido o mecanismo cuja gênese, dinâmica e direção é determinada pelo capital mercantil, porque não só a mobilização dos recursos produtivos, mas também toda a economia agrícola (sobretudo a exportadora) adquiriu um caráter intrinsecamente mercantil.

Nesse período, o capital produtivo, sobretudo agrícola, estava no palco do país para representar a pujança do capital mercantil urbanizado. Atado ao leito de Procusto do capital mercantil urbanizado, o setor produtivo rural podia no máximo gritar contra a situação na qual se encontrava, mas era claro que este setor estava preso à dinâmica de retração ou de expansão imposta ou permitida pelo capital mercantil urbanizado. Assim, se antes a sua expansão era garantida pela ampla liberdade do crédito, depois ocorreria a retração diante dos juros e amortizações dos empréstimos contraídos e até a ruína diante da obrigação do desembolso em curto prazo.

Os agricultores dificilmente encontravam as somas necessárias para o custeio de suas fazendas e para a aquisição de instrumentos, máquinas e o que mais era de importância para seu melhoramento. Eles somente as podiam adquirir com sacrifícios enormes, pois, em algumas províncias, os contratos eram convencionadamente realizados sob juros muito mais altos que os cobrados pelos bancos.

Reportando-se ao fator trabalho na região cafeicultora do Oeste Paulista após o fim do tráfico transatlântico de escravos africanos, a fim de não travar o processo produtivo nas fazendas em franca expansão - pois ele se mostrou incapaz de incorporar imediatamente o negro liberto, o índio e o sertanejo brasileiro – proletarizaram os imigrantes "que já haviam sofrido o processo de perda de suas posses em seus próprios países. O Brasil participava ativamente das condições postas pelo mercado de trabalho mundial", conforme salientou Martins.[20] Ou seja, na impossibilidade de gerar internamente o expropriado numa fronteira aberta, o proletário deveria vir historicamente pronto dos países que já haviam realizado o seu *enclosure*. Tais países, por não conseguirem absorver a mão-de-obra pobre e miserável que ela mesma gerara, passou a exportá-la para além de suas fronteiras. Esta foi a mão-de-obra exportada para o Brasil.

Depois de 1850, manter-se acoplado ao sistema capitalista significou conservar a herança colonial – escravismo e latifúndio – procurar absorver a população imigrante já expropriada em seu país de origem e constituir um mercado interno sob a égide do capital mercantil urbanizado, que, aliado à divisão internacional do trabalho, nos direcionou a ser um país exportador de *commodities* e importador de bens manufaturados e de consumo geral.

Convém, no entanto, ponderar, com Eisenberg, que o trabalhador livre nacional teve grande peso demográfico e participou de diversas maneiras na agricultura de exportação, num período bem anterior ao da abolição da escravidão.[21] Outrossim, esclarecer que a organização social

---

[20] Maria Stela Bresciani MARTINS. *Liberalismo: ideologia e controle social*. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910 (Tese de doutoramento), USP, 1978, vol. II, p. 317 e seguintes.

[21] Peter L. EISENBERG. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - Sugestão para uma pesquisa, *Anais do Museu Paulista*, 28 (1977/78): 153-73. Incluído depois no livro póstumo *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, 394 p. (cit. pp. 236-7.) Sobre esse "homem esquecido", em um estudo que tomou como fonte primária um material coletado por Eisenberg, ver Valter MARTINS. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX.* Curitiba: UFPR, 1995. (mimeo). Para o período subseqüente, ver Denise Aparecida Soares de MOURA. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo.* Campinas: Área de Publicação CMU/ UNICAMP, 1998.

e econômica formada por dependentes, escravos, "vadios", camaradas e proprietários, era diferente da situação dos trabalhadores assalariados urbanos, apesar de estes também agirem dentro das condições geradas pela escravidão no século XIX.

Paralelamente, e salvo engano, precisa ser explicado como na Província de São Paulo os agricultores escaparam dos mecanismos de reprodução do capital mercantil e financeiro, que fazia drenar os seus rendimentos para os bancos instalados na praça comercial do Rio de Janeiro. Afinal, eram os bancos da Corte que absorviam os lucros dos fazendeiros através de créditos concedidos pelos bancos aos comissários que os repassavam a juros ainda mais elevados para os fazendeiros. Deste modo, interrogar como os cafeicultores da Província de São Paulo conseguiram escapar da tutela exercida pela Corte, em que somente o Banco do Brasil lá instalado tinha prerrogativa para a emissão fiduciária de meio circulante e, assim, da geração de crédito barato.

Em outras palavras, investigar como os cafeicultores se desvencilharam dos financistas e das casas bancárias ligadas aos grupos de interesse político que cercavam a corte imperial do Rio de Janeiro, e transformou esses paulistas em novos donos da liquidez nacional e os possibilitou a realização de crédito barato com capacidade para irrigar a economia nacional; além de os permitir financiar, a créditos baratos para a agricultura, a reprodução da força de trabalho por meio da formação de um mercado de mão-de-obra livre com braços trazidos de fora do Brasil. Compreender, deste modo, que para a região Oeste Paulista tornar-se republicana, abolicionista e imigrantista, primeiramente ela necessitou tornar-se independente economicamente dos vínculos financeiros que submetiam os seus produtores agrícolas ao círculo de ferro político-financeiro instalado na Corte Imperial e forjado pelo Partido Conservador desde a década de 1840.

4. À Guisa de Síntese e de Outras Questões

Neste trabalho, buscou-se argumentar que, ao contrário do que supõe parte da historiografia, o fazendeiro de café apresentava uma

dependência diante do processo de circulação controlado pelos financiadores da produção – bancos, casas comerciais e comissários. Deste modo, havia um domínio do capital mercantil na economia cafeeira, em que a cidade controlava e drenava o lucro do campo para ela.[22]

Tal como propusemos, com a abolição do comércio negreiro internacional, o capital da cáfila de negreiros foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário monitorado pelo Partido Conservador. A inversão do capital dos mercadores negreiros para a capital do Império foi o fator preponderante que catalizou o maior centro financeiro e comercial do país, configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos.

Dentre as características dessa *economia urbana mercantil* da Corte depois de 1850, estava a subordinação da economia agrícola exportadora do Vale do Paraíba fluminense a ela, ou seja, os senhores de terra eram dependentes do crédito e da moeda alocados na cidade. Tal mecanismo fez drenar grande parte dos excedentes da exportação agrícola para os comissários e banqueiros instalados no Rio de Janeiro. Num lance político realizado pelo Partido Conservador, a exígua economia monetária brasileira foi garroteada por um mecanismo *centralizador* que fazia com que todos os rendimentos monetizados fossem remetidos para a Corte. Os comerciantes desta cidade, aliados à tradição mercantilista, financiaram e ganharam com a importação dos mais diversos produtos, fazendo do Rio um centro importador e consumista.

As amarras do sistema bancário ao desenvolvimento econômico não foram somente uma conseqüência lógica da dinâmica do capital mercantil, mas foi também o resultado do mecanismo político instituído pelo Partido Conservador. A política monetária e fiscal implementada pelos conservadores fez com que todo o ritmo de acumulação dependesse das institucionalizações estatais, subordinando a agricultura exportadora, atravancando o desenvolvimento manufatureiro e drenando os lucros monetizados da acumulação produtiva mais dinâmica do país para a capital do Império. A Corte, constituindo-se no epicentro da economia nacional, vai absorver os lucros produtivos através do sistema bancário

[22] Este parágrafo e os próximos quatro são conclusões que foram sintetizadas a partir de minha tese de doutoramento. Cf. *Cercamento à Brasileira ..., op. cit.*

e de crédito. Este sistema, por sua vez, retroalimentou, através dos comissários, a produção agrícola exportadora e tonificou a importação de bens de consumo.

Para manter essa dominação, os Conservadores adotavam uma política monetária e de crédito que restringiam o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um lado, o apoio dos votantes e eleitores aos Conservadores significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como o mercado interno estava preso aos interesses do capital mercantil, ele não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico.[23]

Ao seguir o espírito da Constituição do Império, a qual dava, de forma exclusiva, à Assembléia geral a atribuição de fixar anualmente a despesa pública, e de repartir as contribuições (conforme o art. 15 § X), e muito mais ainda quando tornava privativa da Câmara dos Deputados a iniciativa sobre impostos (de acordo com o art. 36, I), pois sem estes nenhum serviço seria possível, representantes do Partido Liberal deixavam registrados que a Guerra do Paraguai (1864-1870) havia sido mais um, dentre outros pretextos utilizados pelos Conservadores, para, através da administração financeira, produzir *déficits* a fim de valer-se politicamente do crescimento da burocracia, o que transformou a maior parte das repartições públicas "em verdadeiras casas de *socorro*, em que à titulo de serviços *negativos*, a clientela administrativa e afilhadagem política procuram tornar-se *pensionistas* do estado", protestava Tito Franco de Almeida.[24]

---

[23] Richard GRAHAM. *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 e Peter EISENBERG. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 235 e segs. estudaram o processo modernizador em seus aspectos econômicos, discutindo até que ponto a modernização efetivamente ocorreu, ou se não ultrapassou os limites (como no caso dos engenhos centrais nordestinos estudados por Eisenberg) de uma "modernização sem mudanças", conservadora. Também, sobre como as idéias de três intelectuais (Rebouças, Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay) influenciaram nas reformas éticas e morais do país, embora cada um deles defendesse um ponto de vista distinto – Rebouças, motivado pelas mudanças nos Estados Unidos, defendia reformas "americanas"; Nabuco, "inglesas" e Taunay "francesas", ver Maria Alice Rezende de CARVALHO. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998, 256 p. Ainda sobre se haveria um processo modernizador geral que acabaria vencendo todos os arcaísmos no Brasil, a análise de Richard GRAHAM. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, 542 p., sobre a perenidade da patronagem brasileira desde o Império configura uma negativa categórica da teoria da modernização.

[24] Tito FRANCO D´ALMEIDA, *op. cit.*, p. 173. Este político liberal paraense ganhou projeção na Corte Imperial quando sae sua lavra, em 1867, o livro intitulado *Biografia do Conselheiro Francisco Furtado*, cujos argumentos foram lidos, com lápis na mão e devidamente anotados por D. Pedro II. O exemplar da *Biografia do Conselheiro Francisco Furtado* que pertenceu a D. Pedro II encontra-se na biblioteca do Instituto Histórico do Rio de Janeiro. Salvo engano, a coleção Brasiliana, vol. 245, foi a última reimpressão desta obra.

No entanto, a decretação do curso forçado e o financiamento da Guerra do Paraguai através do aumento da dívida pública interna, com a emissão pela ordem pública de apólices incrementa o desenvolvimento do mercado interno. Com isso, assegura-nos Granziera, haverá um fracionamento de uma economia antes dominada pelo capital comercial em duas economias: a comercial, no Rio de Janeiro, e a capitalista, em São Paulo.[25]

Como o crédito e o sistema bancário eram meios que reforçavam a dominação do capital mercantil na economia cafeeira, faz-se necessário reconstituir empiricamente o desenvolvimento das formas de crédito em São Paulo nesse período, perguntando quem concede e quem solicita empréstimos, quais são as instituições que o realizam, sob que formas, como surgem os bancos e como sofrem mudanças ao longo do tempo.[26]

E como a elite financeira tinha contatos íntimos e próximos com a elite política através do Banco do Brasil e outras instituições, acompanhar as relações deste banco como o governo torna-se importante para entender a política de crédito empreendida e suas conseqüências para a produção[27]. Conforme postulamos, a configuração politicamente independente da região Oeste Paulista foi conseguida e realizada a partir de sua autonomia financeira, livre das amarras erigidas pelos Conservadores que enlaçavam todas as províncias, à mercê da Corte.

5. Fontes

5.1. Fontes Primárias

Jornais

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 07/09/1885, p.4.

"Banco do Brazil", *Jornal do Commercio*.Rio de Janeiro, 12 ago. 1885, p. 2.

[25] Rui Guilherme GRANZIERA, op. cit., p. 99 e segs.

[26] Estas questões, que foram formuladas por Flávio Azevedo Marques Saes, ele procura respondê-las para o caso de São Paulo, sobretudo para depois do fim da escravidão até 1930. Ver: Flávio Azevedo Marques SAES. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)* São Paulo: USP, 1983 (Tese de Livre-Docência), (mimeo).

[27] João FRAGOSO e Maria Fernanda MARTINS, op. cit., pp. 153-61.

Revistas

"A situação commercial", *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(11) 30 nov. 1874, p.1.

Livros

BARRETO, Tobias, *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913.

BRASILIENSE, Américo *Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio. Primeira parte: exposição de principios*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

FRANCO D'ALMEIDA, Tito. *A Grande politica. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1877.

MAYRINK, Francisco de Paula. *O cambio-a producção – o governo*. Rio de Janeiro: Typographia do–Cruzeiro, 1881.

5.2. Fontes Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860. *In*: Jeanne CHASE (org.). *Géographie du capital marchant aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987, pp. 131-147.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

_____ . *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunas, Rio de Janeiro, IPERJ, 1988.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998.

EISENBERG, Peter Louis. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - Sugestão para uma pesquisa, *Anais do Museu Paulista*, 28 (1977/78): 153-73.

_____ . Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

_____ . *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

_____ . *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FRAGOSO, João e MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas de escravidão – 1850-1880. In: Manolo FLORENTINO & Cacilda MACHADO (Org.), *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

GRAHAM, Richard *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____ . *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira.* São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.

MARTINS, Maria Stela Bresciani. *Liberalismo: ideologia e controle social. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910*. (Tese de doutoramento), São Paulo: USP, 1978.

MARTINS, Valter, *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX,* Curitiba: UFPR, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª. Ed. revista, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed., Campinas: Unicamp/IE, 1998.

MERQUIOR, José Guilherme, Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina. In: John A. HALL (org.), *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 386-421.

MORAES FERREIRA, Marieta de. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, (Dissertação de Mestrado), 1977 (mimeo).

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. Da Senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1995.

SAES, Flávio Azevedo Marques. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)*. São Paulo: USP (Tese de Livre-Docência), 1983.

SLENES, Robert W., Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: Iraci del Nero da COSTA (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SWEIGART, Joseph E. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. (Tese de Ph.D., inédita), University of Texas at Austin, 1980.

VITORINO, Artur José Renda, Tributação, empreguismo e manufaturas na conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira (1850-1880), *Humanitas*, Campinas, 4(2): 57-90, ago./dez., 2001.

_____ . *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado), 2002.

A IMIGRAÇÃO ARGENTINA PARA CAMPINAS (1960-2000). REFLEXÕES METODOLÓGICAS.

Argentine Immigration to Campinas (1960-2000). Methodological Reflections.

Lilia Inés Zanotti de Medrano[1]

Resumo

Este trabalho é parte de um projeto mais amplo cujo objetivo é abordar o processo migratório argentino contemporâneo para a cidade de Campinas, entre os anos 1960 e 2000, bem como acompanhar sua inserção nas diversas atividades profissionais em instituições de pesquisa, universidades e empresas desta cidade. O tema se insere nas linhas de pesquisa do Grupo de História Regional. Trata-se de um trabalho de história do tempo presente e neste artigo apresentamos algumas reflexões metodológicas para abordar esta temática e contribuir para as etapas posteriores da pesquisa.

Palavras-chave: imigração Argentina; imigração latino-americana; história do tempo presente.

Abstract[2]

This research work is part of a more comprehensive project whose aim is to cover the Argentine contemporary migration process to the city of Campinas in the period 1960-2000 as well as to follow the immigrants' insertion in the different professional activities within research institutions, universities and companies in the city. This subject is in line with the research lines of the Regional History Group.

[1]Professora da Faculdade de História, Centro de Ciências Humanas (CCH), PUC-Campinas. Pesquisadora líder do Grupo de História Regional.

[2] Tradução realizada por Verónica Laura Medrano.

It is about a present history work and this article presents some methodological reflections to approach the subject and contribute to the next research stages.

Key words: Argentinian immigration; Latin-american immigration; present history

Apresentação

No campo dos estudos migratórios, este trabalho coloca o acento nas questões culturais e políticas dando historicidade a um processo de deslocamento de pessoas em tempos recentes. Isto, por outro lado, não pressupõe optar por uma perspectiva homogênea de análise uma vez que deve levar em conta aspectos pessoais, o contexto econômico e político dos países envolvidos – Argentina e Brasil -, assim como as relações institucionais e governamentais no país de recepção destes indivíduos. Significa, portanto, compreender não só a relevância do intercâmbio profissional, social e cultural, como também os motivos dos deslocamentos, as experiências anteriores, além de avaliar a inserção e atuação do imigrante na sociedade e nas instituições locais.

No campo metodológico elaboramos algumas reflexões sobre a especificidade histórica deste processo migratório para a cidade de Campinas focando o perfil de uma imigração contemporânea latino-americana integrada, em sua maioria, por profissionais universitários. Tratando-se de um trabalho de história do tempo presente apresentamos as possibilidades metodológicas que oferece a História Oral para a reconstituição histórica do processo migratório argentino para a cidade de Campinas e acompanhar a inserção dos argentinos nas diversas atividades profissionais em instituições de pesquisa, universidades e empresas desta cidade[3]. Ainda, em relação à delimitação temporal da pesquisa, 1960 – 2000, elaboramos algumas considerações que entendemos pertinentes.

Uma periodização para a história do presente na América Latina

Os marcos cronológicos foram traçados, provisoriamente, entre os anos 1960 e 2000. E dissemos provisoriamente, porque o fenômeno da

[3] Projeto de pesquisa: *A imigração Argentina para Campinas (1960-2000).* O tema se insere nas linhas de pesquisa do Grupo de História Regional da Faculdade de História da PUC-Campinas. Conta com a participação de alunos de Iniciação Científica do Curso de História.

emigração /imigração é pouco previsível uma vez que está diretamente relacionado a fatores econômicos, políticos ou pessoais e porque as chamadas "ondas migratórias" obedecem, geralmente, a uma lógica interna delimitada no tempo e no espaço por esses mesmos fatores políticos e/ou econômicos que afetam individualmente, pessoas, famílias ou grupos diversos.

Um outro aspecto merece ser comentado que reforça esta questão. Não existe uma clara definição sobre os marcos temporais que permitam delimitar a história do tempo presente no continente latino-americano. Existe, sim, um consenso sobre o ano de 1945, - fim da Segunda Guerra Mundial - como um divisor de águas para delimitar a história do tempo presente no mundo ocidental e por extensão, na América Latina. Com esta afirmação, o historiador catalão, Joan del Alcázar Garria,[4] considera que se por um lado, a história da "…América Latina no está al margen de las grandes fracturas mundiales que periodizan la historia contemporánea, y desde luego no es ajena al punto y aparte que significa la victoria de las economías occidentales y el comunismo soviético sobre el fascismo italiano y alemán y el imperialismo japonés", por otro, esta baliza - 1945 - "no deja de ser una baliza relativamente exógena a la América Latina."[5]

O autor sugere, uma proposta, a ser discutida, considerar como marco cronológico adequado à história recente ou do presente da América Latina, o início da Revolução Cubana – 1959 – em função de suas repercussões continentais. Esse ano assinala, efetivamente, o início de uma série de manifestações sociais, políticas e econômicas que afetaram, em maior ou menor grau, cada um dos países do continente. Porém, falta estabelecer dentro deste marco esses efeitos concretos sobre as economias e as sociedades latino-americanas. De qualquer forma, esse marco poderia explicar o ciclo de movimentos revolucionários surgidos no continente e a conseqüente repressão militar, também violenta, ocorridos em todos os países durante o período 1964- 1983, aproximadamente.

Além disso, como o lugar de destino dessas ondas migratórias deve oferecer, em contrapartida, oportunidades de trabalho nessa

[4] GARRIA, Joan del Alcazar. Lasnuevas fuentes documentales en el estudio de la Historia Presente de América Latina. In: DIAZ BARRADO, M. P. (coord.). *Historia del Tiempo Presente*. Teoria e Metodologia. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1998, pp. 183-188.
[5] Ibid. pp. 185.

sociedade, a pesquisa objetiva investigar as possibilidades de inserção dos profissionais argentinos nas instituições de Campinas. Desta maneira, fica a possibilidade de rever os marcos cronológicos à medida que a pesquisa avança, ou, então, os marcos cronológicos passam a ser parte dos objetivos da pesquisa. Pelos motivos apontados acima, o amplo espectro de possibilidades que oferece este movimento migratório nos obriga a manter certa cautela tanto em relação aos marcos cronológicos, como também às motivações que impulsionaram à emigração do país, aspectos que serão desvendados no decorrer da investigação.

Porque Campinas?

A cidade de Campinas foi escolhida como cidade receptora porque ela abriga várias instituições de pesquisa, algumas tradicionais e outras mais recentes. Exemplo é o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que funciona desde a criação da Imperial Estação Agrícola, em 1877 e é responsável pelas pesquisas nesse campo; também a cidade conta com duas importantes universidades a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que congrega grupos destacados nas diversas áreas do conhecimento, particularmente nesta última, no setor de novas tecnologias. Também, com a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - Telebrás (CPQD), do Centro Tecnológico para Informática (CTI), em 1984 e do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron do CNPq (L.N.S), em 1986, a cidade se converteu num pólo tecnológico direcionado ao desenvolvimento da pesquisa e das indústrias de ponta. Estas especialidades estão relacionadas fundamentalmente, aos setores de física, telecomunicações e informática.

No campo industrial, embora a indústria campineira dava seus primeiros passos, desde os últimos anos do século XIX, em torno da indústria de tecidos, alimentos, couro e madeira, houve também o desenvolvimento do setor metalúrgico que atendia às necessidades locais. Já por volta de 1940, o impulso do capitalismo trazia para Campinas indústrias importantes, algumas delas de capitais nacionais e internacionais, como a Selmi, Leco, Rhodia, 3M, entre outras. Este

processo se acelerou na década de 1950 com a chegada de grandes empresas de capitais multinacionais como a Singer, Dunlop, IBM, Bosch, Mercedes Benz, Matarazzo, Merck, Sharp-Dome, entre outras.

Estes fatores - no campo universitário e da investigação, no industrial ou na ampliação de possibilidades no variado campo ocupacional e dos estudos superiores - podem ser assinalados como fatores de atração na medida em que ofereceriam oportunidades de empregos ou de desenvolvimento de atividades privadas. Ë neste sentido que os objetivos do trabalho apontam: observar os fatores complementares (de expulsão e de recepção) que permitiriam a concentração de um número relativamente importante de profissionais argentinos na sociedade campineira.

É por isso que julgamos pertinente não vincular o início do processo migratório argentino para o Brasil apenas aos fatores políticos, por exemplo, ao período militar argentino - 1976-1983. Embora a emigração da Argentina se exacerbou nesse período como conseqüência da violenta repressão militar, muitos argentinos que chegaram a Campinas antes ou depois, o fizeram por diversos motivos, entre os quais podemos incluir seqüestros ou ameaças da guerrilha urbana.

Da mesma forma, muitos investigadores que foram contratados como docentes nas universidades ou como pesquisadores nas instituições de pesquisa da região, vieram por um interesse recíproco de desenvolver trabalhos científicos e de intercâmbio de experiências. Muitos outros saíram do país por motivos pessoais procurando novas oportunidades de trabalho com a esperança de trabalhar por conta própria ou como estudantes universitários, particularmente, na área da pós-graduação.

Argentina, porque emigram os profissionais?

Os movimentos migratórios latino-americanos contemporâneos tiveram grande impacto no campo dos recursos humanos qualificados. Neste sentido, a saída de argentinos, com alto grau de formação intelectual tem sido quase constante nas últimas quatro décadas. Como a maioria dos processos migratórios obedeceu a diversos fatores, entre eles, a falta de oportunidades para exercer seus projetos de vida pessoal e ou profissional,

político-ideológicos, econômicos ou pessoais. Desta maneira, muitas pessoas com alto grau de qualificação profissional emigraram do país. Certamente, os países desenvolvidos ofereceram oportunidades atraentes tanto desde o ponto de vista da realização profissional, como pessoal. Outros, menos desenvolvidos procuraram parceiros com os quais construir projetos delineados a partir de políticas definidas.

Se por um lado, sabemos que nos últimos anos, a situação econômica na Argentina tem se deteriorado enormemente com a implementação do projeto econômico neoliberal levando a uma progressiva deterioração social e econômica da população, por outro, podemos afirmar que o processo migratório de profissionais já tinha se iniciado na década de sessenta ocorrendo flutuações, porém, de forma constante e progressiva. Além disso, também sua composição variou de acordo com as circunstâncias. Nesse longo período houve a emigração (e retorno) de numerosos cientistas, muitos deles de renome internacional, mas também muitos jovens em busca de melhores oportunidades no campo do trabalho e ou profissional. Este processo significou, sem dúvida, uma drenagem de recursos humanos e sua conseqüente transferência para o exterior.

Efetivamente, não podemos deixar de assinalar que por volta dos anos 1950 e até 1970 iniciou-se um período de importantes mudanças nas economias do Cone Sul, cuja complexidade foi registrada nos numerosos abalos sentidos nas economias nacionais com fortes reflexos nas diversas camadas da população. No caso argentino a tradicional e também numerosa classe média foi duramente atingida. Se por um lado, o setor industrial registrou um crescimento nas áreas da siderurgia, petroquímica, na produção de eletricidade e na indústria automobilística, entre outras, por outro, e paralelamente, o "sistema de substituição de importações" mostrava suas deficiências e sua incompatibilidade com o novo dinamismo da economia mundial.

A partir dos anos 50, os grandes capitais estrangeiros, particularmente norte-americanos, foram deslocando os empresários locais acelerando o intercâmbio comercial exterior e as flutuações da economia. A crescente influência econômica e financeira norte-americana também acelerou o endividamento e a dependência das importações de bens de capital e de produtos básicos com a conseqüente exposição às flutuações dos preços do mercado internacional. Nesse contexto, a partir de 1976, com o governo militar de Jorge Videla, o Ministro de Economia

argentino Alfredo Martinez de Hoz atendendo aos preceitos da doutrina neoliberal, tomou medidas que destruíram o parque industrial provocando um sério abalo numa economia que não estava preparada para enfrentar a concorrência num mundo globalizado. Isto afetou à sociedade de um modo geral e ao ambiente universitário e empresarial, em particular.

Ainda, o ambiente universitário argentino foi atingido, primeiramente, pela crise de 1966 quando na chamada *"la noche de los bastones largos",* provocada por problemas políticos e educacionais, muitos professores saíram do país devido à insegurança existente. Posteriormente, os problemas econômicos e a falta de perspectivas no campo de trabalho profissional foi um fator recorrente que provocou a saída de pessoas com alto nível educacional.

Por outro lado, os acontecimentos ocorridos nas décadas de sessenta e setenta quando, o chamado Processo de Reorganização Nacional (1976), que se caracterizou pela ascensão dos militares ao poder instalando uma máquina de poder repressora, a mais violenta que a Argentina viveu, atingiu muitas pessoas, participantes ou apenas suspeitos de se engajarem em atividades "subversivas". Certamente, a presença dos militares no governo argentino é mais antiga. Embora as ditaduras militares foram uma característica de todos os países da América Latina nesse período, o traço distintivo que caracterizou o processo político argentino entre os anos 1955 e 1983 foi a crescente participação dos militares e de sua institucionalização no poder. As Forças Armadas, nesse contexto, passaram a ter um papel tutelar no cenário político, em grande parte, estimulado pela debilidade das lideranças civis democráticas que o aceitavam como necessário para a governabilidade do país[6].

Os rumos do Brasil foram diferentes embora não muito mais felizes. No período militar, no terreno econômico apontava-se para uma "modernização" da economia que conduziu ao endividamento com as instituições financeiras internacionais. Entretanto, desde 1964, enquanto o país marchava "sob uma ideologia autoritária e centralizadora"[7], no campo universitário apostava-se para uma política de incentivo à pesquisa

[6] CASTRO, Celso e D' ARAÚJO, Maria Celina. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* São Paulo: Editora FGV, 2000, p. 2.
[7] MOTOYAMA, Shozo. *Prelúdio para uma história*. Ciência e Tecnologia no Brasil, São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2004, p. 257.

e de uma educação qualificada de ensino superior. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) aprovado pelo Presidente Geisel em 1975[8] tinha a finalidade de formar em cinco anos doutores e mestres capazes de consolidar a pesquisa qualificada no Brasil. O impulso recebido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é desse período.

A conjunção desses fatores promoveu uma mobilização de profissionais altamente qualificados (estrangeiros e brasileiros que tinham feito seus doutorados no exterior) de/e para o Brasil. Dentro desse contexto a vinda de pesquisadores argentinos teria sido facilitada pela instabilidade político-ideológica e econômica argentina e pela abertura de novas perspectivas profissionais nas universidades brasileiras. Da mesma forma, as empresas multinacionais transferiam seus executivos e pessoal especializado aos países onde a estabilidade política era garantia, para o desenvolvimento das atividades profissionais.

Embora em diversos períodos muitos profissionais retornaram ao país de origem, hoje, após mais de trinta anos, ainda permanece um grupo que fincou raízes na cidade. Também, o intercâmbio de estudantes de pós-graduação tem sido constante e contínuo mostrando que a decisão migratória é parte um processo histórico dinâmico que tentaremos reconstituir.

Memória, história e o tempo presente

Na presente investigação a autora deste projeto e sua família fazem parte do grupo em estudo. Isto obriga a fazer algumas considerações acerca da validade da pesquisa histórica em função da proximidade com o objeto que abordamos. Embora não pretendemos fazer uma história autobiográfica sabemos que, tendo sido testemunho e agente neste movimento, a pretensa objetividade do historiador obviamente cederá espaço a uma investigação histórica com uma íntima relação pessoal com o objeto de estudo. Todavia, esta vivência pode ser relevante se considerarmos que o historiador pode contribuir com seus testemunhos à construção de uma história vivida, mas também compartilhada, neste

[8] A Regulamentação dos Cursos de Pós- Graduação data de 1963.

caso, por um grande número de compatriotas conhecidos e desconhecidos que, por diversas circunstâncias, chegaram à cidade de Campinas. Isto porque, o historiador/ investigador é apenas testemunho de um fragmento dessa história e, também, um instrumento de compreensão e reconstituição dessa história. Por isso, seu olhar de historiador deverá se estender muito além da própria experiência, o que nos leva a reconhecer que a idéia da vivência e da proximidade com o objeto de estudo constituem um exercício intelectual legítimo de análise histórica.[9]

Nos últimos tempos, a história do *tempo presente* tem sido debatida nos meios acadêmicos. Vista como uma fronteira entre jornalismo e história, superando preconceitos e opondo entre si, defensores e detratores, hoje, é mais um campo de reflexão do historiador. Segundo Pierre Nora[10]: "A conquista do seu próprio século e mesmo do presente por parte do historiador constitui um dos avanços da disciplina no decurso das últimas décadas. Ela mostrou que os obstáculos considerados redibitórios eram ultrapassáveis e que uma inteligência histórica do presente era não só possível, mas também necessária". Para Eric Hobsbawm, a vantagem de se escrever a história do século XX, é saber "o quanto as coisas mudaram"[11] e, ainda, para Pierre Nora[12] "... nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente já possuído de um sentido 'histórico'. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea de sua imperfeição".

A pesar das tensões provocadas pela proximidade da história e do jornalismo, a história do tempo presente não está fixada apenas na reprodução dos acontecimentos. Isto porque, para reconstituir historicamente o presente devemos atentar para referências anteriores que permitam uma nova dimensão de análise. Neste sentido, o historiador do tempo presente tem ao seu alcance uma diversidade de fontes que ampliam o seu universo de análise.

Nos referimos à utilização de documentos manuscritos, impressos e aos meios de comunicação. Mas, é a História Oral que tem

[9] Ver: CHAUNU, Pierre, DUBY, George e outros. *Ensaios de Ego-História*, Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p. 9-10.

[10] NORA, Pierre. Apresentação. In: CHAUNU, Pierre, DUBY, George e outros. *Ensaios de Ego-História*, Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, pp. 10.

[11] HOBSWBAM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 247.

[12] NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. Entrevista recolhida por Jean-Jacques Brochier. In: LE GOFF, Jacques, LADOURI, Le Roy et alii. *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1977, p. 56-58.

sido reconhecida, nos últimos tempos, como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes documentais particularmente importantes para a história contemporânea e do tempo presente. As entrevistas gravadas e transcritas são instrumentos importantes para a reconstituição histórica, além de ampliar o conhecimento sobre experiências que podem ser registradas, armazenadas e divulgadas.

A História Oral passou por um longo processo de aceitação e adaptação nos meios acadêmicos e foi a partir dos anos 1980 e 1990, quando sua metodologia permitiu sistematizar as experiências, que a contribuição para a História do tempo presente foi inegável permitindo, entre outros aspectos, estudar a trajetória de indivíduos ou grupos pertencentes a diversas categorias e ou camadas sociais. Contribuiu, assim, para a pesquisa histórica ao introduzir o papel da memória individual e coletiva, vista como um elo entre passado e futuro.

Pierre Nora[13] reconhece a oposição entre história e memória e chama a atenção para a necessidade de dar uma "história à memória". Assim, a memória pertence aos vivos, sofre transformações, esquecimentos e é vulnerável a deformações; a história é a reconstituição ou a representação que o historiador faz do passado, é uma operação intelectual, problematizada e crítica. Para Maurice Halbwachs,[14] a memória individual é sempre coletiva, porque compartilhada pelo grupo.

Se para Maurice Halbwachs, são muitas as referências que estruturam nossa memória, para Michael Pollak,[15]

> "... estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer, salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias,

[13] NORA, Pierre. *Lês Lieux da Mémoires*. 7 vols., Paris, 1983-1994. Apud: SCHAWARZSTEIN, Dora. Memoria e Historia. *Desarrollo Económico* – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires: v. 42, no. 16, octubre-diciembre, 2002, pp. 475.
[14] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, pp. 82.
[15] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, no. 3, 1989, p. 3-15.

> regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis".

Certamente, as memórias coletivas constituem um elemento importante para a preservação das "estruturas institucionais de uma sociedade" uma vez que nelas aparecem as tensões existentes no interior dos grupos que representam. Essas tensões, por outro lado, não são apenas reflexos das relações internas do grupo, mas também dos indivíduos e a memória nacional. As pessoas, assim como os grupos podem se identificar de formas diferentes com os acontecimentos políticos nacionais, em função das memórias individuais que interiorizaram as tensões e as "contradições" das imagens oficiais e suas próprias "recordações pessoais" (POLLAK, M. 1989). Além disso, a memória, seja coletiva ou individual, tem sempre como referência, um espaço sem o qual seria impossível recuperar o passado. Gostaríamos concluir estas reflexões lembrando que, segundo Dora Schwarzstein[16]:

> "Al distinguir el rol que las narrativas personales jugaron en la vida de los testigos podemos reconocer que esas narrativas son parte de la historia misma. Separar las experiencias de los significados que tuvieron para los protagonistas es la negación de una parte de la realidad histórica misma. Este es el aporte fundamental que la Historia Oral puede brindar tanto a la expansión de los estudios históricos como a una mejor comprensión del diálogo entre historia e memoria. Pero, debemos tener claro que el testimonio, cuya materia prima es la memoria, no es historia. Por tanto, no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporarla plenamente a la narrativa histórica".

Considerações Finais

Estas referências à memória são necessárias na medida em que as pessoas que integram um grupo de imigrantes – neste caso, de

[16] SCHAWARZSTEIN, Dora. Memória e Historia. *Desarrollo Económico* – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires: v. 42, no. 16, octubre-diciembre, 2002, pp. 469 – 482.

argentinos - experimentam o peso da ruptura com o passado, não apenas pessoal e familiar, mas também profissional. Todavia, a memória recuperada pela História Oral atua como um elemento mediador entre o passado e o presente dando um sentido de continuidade ao futuro imediato. Assim, ao estudar a emigração de profissionais argentinos para Campinas temos a convicção de que se trata de uma comunidade histórica, que a pesar dos diferentes caminhos percorridos conserva sua unidade histórica assentada sobre objetivos e projetos comuns ou não, que revelam a heterogeneidade das experiências vividas. Neste sentido, a escolha dos entrevistados poderá oferecer dados importantes para avaliar as diferentes trajetórias, mas também, as experiências compartilhadas, aquelas que são recorrentes ou aquelas apenas pessoais.

Certamente, no caso que tratamos, as entrevistas constituem um aporte fundamental para o "diálogo entre história e memória", mas também é necessário reconhecer os seus limites. Neste sentido, a complementação de dados sobre o contexto econômico e político-ideológico dos países envolvidos no momento da imigração, é também fundamental. A consulta a fontes documentais primárias e secundárias e o cruzamento com os resultados das entrevistas contribuirão para o conhecimento do universo em que se insere a experiência migratória.

Bibliografia

ARUJ, Robert. *Porque se van? Exclusión, frutración y migraciones*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

CHAUNU, Pierre; DUBY, George e outros. *Ensaios de Ego - História*. Lisboa: Edições 70, 1989.

CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. (Organizadores). *Domínios da História.* Ensaios de Teoria e Metodologia, Rio de Janeiro: Editora CAMPUS, 1997.

CASTRO, Celso e D' ARAÚJO, Maria Celina. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* São Paulo: Editora FGV, 2000.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?*. Sobre história e os historiadores, São Paulo: Editora Ática, 1995.

GARRIA, Joan del Alcazar. Las nuevas fuentes documentales en el estudio de la Historia Presente de América Latina. In: DIAZ BARRADO, M. P. (coord.). *Historia del Tiempo Presente*. Teoria e Metodologia. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1998, p. 183-188.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas*. Direção de Pierre Nora e Jacques Le Goff; Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, p. 179-193.

HOBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos*. O breve século XX, 1914 - 1991, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques, LADOURI, Le Roy et alii. *A Nova História*, Lisboa: Edições 70, 1977.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1996.

MOTOYAMA, Shozo (org). *Prelúdio para uma história*. Ciência e Tecnologia no Brasil, São Paulo: EDUSP / FAPESP, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*, São Paulo: Contexto, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas, São Paulo: Editora UNESP, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, no. 3, 1989, p. 3-15.

_____ Memória e Identidade Social, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, no. 10, 1992, p. 200-212.

SCHAWARZSTEIN, Dora. Memória e Historia. *Desarrollo Económico* – Revista de Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 42, no. 16, octubre-diciembre, 2002, pp. 469 – 482.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. *O presente como história: economia e política no Brasil Pós-64*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997 (Coleção Trajetória 3).

EL DORADO ESPIRITUAL – MOTOLINÍA E O MILENARISMO NA AMÉRICA ESPANHOLA

"El Dorado Espiritual" - Motolìnia and the milenarism in Sapanish America

Marcus Vinícius MORAIS[1]

Resumo:
Este artigo tem como objetivo mostrar de que modo a América está inserida no discurso utópico europeu. As visões construídas sobre as novas terras determinaram, em parte, as práticas realizadas nos no continente americano, a partir do discurso milenarista.
Palavras-chave*: Europa, crise, utopia, viagens, América.*

Abstract
The aim of this article is to show us the way that America is inserted in the Utopian European speech. The interpretations built on the new lands determined in part, from milenarist speech, the practices executed in American continent, present in the XVI religious discourse.
Key words: Europe, crisis, utopia, great navigations, America.

> "[...] e os vassalos indígenas não têm outro querer senão é o do Senhor, e se alguma coisa lhes mandam, por grave que seja, não sabem responder outra coisa que 'assim seja' [...]".
>
> Toribio de Benavente

[1] Mestre em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Departamento de História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil, FAPESP.

Monte da Galiléia, trigésimo terceiro ano após o nascimento do Senhor; os apóstolos foram ao local indicado por Jesus que, aproximando-se, lhes disse: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado, será salvo; mas quem não crer será condenado (Mc 16, 15-16). México, 1524, terceiro ano após a queda de Tenochtitlán: depois da conquista territorial é preciso converter os indígenas em cristãos. Empresa sensível que se propõe a mexer na alma das pessoas, atitude que assume caráter de dominação. Mas para isso, são precisos mais missionários: "[...] habíamos escrito a Su Majestad suplicándole que nos enviase religiosos franciscanos [...] para que nos ayuaden en la conversión y santa doctrina de los naturales desta tierra [...]"(CASTILLO, 1997, p.543)[2].

O pedido de Cortés foi imediatamente respondido e, naquele mesmo ano, doze franciscanos chegaram à cidade do México: "[...] la llegada de los Doce pone el principio de la evangelización sujeta a orden y método" (RICARD, 1994, p.83)[3]. O número de "doze" franciscanos, para o início da evangelização, não foi, de modo algum, arbitrário. Ele representou, antes de tudo, a permanência de certa tradição cristã. Jesus era simples, pobre e iniciou sua pregação para doze apóstolos que seriam os responsáveis por divulgar, mais tarde, o Evangelho, as palavras e os ensinamentos do Messias. Os franciscanos também se consideravam simples, pobres e desvinculados de qualquer valor à materialidade. Estão em "nova terra", seria um novo início, num lugar edênico e paradisíaco; eles foram os escolhidos e a mensagem de salvação deveria ser feita a partir de imagens de forte impacto simbólico. Os frades menores também se sentiam responsáveis por divulgar a palavra. Os conquistadores espanhóis receberam os frades de modo significativo: beijaram as mãos dos franciscanos após a chegada à Nova Espanha: "[...] ya que nos encontramos con los reverendos religiosos, el primero que se arrodilló delante de fray Martín de Valencia y fue a besar las manos fue Cortés, y no lo consentió, y le besó los hábitos y a todos los más [...]" (CASTILLO, 1997, p.543)[4]. Suas vestes simples, os pés descalços, o ato de beijar e o

[2]CASTILLO, Bernal Díaz Del.
Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España. Madrid: Espasa, 1997.p.543.
[3]RICARD, Robert. *La Conquista espiritual de México*. México: FCE, 1994.p.83.
[4]CASTILLO, Bernal Díaz Del. *Op.cit.*. p. 543.

número doze representavam algo, simbolizavam idéias: de retorno a uma cena que já aconteceu em outra época. A ordem mendicante acreditava estar mais próxima de Jesus, livre do luxo, associada ao cristianismo primitivo, de como as coisas foram e de como, agora, elas deveriam ser. A utopia religiosa ganhava forma na América, a partir de forte tradição escatológica e milenarista e os frades tinham certeza total do sucesso da conversão. Esta cena não é apenas teatral, mas marcou a tentativa de resgatar um passado perdido e supostamente perfeito: em terras distantes a utopia se fazia real, num lugar paradisíaco com doze apóstolos escolhidos por Deus.

Aparecendo com muita força no século XII, a partir das idéias de Joaquim Di Fiore, o milenarismo apresentou-se, na maioria das vezes, como retorno a um modelo de princípio e aperfeiçoamento desse mesmo modelo. As crenças milenaristas sempre estiveram ligadas à idéia de Paraíso Terrestre, seria o tempo do reinado terrestre de Jesus e, este, aconteceria em breve: "[...] reencontrar e instaurar uma terra paradisíaca onde o lobo e o cordeiro viveriam juntos, e onde a criança poderia sem perigo pôr a mão na toca da víbora" (DELUMEAU, 2003, p.364)[5]. Transportou-se da nostalgia do Éden à esperança de um novo Paraíso, à espera de um reino deste mundo. É apontar em direção ao horizonte de reconciliação e fraternidade onde muitos anos de felicidade existirão antes da segunda vinda do Messias. É preciso que no fim dos tempos toda a maldade seja aniquilada da Terra e que a justiça reine durante mil anos. Haveria a destruição dos inimigos e do Anticristo, o término dos sofrimentos, a reconstrução da Nova Jerusalém e os judeus seriam, finalmente, convertidos. No futuro haveria um "tempo de provação", depois um "tempo de repouso" e, por fim, a "eternidade".

A Espanha foi invadida por correntes escatológicas, especialmente joaquimitas, franciscanas e essas expectativas podiam ser recuperadas pela propaganda favorável aos próprios Reis Católicos. Para a Espanha, esse período foi áureo e, Filipe II, o herói; ele representava os ideais de uma monarquia sólida que baseava toda sua política cultural nos princípios surgidos da Contra-Reforma. A unificação do mundo espanhol pressupunha, nesse caso, o próprio advento do milênio. Essa idéia continuou até as gerações seguintes: o ano de 1500, por exemplo, também

[5]DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização do Ocidente*: Edusc, 2003.p.364.

foi importante na mentalidade espanhola, pois foi "[...] nesse ano, na cidade de Gand, que nasceu o felicíssimo e poderosíssimo imperador don Carlos "Nosso Senhor"(GRUZINSKI, 2002, p.10)[6]. Noção de povo eleito, de líder divino e Terra Prometida. Essa história é conhecida.

As viagens de descobrimento reforçaram as especulações e as esperanças escatológicas que se apresentavam na Europa. Expandir-se ao planeta inteiro poderia significar a última etapa da aventura humana na Terra. O próprio Colombo falou em "fim do mundo", no surgimento de uma era de paz, de reconciliação e de conversão geral da humanidade. É uma "grande obra" de Cristo em que almas inumeráveis seriam convertidas à fé e esse precioso anúncio foi feito aos novos povos e em terras até então ignoradas: "[...] é a humanidade inteira que vai ser reconciliada consigo mesma sob o signo da cruz, com a prosperidade como prêmio" (DELUMEAU, 1997, p.182)[7].

A história da América começou, assim, com a espera do milênio e promessas de glória migravam para o outro lado do Atlântico. Mas como em todas as utopias do gênero, o que se teve no novo continente foi uma forma de utopia das ordens religiosas, que partiu de uma crítica contra o que estava acontecendo, não apenas no mundo religioso europeu, mas, sobretudo, nas atitudes que os próprios conquistadores estavam realizando no Novo Mundo. Os padres missionários não foram contra a dominação e trabalho indígenas, mas sim, contra o modo como isso era feito. Robert Ricard imortalizou esse período, batizando-o de "*Conquista Espiritual*" da América espanhola.

Postura típica e comum sobre esse assunto é imaginar a destruição total da cultura indígena e a sobreposição da européia em seu lugar. Não é possível concordar com isso. A idéia de ocidentalização proposta por Gruzinski[8] pressupõe certa estagnação da América frente ao avanço dos valores dos conquistadores. América "europeizada" não possibilita espaço para que um novo mundo se forme, mas ao contrário, de que o velho apenas mude de lugar. Essa seria uma postura reducionista, além do fato de, quase sem querer, abrir uma antiga e ultrapassada postura: a de vencedores e vencidos, idéia de derrotismo do continente,

[6]GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.p.10.
[7]DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p.182.
[8]Em outra obra sua, O pensamento mestiço, Gruzinski atenua esta idéia de ocidentalização e paralisação indígena frente à cultura européia e acaba identificando muitas outras possibilidades nas relações entre culturas.

de vitimização: "[...] normalmente agimos como se tivéssemos diante de nós, numa mesma batalha, elementos capazes de manipular as mesmas regras, de modo igual. Isto não ocorreu na América porque estávamos diante de uma outra cultura" (THEODORO, 1992, p.33)[9]. Por isso, falar em "vencedores e vencidos" é impossível: "[...] a historiografia do continente, pelo menos uma parte considerável dela, parece ter vivido atormentada pela idéia da conquista, da derrota, do atraso, da inferioridade, da exploração e da tortura" (BRUIT, 1990, p.148)[10].

Uma nova realidade se ergueu na América, formada por elementos culturais das sociedades que já estavam ali e com idéias e valores que chegavam junto com os europeus; é algo em formação, que não pára nunca, sempre se modifica; característica comum quando se trata de choques culturais. Não há hierarquia cultural: melhor ou pior, mais forte ou mais fraco. Dessa maneira, não devemos supor que, por um passe de mágica, a catequese tenha destruído a cultura indígena, ou ainda, que a tenha substituído. A América não é o continente de "veias abertas", mas nem de "veias fechadas", pois não se bloqueou para a entrada de nenhuma tradição e nem permitiu a entrada plena de outros mundos. O continente é, poder-se-ia dizer, somente as "veias", em que correm e acontecem os processos históricos, as mudanças e as adaptações necessárias à formação de uma nova realidade. É o palco dos conflitos e negociações. O que ocorreu na América foi um complicado processo de conjugação dos acervos culturais, cujas linhas temos de procurar desemaranhar" (BRUIT, 1990, p.148)[11].

O projeto catequético na América teve início com os regulares e, de fato, os franciscanos receberam o privilégio de iniciar o processo: "[...] a preferência da Monarquia recaiu sobre os frades *reformados* ou *observantes*, pois estes, além de não alimentarem pretensões senhoriais, eram zelosos dos votos de pobreza e dedicação à obra evangelizadora" (SALINAS, 1997, p.144)[12]. No entanto, os padres enquadraram o "descobrimento" das novas terras numa história universal, escrita por Deus e inacabada. Os clérigos "[...] desenvolveram uma linha persuasiva

[9]THEODORO, Janice. América Barroca – temas e variações. São Paulo: EDUSP, 1992.p.33.
[10]BRUIT, Héctor Hernán. "América Latina: quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução". In.: Reforma e Revolução – Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.p.148.
[11]Idem. Op.cit.p.102.
[12]SALINAS, Samuel Sérgio."A Igreja Católica e a Conquista Espiritual do Novo México".in.: Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação. São Paulo: Edusp, 1997.p.144.

em que a história da humanidade envolveria três sucessivos estágios, culminando na era do Espírito Santo, preenchida com benção e compreensão" (WEST, 1989, p.294)[13]. Desse modo, o continente "[...] se converteria, em sua vez, no território privilegiado das esperanças escatológicas" (WEST, 1989, p.294)[14].

Não parece ter existido nenhum frade franciscano que tenha saído, pregando pela América, a chegada do milênio, do Quinto Império ou o fim dos tempos, mas essas posturas milenaristas aparecem em seus escritos, em seus atos, fazem parte de seus repertórios de conhecimento do mundo e das verdades religiosas que acreditam. Poderiam fazer parte daquilo que leram, da sua formação clerical, das coisas que ouviram. Mas essa situação inusitada os levou a entender a realidade e o próprio texto bíblico de acordo com seus modos de ver e compreender o mundo a partir de seus conhecimentos. São homens de sua época e tudo isso, o descobrimento e as conquistas, apenas parecem reacender, ao menos, as antigas esperanças escatológicas: "[...] a esperança de uma próxima chegada do Reino daria a estes trabalhos seu verdadeiro sentido, ao procurar os conhecimentos indispensáveis para a fundação de uma sociedade mexicana renovada, autônoma e preparada para o milênio"(BAUDOT, 1983, p.17)[15]. Os textos sagrados, portanto, recebiam novas leituras e interpretações, a partir de acontecimentos de forte impacto coletivo, como foi, por exemplo, a chegada à América.

É por isso, então, que em momentos de crise, a cristandade pareceu sempre encontrar novos videntes, sempre prontos para interpretar as escrituras de acordo com seus desejos de mundo mais justo. Os franciscanos desejaram criar na América uma utopia milenarista e basearam-se também em idéias de Santo Agostinho: "Existem duas cidades para Agostinho: uma divina, outra terrena. O objetivo da sociedade terrena é espelhar a divina. Para isto é preciso paz, para isso é preciso ordem. Os franciscanos deveriam construir esta cidade divina no México" (KARNAL, 1991, p.220)[16]; "O reino terrestre de Deus é a Igreja católica; ninguém pode

[13]WEST, Delmo C. "Medieval ideas of apocalyptic vision and the early franciscansen Mexico".in.: The Americas, vol.XLV, n.3, January. Maryland: AAFH, 1989.p.294.
[14]Idem. Op.cit., p.87.
[15]BAUDOT, Georges. Utopia e História en México – los primeros cronistas de la civilización mexicana (1520-1569).Madrid: Espasa, 1983.p.17.
[16]KARNAL, Leandro. "Mendieta: novo mundo e fim do mundo". in: Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol11.n.21 – setembro/fevereiro, 1990-1991. p.220.

entrar no reino dos céus se não tiver sido antes súbito no reino da terra" (RICARD, 1994, p.169)[17]. Existe, portanto, uma necessidade de que o Evangelho seja proclamado em todo o mundo, para dar a cada um a chance e a oportunidade de aceitar ou não a salvação oferecida pelo sacrifício de Jesus: "Este Evangelho do Reino será pregado pelo mundo inteiro para servir de testemunho a todas as nações, e então virá o fim" (Mt 24:14). Depois que Deus, em carne, morreu por toda a humanidade, o mínimo que se pode esperar é que a fé chegue, pela boca dos frades, que se sentem escolhidos, até aos mais remotos cantos do mundo. Após isso, a missão está completa.

Iniciada a catequese a conversão em massa desses indígenas tornou-se necessária, eles deveriam ser cristãos a todo custo e, mesmo sem entender, receberam o santo batismo: o contingente de indígenas, os novos cristãos, tudo era visto como presente de Deus para repor os fiéis perdidos durante a Reforma de 1517. A América surgiu, portanto, como depósito do pensamento utópico europeu, verdadeiro laboratório social das mudanças impossíveis de acontecer no Velho Mundo. A cristianização da América não fez senão provar o destino da peregrinação da Igreja na Terra: "Há que 'cristianizar' porque estamos na 'última tarde' do mundo. [...] A evangelização se inscreveu na idéia de que o 'Novo Mundo' equivaleria ao fim do mundo" (AÍNSA, 1998, p.141)[18].

Elsa Frost[19] afirmou que existiu uma grande influência de escritos apocalípticos no pensamento franciscano que migrou para a América. O texto do profeta Daniel teria feito parte das idéias a respeito do papel dos frades menores no Novo Mundo, pois seu objetivo seria o anúncio do triunfo final que os fiéis alcançariam ao se cumprir os tempos: "[...] o Deus do céu estabelecerá um reino que nunca será destruído. Este reino não passará a outro povo; esmagará e aniquilará todos estes reinos, enquanto ele mesmo subsistirá para sempre" (Dn 2: 44). Os evangelizadores da Nova Espanha acreditavam que a vinda desse reino não estava tão distante e, para isso, tratariam de acelerar o processo de conversão dos indígenas. A perspectiva de que o fim dos tempos estava próximo foi uma experiência quase alucinante para o frei Martín de Valencia, Motolinía, Sahagún e Mendieta, afirmou Marcel Bataillon (WECKMANN, 1982, p.94)[20].

---

[17]RICARD, Robert. Op.cit.p.169.

[18]AÍNSA, Fernando. De la edad de oro a El Dorado. México: FCE, 1998.p. 141.

[19]FROST, Elsa Cecília. "El milenarismo franciscano en México y el profeta Daniel". in.: Historia Mexicana (vol.XXVI, n.1). México: El Colegio de Mexico, 1976.

[20]WECKMANN, Luis. "Las esperanzas milenaristas de los franciscanos de la Nueva España".in.: Historia Mexicana (vol XXXII, n.1). México: El Colegio de México, 1982. p. 94.

Dessa idéia veio a postura de ter pressa, a necessidade de correr e converter rapidamente os indígenas com velocidade nos batismos antes que o mundo acabe e milhões de almas fiquem sem salvação: "diante da impossibilidade de uma catequese [...] que implicasse efetiva mudança de vida sob a égide dos valores evangélicos, o clero missionário optou pela catequese salvífica e pela ação soteriológica imediata: batizar em massa, fazer decorar as verdades fundamentais [...]"(KARNAL, 1998, p.230)[21]. Nesse caso, a escolha dos primeiros tempos da evangelização foi por uma conversão superficial, baseada na aparência, em que os ensinamentos caem por terra e onde o importante mesmo é estar apto a entrar no Reino do Senhor.

Os padres tiveram uma visão romântica e ingênua do patrimônio cultural indígena, a partir de sua utopia milenarista, os viriam como inocentes, livres do pecado original, como homens dos tempos de Adão: os franciscanos queriam ter uma autoridade que eles se julgavam os únicos capazes de exercer para a salvação de um povo ainda criança. Os nativos são associados às crianças, puras, sem conhecimento, inteligentes em potencial, mas que precisam de instrução. A noção de escola européia era vinculada ao moralismo religioso e Philippe Ariés explicou isso para o século XV: "[...] não se aplicou aos estudantes um regime realmente infantil ou juvenil. Desejava-se apenas proteger os estudantes das tentações da vida leiga, uma vida que muitos clérigos também levavam, desejava-se proteger sua moralidade" (ARIÉS, 1981, p.170)[22]. No pensamento cristão, a pureza de coração é inseparável da simplicidade e humildade. Exclui todo pensamento de egoísmo e orgulho. Eis porque Jesus toma a infância como símbolo dessa pureza, como já a tomara por símbolo de humildade: "Bem aventurados os puros de coração, porque eles verão a Deus (Mt 8); "Deixai vir a mim os pequeninos, e não os embaraceis, porque o Reino de Deus é daqueles que se lhes assemelham" (Mc 10:13-16). Não apenas os franciscanos, que deveriam andar humildemente entre suas ovelhas, mas sobretudo os nativos são vistos como puros. São os indígenas que se assemelhavam às crianças e possuíam, assim, qualidades preciosas entre os demais para o pensamento franciscano, pois viviam na pobreza e desprovidos de tudo. Aos olhos da utopia milenarista é o bom selvagem de Montaigne que aparecia em

[21]KARNAL, Leandro. Teatro da fé – representação religiosa no Brasil e no México do século XVI. São Paulo: Hucitec, 1998.p.230.
[22]ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.p.170.

cena: "São homens que saem das mãos dos deuses; eles são muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano, tendo quase nada perdido de sua simplicidade primitiva"(MONTAIGNE, 1995, p.89)[23] e dotados de valores morais, muito mais do que aprender, podem ensinar: "[...] estes naturais são puramente crianças, sustenta Las Casas [...]"; os nativos são como crianças recém-nascidas e, portanto, maleáveis como a cera [...]"(AÍNSA, 1998, p.150)[24]. Muitos destacavam também a fraqueza física dos indígenas e sua debilidade corporal devia ser levada em consideração. Além de ingênuos, são sensíveis, mas isso serviu para destacar, em oposição, a prepotência e a robustez dos conquistadores. Os índios eram vistos como fracos porque eram comparados aos europeus e pelos europeus. O frade ou conquistador, como mais forte, deveria proteger o nativo, instruir-lhe.

Aristóteles se esforçou em provar que existem escravos por natureza. É a partir daqui que Las Casas tentará provar a liberdade indígena, qualificando-o de fraco e inferior. Criou-se a imagem de indígenas medrosos e destinados de antemão à derrota, convencidos pelo sentimento de inferioridade. A visão do frade mostrou que os indígenas eram sem malícia, obedientes, fiéis aos espanhóis e que serviam, sempre muito humildes, amantes da paz: "A fraqueza dos índios tem uma dimensão descomunal na visão lascasiana e era tão manifesta que os conquistadores se serviam dela para manter os índios 'ocupados em gemer suas calamidades' [...]" (BRUIT, 1995, p.142)[25]. O amor cristão foi a base do discurso de Las Casas e elementos de narrativas como a sua influenciaram na construção de memória do continente; os indígenas são puros e preservaram a condição de inocência, dos tempos da criação. O seu discurso tem um objetivo central: constrói a imagem dos índios como vítimas da crueldade e cobiça dos espanhóis, mas ao defender os índios, anula-os: "[...] a construção de Las Casas é superior ao que poderia corresponder a realidade. Em nome de seu amor e do modelo que procurou, os índios lascasianos transformaram-se em personagens que não podiam romper com o que previa para eles e essa construção perpetuou-se no imaginário da América" (FREITAS NETO, 2003, p.185)[26]. A falsa perfeição

[23]MONTAIGNE, Michel. Dos canibais. São Paulo: Abril Editora, 1995.p. 89
[24]AÍNSA, Fernando. Op.cit.p. 150.
[25]BRUIT, Héctor Hernán. Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.p.142.
[26]FREITAS NETO, José Alves. Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana. São Paulo: Annablume, 2003.p. 185.

serviu apenas para a vitimização. Mas dedicar-se à construção desse olhar sobre o índio foi uma tentativa de resgatar todos para o caminho divino, no qual tudo se harmonizaria numa vida eterna, a se realizar no futuro.

Certo modelo de vida e organização social surgiu a partir de inspiração monástica, noção de vida isolada, em retiro: "Quem quer salvar-se é convidado a cuspir a podridão do mundo e, se possível, entrar num mosteiro [...]. A depreciação do temporal era necessária aos monges da época que queriam alcançar o eterno e dar lugar em si mesmo ao amor preferencial por Deus" (DELUMEAU, 1997, p.33)[27]. Durante a Idade Média, o mosteiro sempre foi visto como lugar de isolamento em relação à sociedade e seria o mundo perfeito em oposição aos valores corrompidos do mundo exterior a ele. Somente os religiosos tinham acesso a esse universo e toda a sociedade estava excluída do que ocorria ali dentro; mesmo as missas eram realizadas apenas para bispos, abades e padres. Os monges viviam em função de salvar a própria alma e sentiam-se responsáveis pela salvação de todos. Os franciscanos, do mesmo modo, almejavam construir um mundo diferente daquele erguido pelos conquistadores; um mundo dentro do outro, só que mais puro, moralmente correto e distante dos vícios e pecados da sociedade. Lutavam, entre outras coisas, para manter seus neófitos isolados do contato dos demais colonos espanhóis, na tentativa de evitar quaisquer "contaminações morais" aos recém convertidos. Um Novo Mundo baseado na força da fé e na crença constante da salvação erguia-se no novo continente.

Todo o sonho de se formar um novo mundo cristão transportava-se, então, para a América. Tudo o que não foi possível de ser realizado na Europa, concretizar-se-á no Novo Mundo, virgem, perfeito, sem vícios, catequizado pelos franciscanos, que não sofrem de ganância nem cobiça: recriar a simplicidade e a pobreza da idade apostólica já não era possível na velha Europa; necessitava-se de um Novo Mundo. Pode-se dizer, inclusive que "[...] um mito que dominou a história da América durante séculos foi a crença de que o Novo Mundo é o teatro geográfico em que as idéias do Velho Mundo podem ser livremente aplicadas" (PHELAN, 1970, pp.76-77)[28]. A Europa projetou sobre as regiões descobertas suas

[27]DELUMEAU, Jean. Op.cit. pp.33-35.
[28]PHELAN, John Leddy. The Millennial Kingdom of the Franciscans in the New World. Berkeley: University of California Press, 1970. pp76-77.

esperanças milenaristas e "[...] o aspecto importante do descobrimento não era tanto a exploração de terras novas, mas a *revelação* ou *manifestação* de uma nova parte da humanidade, prometida como uma rica colheita ao céu para os evangelizadores" (LAFAYE, 1992, p.76)[29] e "[...] a história da humanidade se confundia com a do pecado, com a de um mundo entregue a Satã. [...] a tarefa dos cristãos consistia em apressar a vinda desse 'reino': "[...] nesse mundo, suas populações eram uma nova etapa na história da cristandade em marcha para sua consumação" (LAFAYE, 1992, p.76)[30]. Uma vez na América, padres e militares empenharam-se em edificar réplicas da sociedade que haviam deixado para trás e, assim, trabalharam para implantar os quadros e os modos de vida que a Europa ocidental elaborou no decorrer dos séculos.

Nesse sentido, a principal vontade da ordem franciscana era fazer do mundo indígena uma nova cristandade equiparável à Igreja primitiva dos primeiros apóstolos. Aqui, sonhos de uma 'renovação eclesiástica' poderiam se tornar realidade através da Igreja Indiana. O México foi tomado por religiosos que não estavam interessados em destruir, simplesmente, a cultura do indígena, mas em conhecê-la para poder melhor suplantá-la por valores cristãos: donos de uma prática religiosa intensa, os franciscanos pretendiam 'restaurar' as formas esquecidas dos primeiros tempos da cristandade e propõem não apenas uma reivindicação eclesiástica, mas sim uma forma integral de organização civil e política de uma sociedade inteira.

SONHAR É ACORDAR PARA DENTRO

Toríbio de Benavente, o "Motolinía".

Toríbio de Benavente fez parte do segundo grupo de franciscanos que chegou à América, no ano de 1524. Sua missão, conhecida com a dos "doze" marcaria simbolicamente o início da evangelização no

[29]LAFAYE. Jacques. Quetzálcoatl y Guadalupe – la formación de la conciencia nacional en México. México:FCE, 1992. p.76.
[30]Idem. Op.cit.pp.82-83.

continente americano. Há uma imprecisão na data de seu nascimento, mas entre os anos de 149l e 1523 toma o hábito de São Francisco de Assis na província de Santiago de Benavente, na Espanha. Em 1521, o papa Leão X lança a bula *Alias Felicis*, autorizando a evangelização nas novas terras e, dois anos depois, chegam à Nova Espanha os franciscanos Juan Tecto, Juan de Ayora e Pedro de Gante, que se fixaram em Texcoco. A missão de Toríbio Benavente foi a próxima a desembarcar no Novo Mundo, sob a liderança de Martin de Valencia, a pedido do próprio Hernán Cortés, já que necessitavam de mais "soldados" no processo de conquista espiritual da Nova Espanha. Em maio de 1524 receberia dos indígenas, em sua passagem por Tlaxcala, o apelido de "Motolinía", que significa "pobre e humilhado".

Motolinía tornou-se guardião do monastério da cidade do México, atuando sempre com forte ligação política e em importantes cargos. O frade, no entanto, foi acusado de participar, em 1528, de uma conjuração para tomar o poder na Nova Espanha, reconhecendo a soberania do rei, mas proibindo a entrada de espanhóis como obstáculo invencível à conversão dos índios. Em 1533 foi encarregado de levar os franciscanos à Guatemala e por volta de 1540 escreve sua obra "*Historia de los índios de la Nueva Espana*". Autores como Georges Baudot afirmam que a obra tinha como objetivo impressionar o bispo de Benavente, na Espanha: "[...] podríamos decir que se trata de una obra de propaganda [...] la *Historia de los indios* descuida la indagación etnografica sobre los mexicanos [...] para dedicar la mayor parte a las tareas apostólicas y a otros notables hechos de los Frailes Menores" (BAUDOT, 1983, p.361)[31]. No entanto, autores com Edmundo O´Gormam[32] questionam, com grande pesquisa e bases documentais, até mesmo a autoria das obras do frade. Motolinía morre no grande convento de São Francisco de México, entre os anos de 1565 e 1569.

Historia de los indios de la Nueva España

A representação que Motolinía faz dos indígenas segue o modelo edênico. O indígena representaria, em sua narrativa, o homem

[31] BAUDOT, Georges. Op.cit .p.361.
[32] O´GORMAN, Edmund. "Al rescate de Motolinía – primeros comentarios al libro de Georges Baudot".in: História Mexicana.no.1, Setembro, 1992.

antes da queda, livre de pecado, sem culpa e, por isso, moralmente superior; ele não é falso em sua fé e, nesse caso, é compreensível que os espanhóis aprendam com os indígenas, pois são eles que, quando livres da influência do demônio, representam o homem em seu estado inicial, muito próximos da criação de Deus: **"**Son pacientes, sufridos sobre manera mansos como ovejas [...] no saben sino servir y trabajar, [...] Es mucha la paciencia y sufrimientos que en las enfermidades tienen [...]"; "Sin rencillas ni enemistades pasan su tiempo y vida [...]"; "[...] y esperando com paciencia a que la naturaleza obre [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.59)[33]. A paciência do índio de Motolinía é tão grande que ele é capaz de nunca se irritar. O modelo de comportamento cristão baseado, sobretudo, no estoicismo clássico, se reproduz agora na América, sob a forma de nativos, mas com outros figurinos, sob novas roupagens. Mais importante do que saber se eram assim ou não é entender porque o cronista destaca tanto o "bom selvagem".

Os espanhóis tornam-se até mais fiéis ao observar a devoção dos disciplinados indígenas. É como se eles tivessem acesso a um grupo de homens moralmente superiores que sabem como e de que maneira se entregar a Deus. Os indígenas não se desesperam e nem se matam pela pobreza, ao passo que os espanhóis pobres chegaram da Europa com espadas à mão. O autor conclui rapidamente que aquilo que vê é real e que os outros, de diferentes opiniões, é que não enxergam a realidade. É como se fosse impossível negar o sucesso do projeto franciscano e como se fosse injusto julgar os indígenas, assim como suspeitar de suas atitudes. Elas são verdadeiras, a entrega ao Deus cristão é real, pois o cronista apresenta os indígenas como prontos ao cristianismo. Entregues à palavra de Deus, não há mentiras: "Maravillanse algunos españoles y son muy incrédulos en crer el aprovechamiento de los indios, en especial los que no salen de los pueblos en que residen españoles, o algunos recién venidos de Espana, y como no lo han visto, piensan que debe ser fingido lo que de los índios se dice, y la penitencia que hacen, y también se maravillan que de lejos se vingan a bautizar, casar y confesar [...] es muy de notarla a fe de estes tan nuevos cristianos" (MOTOLINÍA, 1995, p.58)[34]

[33] MOTOLINÍA, fray Toribio Benavente. Historia de los indios de la Nueva España. México: Porrua, 1995.p.59.
[34] Idem. Op.cit.p.58.

Em sua narrativa, as dificuldades nunca surgem dentro da vontade indígena e, normalmente, sempre são anunciadas apenas no que se refere à parte prática do início da evangelização, pois "después de pasados cinco años despertaron muchos de ellos y hicieron iglesias, y ahora frecuentan mucho las misas cada día y reciben los sacramentos devotamente" (MOTOLINÍA, 1995, p.78)[35]. Os padres batizavam com ajuda de intérpretes, lhes ensinavam e pediam a Deus para que suas palavras se fizessem fruto nas almas dos infiéis. O sucesso é inevitável e "[...] los indios señores y principales delante de los frailes destruían sus ídolos, y levantaban cruces y señalaban sitios para hacer sus iglesias [...] y pedían ser enseñados, y el bautismo para si y para sus hijos; [...] esperando y rogando a los frailes que comiesen y los enseñasen [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.79)[36].

A vontade indígena de se tornar cristão parece não cessar nunca, é como se ela existisse antes mesmo de o cristianismo chegar às novas terras. Na verdade, é Motolinía quem quer encontrar pessoas livres de pecados e é isso que o faz descrever indígenas dessa maneira; esse desejo é anterior à própria chegada à América. A vontade de Motolinía em narrar cristãos perfeitos antecede ao descobrimento e não o contrário, em que o desejo dos indígenas em ser cristãos existiria antes mesmo do contato com os espanhóis. A partir disso, ele continua sua narrativa utópica: "[...] y sen espacio de tres a cuatro horas muchos de aquel pueblo, antes que de allí se partiesen, supieron resignarse y el pater noster" (MOTOLINÍA, 1995, p.79)[37]; "[...] y luego hicieron muchas cruces y banderas de santos y otros atavios para sus procesiones [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.82)[38]. É nesse sentido que o cronista enxergará valores e condutas cristãs no mundo dos nativos, como se quisesse adiantar um trabalho de catequese. Bom e perfeito, o indígena está quase pronto, na medida em que só foi enganado, mas que por dentro já era um cristão em potencial.

O título do capítulo XIII, "*de cómo celebran las Pacuas y los otras fiestas del año"* é bastante significativo, já que para Motolinía os indígenas comemoram a Páscoa. Isso significa que, para o frade, os naturais já apresentavam alguma semelhança às cerimônias católicas;

[35] Idem. Op.cit.p.78.
[36] Idem. Op.cit.p.79.
[37] Idem. ibidem.
[38] Idem. Op.cit.p.82.

"La fiesta de los Reyes [...] les parece propia fiesta suya [...]"(MOTOLINÍA, 1995, p.55)[39]. Dessa maneira, o próprio título já carrega uma idéia: de que o projeto missionário se efetivará na América, já que os indígenas comemoram festas similares aos europeus. Além disso, ao não falar, no mesmo título, quais seriam as outras festas do ano, o autor abre espaço para que o leitor pense que elas são iguais às católicas.

Desse modo, o relato de Motolinía parte do princípio de que os indígenas já tinham dentro de si valores cristãos. Um antigo ministro, numa festa em Tlaxcala, teria dito aos indígenas: "[...] hijos mios: ya es llegado el año de nuestro dios y señor; esforzáos a le servir y hacer penitencia [...]", pois aquele que não fizer [...] será tenido por indigno de la casa de dios, y la compañia de sus servidores [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.44)[40]. O mesmo mestre ainda pede para os deuses que no final do rito: "Han hecho también mucha penitencia, así en limosnas a pobres como a su hospital, y con muchos ayunos de harta abstinencia, muchas disciplinas secretas y públicas" (MOTOLINÍA, 1995, p.44)[41]. Dentro de várias práticas e cerimônias, a noção de culpa e pecado é bastante grande.

O indígena já estaria preparado, mas não sabia o verdadeiro caminho a ser seguido. Essa postura se espalha também para o moralismo cristão em relação às mulheres e, muitas vezes, fica ainda mais nítida a transposição de valores europeus para o universo indígena. Motolinía afirmou que algumas mulheres, por votos, serviam nos templos, querendo ali ficar, e acabavam seus dias em penitência: "[...] por su devoción querían allí morir, y acabar sus días en penitencia" (MOTOLINÍA, 1995, p.42)[42]. A mãe ou mestra penitenciava as negligentes [...] y si alguna se reía con algún varón dábanla gran penitencia [...]. Si alguna cometia pecado de carne, estando en el templo, aunque más secretamente fuese [...] sus carnes se habían de podrecer, y hacían penitencia [...](MOTOLINÍA, 1995, p.43)[43]. O mesmo ocorre com o batismo. Motolinía descreve um ritual indígena e o associa ao batismo: "Esta cerimonia parecía ser figura del bautismo [...]"(MOTOLINÍA, 1995, p.85)[44].

[39] Idem. Op.cit..p.55.
[40] Idem. Op.cit.p.44.
[41] Idem. ibidem.
[42] Idem. Op.cit.p.42.
[43] Idem. Op.cit.p.43.
[44] Idem. Op.cit. p.85.

Além de mostrar que o indígena quer ser salvo pelo batismo ou confissão, e que já tem isso em sua mente, Motolinía afirmou que seus deuses são incapazes de satisfazer suas vontades, pois para um povo que quer ser salvo e que procura, o tempo todo, fazer penitência, a vontade divina está longe de perdoar: "[...] algunos enfermaban y morían porque el cruel de su dios no les consentia que usasen consigo de misericórdia" (MOTOLINÍA, 1995, p.41)[45]. O deus indígena é ruim e, na verdade, é o próprio demônio; ele é descrito como o oposto das atitudes do deus cristão que se destaca por sua eterna e imensa misericórdia e compaixão. Esse deus indígena tem fiéis que o auxiliam nos templos. São descritos quase como prisioneiros: "Su ocupación y mora era estar siempre en la casa y en presencia del demonio [...]. Ocupábanse cantando a el demonio muchos cantares [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.41)[46].

Diante disso, era preciso apenas conhecer o catolicismo. Os padres explicaram quem é Deus e quem é o demônio e diziam para os indígenas que foram enganados. Eles se espantam, ficam com medo e começam a ir ao batismo: "[...] comenzaron a venir a el bautismo y a buscar el reino de Dios [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.24)[47]. Después de bautizados es cosa de ver el alegría [...] que parece que no caben en si de placer" (MOTOLINÍA, 1995, p.40)[48]. Se o batismo fosse negado, eles, os índios, quase morriam, choravam, imploravam, diziam coisas e provocavam a compaixão dos padres. Faziam até os espanhóis chorarem;" Pues en ninguna manera nos iremos de aquí sin el bautismo, aunque sepamos que aquí tenemos de moris" (MOTOLINÍA, 1995, p.90)[49]. Em suas obras aparece certa ambigüidade: "[…] por um lado vê com horror os sacrfícios feitos aos 'ídolos' e acusa os indígenas de cultuarem o demônio, mas também afirma que estes estavam iludidos e desencaminados pelo diabo […]" (FERNANDES, 2004,p.85)[50].

Os padres chegaram com uma teoria, sabem batizar judeus e muçulmanos; a cerimônia cristã era repleta de rituais, mas a realidade da América pressupôs novas práticas. O que se conhecia no Velho Mundo pouco valia para a nova situação. A cerimônia européia não funcionava

[45] Idem. Op.cit.p.41.
[46] Idem. ibidem.
[47] Idem. Op.cit. p.24.
[48] Idem. Op.cit. p.40.
[49] Idem. Op.cit. p.90.
[50] FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (coord). "Motolinía: o choque espiritual no Novo Mundo".in.: Revista Idéias. Ano 11 (1). Campinas: Gráfica do IFCH, 2004.p.85.

e uma nova forma de batismo devia ser criada e ajustada à realidade americana.

A realidade encontrada na colônia se choca com as imagens projetadas sobre as novas terras e o que se tem é uma adaptação e flexibilização dos rituais católicos nesse mundo encontrado: "¿ Y cómo podrian dar candela encendida bautizando con gran viento en los patios [...] ?; "[...] un solo sacerdote había de bautizar, confesar, desposar y velar, y enterrar, y predicar, y rezar, y decir misa, desprender la lengua, enseñar la doctrina cristiana a los niños, y a leer y cantar" (MOTOLINÍA, 1995, p.90)[51].

Independente disso, o objetivo da vinda de padres missionários é a conversão dos indígenas. No entanto, essa conversão necessita de compreensão plena e, na teoria, deve ser profunda e eficaz. O conhecimento do idioma indígena é indispensável para o sucesso da evangelização: "[...] pero gran ciencia es saber la lengua de los indios y conocer esta gente, y que no ejercitasen primero a lo menos tres a cuatro años no deberán hablar absolutamente en esta materia [...]"(MOTOLINÍA, 1995, p.88)[52]; "Cabe notar aquí solamente que tal multiplicidad linguística era un enorme obstáculo para la predicación [...]" (RICARD, 1994, p.90)[53].

A evangelização da Europa havia trazido o Diabo para a América e os missionários encontravam, na América, um antigo inimigo. "[...] difundia-se a crença aos poderes extraordinários do Demônio e surgia, assim, um embate entre o Bem e o Mal que marcaram desta forma concepções diversas acerca do Novo Mundo. Para os primeiros colonizadores, o plano religioso ocupava lugar de destaque, mostrando-se presente nos mais diversos setores da vida cotidiana. A evangelização da Europa expulsara o demônio para terras distantes"(SOUZA, 1994, p.76)[54]. Antes mesmo de soldados e mercadorias, o demônio havia migrado para a América e sua ação se refletia no comportamento dos indígenas que, nesse caso, não representariam o mal em si, mas serviam de ferramenta para a ação desse mal: "Era casa de gran lástima ver los hombres criados a la imagem de Dios multos piores que brutos animales; y lo que era peor, que no quedaban en aquel solo pecado, mas que

[51] MOTOLINÍA, Op.cit. p.90.
[52] Idem. Op.cit.p.88.
[53] RICARD, Robert. Op.cit. p.90.
[54] SOUZA, Laura de Mello. O diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.76.
[55] MOTOLINÍA, fray Toribio Benavente. Op.cit .p.20.

cometían otros muchos [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.20)[55]. A atitude mais condenada pelos frades era, sem dúvida, os sacrifícios humanos: "[...] A existência desses ritos era o argumento mais convincente do partido representado por Sepúlveda, que afirma a inferioridade dos índios" (TODOROV, 1995, p.184)[56]. Intoleráveis para os cristãos, os indígenas eram considerados uma ofensa e um desrespeito às leis de Deus. Os evangelizadores "contentábanse con que no hubiese delante de ellos sacrificios de homicídio público, que a escondidos y a la redonda de México no faltaban [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.20)[57].

Essas informações não fizeram o frade questionar a conversão e nem mesmo a predisposição indígena ao Catolicismo. Mesmo afirmando que continuam adorar a antiga religião, Motolinía não destrói a visão que carrega. Ela é mais antiga que os próprios indígenas e existe dentro do espanhol muito antes do seu contato visual com os habitantes das novas terras. Para o frade, a capacidade dos nativos de se tornarem cristão está vinculada à sua bondade e inocência, ao seu espírito ingênuo que, nesse caso, está totalmente influenciado pelo demônio. Em vez de eliminar a fé de Motolinía, essas atitudes a reforçam, pois é justamente nesse espaço entre o indígena e a influência que ele recebe do demônio que os padres irão agir, atuando como novos influenciadores, tentando imprimir novas práticas religiosas. Na tentativa de defender o indígena da intervenção e da influência do Diabo, os frades se colocam como novos administradores de suas consciências e ações, lhes retirando o papel de agentes de suas próprias histórias. Em carta endereçada a Carlos V em 1555, Motolinía afirmou: "Quando os cristãos entraram nesta nova Espanha, por todos os povoados e províncias dela havia muitos sacrifícios de homens mortos, mais do que nunca, que matavam e sacrificavam diante de ídolos, e a cada dia e a cada hora ofereciam aos demônios sangue humano por toda parte e povoados desta terra [...]" (MOTOLINÍA, 1992, p.853)[58].

Para os cristãos, o que deveria ocorrer na América era a história da Igreja. A Terra seria o palco, o cenário e os habitantes apenas os atores em que o roteiro franciscano deveria acontecer. O autor o tempo todo recorre para a autoridade do texto bíblico, citando passagens famosas de livros como os Apocalipses de Daniel e São João, além, evidentemente, dos Evangelhos; "La lectura bíblica, directa, constante como método de

[56] TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América – a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1995.p.184.
[57] MOTOLINÍA, fray Toribio Benavente. Op.cit..p.20.
[58] Idem. "Carta do franciscano Motolinía a Carlos V comunicando 300 mil batizados e expressando o seu desacordo com a atuação do dominicano Las Casas". in.: SUESS, Paulo. A Conquista Espiritual da América Espanhola. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.p.853.

explicación histórica o antropológica y como búsqueda de un programa de acción para el porvenir, era para él actividad crucial" (BAUDOT, 1983, p.385)[59]. Desse modo, Motolinía insere o indígena na universalidade do cristianismo, mostrando-o como protagonista principal, nesse momento, dos planos de Deus sob a Terra. Sempre esteve escrito de que modo e como Deus agiria em relação a eles.

No entanto, a imagem do universo mexica foi preservada e eles são vistos como escravos da vontade do mal. Os indígenas, bons e mansos eram escravos do demônio. Mas em nenhum momento, o frade interpretou a ação cristã como uma nova tentativa de escravidão. Ele, ao contrário, colocou-se na posição de libertador: "[...] y con todo esto siempre procuraron de guardar sus templos sanos y enteros [...] y son gente de muy buena razón y de buenas consciencias [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.23)[60]. O elogio, aqui, é sempre moral e isso o exclui da culpa de qualquer ação exterior à sua consciência. O que faz não atinge sua bondade e, desse modo, o sujeito é preservado intacto, como se estivesse envolvido num campo de força. Esse campo de força, por sua vez, foi criado pelo próprio olhar que o cronista lança sobre a América. Dentro deste campo existe a bondade e fora dele, Deus e o demônio, numa eterna luta. Esta é a visão do frade. Seu olhar constrói a idéia de bom selvagem: "[...] baste saber las crueldades que el demonio en esta tierra usaba, y el trabajo con que les hacía pasar la vida a los pobres indios, y al fin para llevarlos a perpetuas penas" (MOTOLINÍA, 1995, p.49)[61].

Motolinía conclui e retira totalmente dos indígenas a culpa pelas crueldades e os transforma em vítimas das vontades e planos do demônio. É como se os rituais não fossem deles. Como se estivessem hipnotizados, realizavam essas cerimônias. O cristianismo, para o frade, apareceria como o antídoto capaz de fazer despertar toda a Nova Espanha desse terrível pesadelo. O que se viveu antes da utopia e dos sonhos imaginados foi o pesadelo no paraíso, provocado pela ação do demônio. Mas para que o éden se concretize, de fato, seus habitantes necessitarão de penitência, de penas a serem cumpridas com o objetivo de se obter o perdão e a misericórdia de Deus; "[...] los castigarían según que Dios mandaba que los tales fuesen castigados. Esta fue la primera batalla dada a el demonio [...]" (MOTOLINÍA, 1995, p.70)[62].Há uma contradição em

[59] BAUDOT, Georges. Op.cit. p.385.

[60] MOTOLINÍA, frey Toribio Benavente. Historia de los índios de la Nueva Espana. p.23.

[61] Idem. Op.cit. p.49.

[62] Idem. Op.cit.p.70.

termos teológicos: se os frades se encontram no Éden, não há pecado, pois o pecado expulsaria os homens desse paraíso. Motolinía resolve essa questão poupando a imagem do indígena, preservando-o isento de qualquer culpa mediante aos pecados que, certamente, aparecerão. O castigo cristão é vontade de Deus, é justo e, muito mais do que punição deve ser encarado como corretivo. Castigar os índios significa colocá-los de volta ao caminho de Deus, lugar de retidão, de moral. Se essa foi a primeira batalha é porque outras viriam e, certamente sob a forma de castigo. Se os antigos ritos são a parte visível da ação do demônio, o castigo é sinal externo da justiça de Deus.

A realidade e a experiência prática não destroem, inicialmente, a expectativa de Motolinía. Ele crê com muito mais força na u*topia*, pois é ela que pode fazer seguir adiante o projeto franciscano. Ele ama mais a sua imaginação do que a realidade que o cerca. Realidade que, nesse caso, encontra-se escondida sob um véu construído por ele mesmo.

Referências Bibliográficas

AÍNSA, Fernando. *De la edad de oro a El Dorado.* México: FCE, 1998.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BAUDOT, Georges. *Utopia e História en México – los primeros cronistas de la civilización mexicana (1520-1569).*Madrid: Espasa, 1983.

BRUIT, Héctor Hernán. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____ . "América Latina: quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução". In: *Reforma e Revolução* – Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

CASTILLO, Bernal Díaz Del. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España.* Madrid: Espasa, 1997.

DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do Paraíso.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ . *O pecado e o medo: a culpabilização do Ocidente*: Edusc, 2003.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (coord). "Motolinía: o choque espiritual no Novo Mundo".in.: *Revista Idéias.* Ano 11 (1). Campinas: Gráfica do IFCH, 2004.

FREITAS NETO, José Alves. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana.* São Paulo: Annablume, 2003.

FROST, Elsa Cecília. "El milenarismo franciscano en México y el profeta Daniel". in.: *Historia Mexicana* (vol.XXVI, n.1). México: El Colegio de México, 1976.

GERBI, Antonello.*O Novo Mundo –história de uma polêmica.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço.* São Paulo: Companhia das letrasd, 2002.

KARNAL, Leandro. "Mendieta: novo mundo e fim do mundo".in.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo.

———————— . *Teatro da fé – representação religiosa no Brasil e no México do século XVI.* São Paulo: Hucitec, 1998.

ANPUH/Marco Zero, vol11.n.21 – setembro/fevereiro, 1990-1991.

LAFAYE. Jacques. *Quetzálcoatl y Guadalupe – la formación de la conciencia nacional en México*. México:FCE, 1992.

MENDIETA, Gerónimo. *História Eclesiástica Indiana.* México: Cien de México, 1997.

MONTAIGNE, Michel. *Dos canibais.*São Paulo: Abril Editora/Coleção "Os pensadores", 1995.

MOTOLINÍA, fray Toribio Benavente. *Historia de los índios de la Nueva Espana.* México: Porrua, 1995.

———————— "Carta do franciscano Motolinía a Carlos V comunicando 300 mil batizados e expressando o seu desacordo com a atuação do dominicano Las Casas". in.: SUESS, Paulo. *A Conquista Espiritual da América Espanhola*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

O´GORMAN, Edmund. "Al rescate de Motolinía – primeros comentarios al libro de Georges Baudot".in: *História Mexicana.*no.1, Setembro, 1982.

PHELAN, John Leddy. *The Millennial Kingdom of the Franciscans in the New World.* Berkeley: University of California Press, 1970.

RICARD, Robert. *La Conquista espiritual de México.* México: FCE, 1994.

SALINAS, Samuel Sérgio."A Igreja Católica e a Conquista Espiritual do Novo México".in.:*Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THEODORO, Janice. *América Barroca – temas e variações.* São Paulo: EDUSP, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América – a questão do outro.* São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WECKMANN, Luis. "Las esperanzas milenaristas de los franciscanos de la Nueva España".in.: *Historia Mexicana* (vol XXXII, n.1). México: El Colegio de México, 1982.

WEST, Delmo C. "Medieval ideas of apocalyptic vision and the early franciscans en Mexico".in.: *The Americas,* 2000.

NAPOLEÃO E A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Napoleón Bonaparte and the Pernambucana Revolution of 1817

Vasco MARIZ[1]

Resumo

Depois da queda do império de Napoleão em 1815, milhares de oficiais franceses emigraram para os EUA. Nessa época preparava-se uma revolução em Pernambuco e, em 1817, foi proclamada a independência e enviado um representante junto ao governo norte-americano em Washington para solicitar o reconhecimento da nova república. Nos EUA numerosos oficiais franceses decidiram seqüestrar Napoleão da ilha de Santa Helena, situada perto da costa de Pernambuco. Dezenas de oficiais franceses e navios carregados de armas e munições desembarcaram no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O plano era utilizar Recife como cabeça-de-ponte para o assalto à ilha. O representante brasileiro em Washington e o Cônsul norte-americano no Recife davam todo o apoio aos oficiais franceses, chefiados por José Bonaparte, ex-rei da Espanha. O rei de Portugal, D.João VI, a pedido do governo inglês, mandou aprisionar todos os franceses, que foram deportados para a Espanha. A revolução pernambucana durou apenas cinco meses e seus chefes foram presos e executados.

Palavras chave: Napoleão Bonaparte, Santa Helena, Cabugá, Joseph Ray, D. JoãoVI.

[1] Vasco Mariz é historiador e musicólogo, diplomata aposentado, sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, premiado pela ABL em 1983, pela APCA em 2000 e pela Academia Paulista de História em 2002, pelo conjunto de sua obra.

Abstract

After the fall of Napoleon's empire in 1815, thousands of French officers migrated to the USA. At that time a revolution in the state of Pernambuco (Brazil) was successfully proclaimed in 1817 and an envoy was sent to Washington to obtain the official recognition of the American government. The French officers asyled in the USA decided to abduct Napoleon from the island of Santa Helena, off the coast of Pernambuco, and bring him to New Orleans. Dozens of French officers and ships transporting military equipments and ammunition began to arrive in the Northeast coast of Brazil. The plan was to use the coast of Pernambuco as a launching area to attack the island whereNapoleon was exiled. The Brazilian representative in Washington and the American Consul in Recife were very active in helping the French officers in their initiative. At request of the British government, king João VI of Portugal, then living in Rio de Janeiro, ordered the arrest of all French officers and expelled them to Spain. The revolution of Pernambuco lasted only five months and its leaders were arrested and put to death by the Portuguese authorities."

Key words: Napoleon Bonaparte, Santa Helena, Cabugá, Joseph Ray, D. João VI.

A fama e o fascínio por Napoleão estiveram bem presentes no Brasil nos primeiros vinte anos do século XIX. Isso sem falar na atração e no prestígio das idéias liberais de igualdade e democracia da revolução francesa de 1789 e da independência dos Estados Unidos da América. Napoleão poderia ter sido o patrono da primeira conspiração pernambucana para fundar uma república no Brasil em 1801. Tampouco devemos esquecer que D. Maria Leopoldina, esposa do príncipe D. Pedro, era irmã de Maria Luísa, segunda mulher de Napoleão. Aliás, nosso futuro imperador tinha verdadeira fascinação pela personalidade de seu ilustre cunhado.

Comecemos com algumas palavras sobre a romântica conspiração dos Suassunas, de 1801. O movimento liberal e democrático em Pernambuco esteve baseado a princípio no chamado Aerópago de Itambé, que Oliveira Lima afirma haver sido uma espécie de "sociedade secreta política e maçônica no seu espírito, senão no rito". O fundador foi o carmelita Manuel de Arruda Câmara, que pelejou sempre pelos ideais da revolução francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Pereira da Costa nos deixou colorida biografia dele e nos conta que ele estudou em Coimbra e em Montpellier, na França, e chegou a ser eleito sócio da Academia Real de Ciências de Portugal, o que não era pouco na época.

Um de seus amigos do Aerópago, Francisco de Paula Cavalcanti, senhor de engenho e mais conhecido por coronel Suassuna, ficaria célebre no Nordeste na época. A guerra "das laranjas" entre Portugal e

a Espanha, que nos renderia grande parte do Rio Grande do Sul, provocou o lançamento de um empréstimo do governo português na praça do Recife, que indignou os liberais pernambucanos. Estava por explodir ingênua revolução para implantar uma república em Pernambuco sob a proteção de... Napoleão! A conspiração, que era realmente incipiente, chegou a nomear o irmão do coronel Suassuna, José Francisco, residente em Lisboa, como representante em Paris a fim de negociar a proteção do imperador e o reconhecimento da nova República. Ele não teve sorte, quase foi preso e teve de refugiar-se na Inglaterra.

O movimento revolucionário não chegou a eclodir, pois foi delatado e presos os seus líderes. As autoridades portuguesas estavam atentas, interceptaram correspondência comprometedora e o coronel Suassuna e seu irmão Luiz Francisco foram trancafiados na fortaleza das Cinco Pontas. O governador ordenou uma devassa e o confisco dos bens dos Cavalcanti, que eram polpudos. Suassuna ficou preso até 1802, mas depois conseguiu ser reabilitado. Pereira da Costa diz que o engenho Suassuna continuou a ser o centro de propaganda das idéias liberais, juntamente com o Aerópago de Itambé, de Arruda Câmara. Não há dúvida, porém de que esses dois centros de difusão liberal estiveram na origem da Revolução Pernambucana de 1817, esta sim melhor organizada, mas de efêmera duração. Suassuna visitou o Ceará, Rio Grande do Norte e a Paraíba para divulgar suas idéias democráticas, o que acabou lhe valendo outra estada na prisão. Faleceu em 1821, um mês depois da morte de seu ídolo Napoleão na ilha de Santa Helena.

A revolução de 1817 aconteceu, portanto, depois da queda de Napoleão em 1815. Coincidiu, porém com a conspiração dos emigrados franceses nos Estados Unidos para seqüestrar Napoleão, levá-lo a Pernambuco e depois a Nova Orleans. A queda do império napoleônico em 1815 significou para a quase totalidade dos oficiais dos exércitos franceses uma verdadeira catástrofe. Com o imperador nas mãos dos ingleses, os generais e coronéis, que haviam combatido em Iena, Marengo, Leipzig, na Rússia e em Waterloo, encontravam-se em situação muito difícil, pois ou prestavam juramento de fidelidade a Luiz XVIII, ou se contentavam a receber meio soldo apenas. Por isso numerosos oficiais preferiram expatriar-se para os Estados Unidos, onde havia oportunidades para "soldados de fortuna". Assim poucos meses depois da queda do império já estavam nos EUA cerca de dez mil oficiais franceses amargurados e vivendo pacatamente.

Porém, seu único pensamento era libertar o imperador que definhava no clima severo da ilha de Santa Helena, em pleno Oceano Atlântico, na altura de Pernambuco. Durante cerca de cinco anos tentaram organizar uma expedição para libertá-lo, mas a princípio as naus adquiridas para tal fim foram dispersas e arrasadas por um ciclone tropical no golfo do México. O chefe da conspiração francesa nos EUA era o irmão do imperador, José Bonaparte, ex-rei da Espanha. Numerosos militares franceses começaram a se deslocar para Pernambuco a fim de preparar a cabeça de ponte. Armamento e munições foram adquiridos e enviados para o Brasil. Aliado precioso na costa leste dos EUA foi o eficiente Cabugá, representante da revolução pernambucana de 1817 nos EUA, sobre quem falaremos mais adiante com pormenores. No Brasil tiveram outro aliado influente e protegido de imunidade consular: o Cônsul norte-americano Joseph Ray. Fretaram um navio de nome "Seraphine" para levar Napoleão até Nova Orleans, cujo prefeito era um entusiasta do imperador. Já tinham até preparado uma bela casa com estátuas e retratos de Napoleão em Charleston, que ainda existia no início do século XX e era conhecida como "Napoleon's House". O "clipper" estava prestes a partir para Fernando de Noronha, local de encontro dos franceses, quando lhes chegou a noticia da morte do imperador.

Com aquele objetivo os franceses estiveram em contato permanente com o representante da revolução pernambucana de 1817, em Washington, Antônio Gonçalves da Cruz, mais conhecido por Cabugá, acreditado como *Chargé d'Affaires* junto ao Departamento de Estado. Era um entusiasta do plano dos exilados franceses, identificando-se com o movimento ideológico encabeçado por Arruda Câmara e Suassuna no Recife. Aubry, historiador do episódio, relata que ele convivia com os franceses em Washington e sua casa estava cheia de retratos de filósofos e pensadores franceses e europeus. Cabugá levou para os Estados Unidos 12,000 contos destinados a comprar armas e munições para os revolucionários e estava encarregado também de alistar emigrados franceses e norte-americanos desejosos de servir nas fileiras republicanas de Pernambuco. Ofereceu vantagens alfandegárias para produtos norte-americanos e outras concessões comerciais para aliciar o apoio do governo americano.

Antônio Gonçalves da Cruz nasceu no Recife aproximadamente em 1775, era mulato claro, embora nos seus passaportes figure como branco, e herdeiro de uma família rica. Ele reunia em sua casa os adeptos de idéias liberais, entusiastas da revolução francesa e da independência

americana. Conta-nos Cleonir Graça e Costa em seu estudo sobre o curioso personagem, que Cabugá - tal era seu apelido - era um grande namorador e respondeu na justiça local por diversos casos amorosos. "Moço e não mal figurado tendo viajado pela Europa, trata-se com mais asseio e decência do que os que nunca saíram de Pernambuco". Tinha "grande afabilidade e trato agradável" que encantava a todos. O jogo corria alto em sua casa, outro fator de atração para difundir suas idéias republicanas. Era também propagandista da maçonaria, cujos princípios aprendera na França. Possuía mais de 40.000 contos em bens imóveis, mas ao viajar para os EUA logo depois do início da revolução, vendera muitos de seus imóveis, sendo o restante confiscado pela devassa. Mais tarde, em 1822, teria conseguido recuperar boa parte de seus bens.

Vitoriosa a revolução a 6 de março de 1817, na primeira reunião do Governo Provisório, a 8/03/1817, Cabugá foi eleito "Presidente do Erário", uma espécie de Ministro da Fazenda, mas logo depois preferiu aceitar o cargo de embaixador nos Estados Unidos da América, ou melhor, de *Chargé d'Affaires* em Washington, cuja principal tarefa era obter o reconhecimento formal da independência de Pernambuco pelo governo norte-americano do presidente James Monroe. Tal escolha deve ter sido motivada pela sua habilidade pessoal e experiência em viagens internacionais e provável fluência em línguas estrangeiras, como o inglês e o francês. A escolha foi acertada, pois Cabugá desenvolveria notável atividade nos EUA em prol do reconhecimento da novel república e mais tarde do Império, além de estabelecer bom entendimento com os exilados franceses que pretendiam vir ao Brasil com o objetivo de seqüestrar.

Napoleão de seu exílio em Santa Helena

Cabugá chegou a Boston e 8 de maio de 1817, viajou a Filadélfia, adquiriu armas e munições, fretou dois navios e enviou-os para Pernambuco. Em julho estava já em Washington e a 16 desse mês escreveu uma carta formal ao presidente James Monroe solicitando o reconhecimento da República de Pernambuco. Infelizmente, a revolução durou pouco e foi sufocada em agosto de 1817, isto é, teve a duração de pouco mais de cinco meses. O exército real avançou pelo sul e a esquadra portuguesa comandada pelo almirante Rodrigo Lobo bloqueou o porto.

Os chefes do movimento fugiram para o norte, foram aprisionados e muitos deles fuzilados. Ë bom esclarecer que nos papéis da Revolução Pernambucana de 1817 não há referência alguma a Napoleão, nem a seu eventual patronato. Isso é compreensível, pois ele perdera o poder em 1815. Ao receber a notícia do fim da República de Pernambuco, Cabugá escreveu nova carta ao presidente norte-americano em termos comoventes e de tal expressividade que Oliveira Lima julgou que ele esboçara "o pan-americanismo seis anos antes de Monroe formular sua famosa doutrina".

Antônio Gonçalves da Cruz permaneceu em Washington mais algum tempo e depois, mudou-se para Filadélfia, onde continuou ajudando os franceses exilados que planejavam o rapto de Napoleão. Conseguiu a vinda para o Brasil de dois navios corsários "Parangon" e "Penguin". Na maturidade, deixara de ser apenas o moço frívolo e festeiro do Recife e desempenharia papel de relativa importância na formação do Brasil nascente. Com a independência, Cabugá aderiu ao Império apesar de seus ideais republicanos, pois o que mais ansiava era a libertação do domínio português. A 1º de dezembro de 1822 recebia no Rio de Janeiro a Ordem do Cruzeiro e foi escolhido como Cônsul Geral nos Estados Unidos da América. Em Washington ajudou bastante Silvestre Rebelo com suas relações na capital americana a obter o reconhecimento formal do governo brasileiro e merece por isso a nossa gratidão. Em 1831, foi nomeado pela Regência Trina Provisória como *Chargé d'Affaires* e Cônsul Geral do Brasil na Bolívia, onde faleceu no ano seguinte aos 58 anos de idade. Helio Vianna o incluiu entre os biografados de seu livro *Vultos Imperiais*.

Em verdade, os EUA não podiam entender-se oficialmente com o representante de uma república nascente não reconhecida ainda por país algum, mas era clara sua simpatia pela independência das colônias espanholas e portuguesas. O presidente James Monroe recebeu Cabugá apenas em caráter particular, mas isso não o impediu de conseguir apoio para negociar a compra de armas em Baltimore. Fato importante foi a anterior decisão do Departamento de Estado norte-americano de designar um representante permanente no Recife, o Cônsul Joseph Ray, que desempenharia papel significativo no decorrer da revolução de 1817, abrigando inclusive em sua casa cidadãos franceses que chegavam para incorporar-se na expedição de iria seqüestrar Napoleão. A oportunidade era esplêndida para os emigrados franceses nos EUA, que se aproveitaram dos bons ofícios de Cabugá em Washington e da estratégica posição de Ray no Recife.

Correspondência citada por Donatello Grieco em seu excelente livro sobre *Napoleão e o Brasil* (1995) informa que os oficiais franceses convergiram para o porto de Baltimore e um grupo avançado de 32 homens chefiado pelo coronel Latapie já viajara para Pernambuco. Foram adquiridas duas escunas que estavam em Baltimore e Anápolis. O ponto de reunião de toda a expedição era a ilha de Fernando de Noronha, onde Portugal mantinha uma prisão especial. Lá deveriam reunir-se oitenta oficiais franceses, cerca de setecentos norte-americanos e outro navio com oitocentos marinheiros. Essas forças deveriam atacar Santa Helena visando a capital Jamestown, mas isso seria apenas uma manobra para atrair os defensores ingleses, deixando livres a Sandy Bay e a Prosperous Bay, onde desembarcaria a maioria das tropas da expedição. Um grupo se dirigiria à residência de Napoleão e o levaria para a Prosperous Bay, seguiriam para Recife e viajariam depois para Nova Orleans. Outro grupo na Europa estava encarregado de raptar o filho de Napoleão com Maria Luísa, o chamado "L'Aiglon", e levá-lo para Nova Orleans.

Nesse ínterim, o abade Correia da Serra, Ministro de Portugal em Washington, não estava indolente. O diplomata português tinha ótimas relações em Washington e era amigo pessoal de Jefferson, com quem se correspondia amiúde. Estávamos numa época em que os cônsules norte-americanos em várias capitais das colônias espanholas e portuguesas se aliavam aos revolucionários de plantão, tal como aconteceu em Buenos Aires com o Cônsul Thomas Lloyd Harley. No entanto isso tudo acontecia apesar do famoso "Act of Nëutrality", de 3 de março de 1817, isto é, assinado apenas três dias antes de rebentar a revolução pernambucana de 1817. Hipólito da Costa afirmou no "Correio Brasiliense" nº 19 que Correia da Serra "promoveu a medida" graças às suas relações com Jefferson. O Cônsul Joseph Ray só chegou ao Recife a 6 de julho de 1817, portanto quatro meses depois de eclodir a mesma e pouco antes de seu fim.

No entanto, outro emissário da revolução viajou para Washington: o inglês Charles Bowen, que foi recebido pelo Secretário de Estado Richard Rush, o que provocou vivo protesto do Ministro português, Serra explicava na capital americana que a revolução pernambucana era "uma simples insurreição". Rush replicou-lhe que "o comércio de armas não estava proibido pelo direito internacional, nem por nossas leis". A correspondência entre o governador de Pernambuco Luiz do Rego e o abade Serra foi intensa e de bastante interesse. Por nota de

13 de junho ao Departamento de Estado ele havia afirmado que os EUA eram "the great fomenter of rebellions", o que era descortês com o governo junto ao qual estava acreditado. Serra plantava notas nos jornais norte-americanos insinuando a cumplicidade do governo, o que acabou por irritar o Secretário de Estado, que protestou por escrito contra o fato de que Serra "passasse por cima do governo americano e se dirigisse diretamente ao povo de seu país através de jornais". Faltou pouco para que fosse julgado pessoa "non grata", mas a verdade é que "nessa época robusteciam-se os argumentos que mais tarde iriam consolidar o monroismo", segundo comenta Glaucio Veiga em seu bom estudo sobre o Cônsul Joseph Ray e os acontecimentos em Washington.

O ministro português Correia da Serra sabia de quase tudo o que se passava em Washington e solicitou repetidamente medidas do governo americano contra as atividades de Cabugá, que conseguira realizar embarque para o Recife de importante carregamento de armas e munições para os revolucionários pernambucanos. Convencido de que as autoridades norte-americanas não iriam intervir e impedir esses embarques, Serra alertou o governo do Rio de Janeiro para a gravidade da situação. Se a revolução pernambucana durasse mais alguns meses, o governo norte-americano poderia reconhecê-la. Por isso as tropas da Corte agiram com rapidez e a República de Pernambuco foi liquidada em agosto antes da chegada a Recife da primeira remessa de armas de Cabugá. Seguiu-se impiedosa devassa, mas isso não evitou que o Cônsul norte-americano Ray prosseguisse com suas atividades em outro campo político, isto é, em favor dos exilados franceses que continuavam a desembarcar em vários pontos da costa do Nordeste.

A bordo do brigue "Parangon" chegaram ao Rio Grande do Norte alguns dos principais personagens da expedição francesa que iria raptar Napoleão de Santa Helena. O mais importante deles era o Conde de Pontécoulant, pitoresco personagem de vida aventureira, apesar de sua alta linhagem gaulesa. Ao desembarcar teve a má notícia de que a revolução de 1817 fora afogada, mas o fato não era tão grave assim porque Joseph Ray, o Cônsul norte-americano no Recife continuaria a dar-lhes plena cobertura. Em Natal não encontrou ele maiores dificuldades, pois conseguiu fazer boas relações de amizade com o secretário do Governador. Decidiu passar-se por médico e botânico e partiu para a Paraíba, onde o "Parangon" havia desembarcado o general Raulet, o coronel Latapie e outros personagens franceses de menor nível.

Na Paraíba o Conde não teria a mesma boa recepção, pois o governador local mandou prender todos os franceses encontrados, enviando-os depois para Pernambuco. No Recife tiveram melhor sorte, pois o governador Luiz do Rego não encontrou em seus papéis nada de suspeito e os liberou. Foram hospedar-se em casa do Cônsul Ray, que se tornaria o centro de todas as medidas para o êxito da expedição francesa a Santa Helena. No ínterim aportou no Recife outro brigue americano carregado de armamentos, o que alarmou o governador pernambucano que não sabia como controlar o Cônsul Joseph Ray.

Sucedeu, então o imprevisto: o Coronel Latapie solicitou audiência ao governador Luiz do Rego e resolveu relatar-lhe tudo sobre a expedição que estava sendo preparada, o papel de José Bonaparte, irmão de Napoleão, que deveria chegar a Pernambuco nos próximos dias, enfim todas as implicações de uma delicada questão internacional. O governador afinal deu-se conta da importância dos fatos e decidiu encaminhar os franceses às autoridades portuguesas da capital. No Rio de Janeiro ocorreu outra surpresa: um cidadão norte-americano declarou ao presidente da Alçada que Ray estava em contato direto com Cabugá e os líderes da expedição francesa e que o Cônsul acusava o governador de Pernambuco de prejudicar os interesses comerciais dos EUA. Afirmava Ray abertamente que seria muito fácil obter a independência do Brasil, porque o governo português do Rio de janeiro ficaria reduzido à impotência pela intervenção armada dos Estados Unidos e a neutralidade absoluta da Inglaterra. O interrogatório de tripulantes do brigue norte-americano confirmava essas declarações alarmantes do diplomata.

Acompanhamos Ferreira da Costa em seu pormenorizado relato, que resumimos. Assustado, o Conde de Pontécoulant preferiu regressar ao Rio Grande Norte para obter proteção de seu amigo, mas nova complicação ocorreu com o aparecimento de outro navio americano, o "Penguin", procedente de Nova York, que trazia mais armamentos enviados por Cabugá e seus tripulantes transmitiram notícias assegurando até que Napoleão já se evadira de Santa Helena. No Recife, no início de 1818, o governador Luiz do Rego, convencido da cumplicidade do Cônsul norte-americano, pediu ao Rio de janeiro autorização para efetuar uma busca na casa dele e lá encontrou três pernambucanos implicados na revolução de 1817, prova cabal de sua conivência.

No entanto, a imunidade consular salvou Ray, mas seu secretário dinamarquês foi preso e relatou todos os pormenores da associação dos

franceses com os revolucionários de 1817, do que resultou na prisão do general Raulet. Nesse ínterim chegavam ao Ceará mais franceses ilustres a bordo da fragata "Les Trois Frères". Os bonapartistas contavam que na França falava-se com entusiasmo do sucesso da revolução pernambucana e vários franceses decidiram embarcar para o Brasil a fim de juntar-se à expedição destinada a Santa Helena. As autoridades portuguesas afinal começaram a preocupar-se seriamente com a chegada de dezenas de franceses de alta estirpe que não podiam trancafiar impunemente sem protesto do governo francês, com o qual Portugal mantinha agora excelentes relações. Por outro lado, o governo português não podia deixar de reagir ao *imbroglio* que aumentava com protestos do governo inglês, seu aliado, interessado em manter Napoleão na sua ilha. Os juristas estavam confusos e afinal a Corte ordenou à polícia carioca "transportar para a Europa todos os emigrados franceses que se encontravam no Brasil". Em Portugal os franceses foram levados até a fronteira da Espanha e deportados sem mais delongas..

O governador Luiz do Rego escreveu a D.João VI dizendo que "posso assegurar a Vossa Majestade que este Cônsul é um péssimo sujeito e que muito convém ao sossego público que ele seja expulso desta vila" (Devassa, vol. CIII, pg. 261). Ray foi dispensado pelo governo americano em 1820, mas continuou a viver no Recife como comerciante. No entanto, em 1839, isto é, 21 anos depois, ele ainda estava no Recife – como diz Veiga – "testemunhando o progresso de Pernambuco e desta nação que ele ajudara a construir com risco de vida e tantos incômodos".

Em Santa Helena o comandante inglês Sir Hudson Lowe estava ao corrente de tudo o que acontecia no Brasil pelo Ministro inglês no Rio de Janeiro e tomou diversas medidas para reforçar a defesa da ilha. Instalou telégrafos e novas baterias em Sandy Bay, na Prosperous Bay e na capital Jamestown, os três pontos mais vulneráveis. No dizer de Ferreira da Costa, Napoleão estava ao corrente de tudo e até teria feito várias sugestões para o ataque à ilha. No entanto, Lord Roseberry, autor de um excelente livro sobre "Napoleão – a última fase", informa que o imperador não queria ir para os Estados Unidos, pois estava certo de que lá seria assassinado pelos esbirros de Luiz XVIII. Teria dito Napoleão: "É preciso obedecer ao seu destino. Só meu martírio poderá restituir a coroa à minha dinastia. Não vejo na América senão assassínio ou esquecimento. Prefiro Santa Helena". Estava certo, pois Luiz Filipe e mais tarde Napoleão III governaram a França. Se tivesse conseguido asilar-se nos EUA, perderia talvez a sua auréola.

Curiosamente, os últimos meses de Napoleão em Santa Helena foram alegrados por pássaros brasileiros. De 1818 a 1821, data de sua morte, o imperador demonstrou notável interesse pelos jardins que circundavam sua residência em Santa Helena. Ele só teria se dedicado à jardinagem quando se convenceu que não sairia mais da ilha e quis então distrair-se e melhorar o aspecto de sua paisagem imediata. Conta Aubry que ele "sentava-se num declive relvoso e ficava vendo os "cardeais" cor de fogo trazidos do Brasil por um amigo, que ciscavam a terra e voejavam de ramo em ramo e até em cima de sua cabeça". Donatelo Grieco se pergunta: "Quem teria levado esses pássaros do Brasil? Foram eles encomendados especialmente para a vivenda do imperador?" No Brasil esses pássaros são também chamados de "galinhos da serra" ou "galinhos de campina" por causa de sua graciosa crista vermelha. Eles proporcionaram ao imperador desterrado "momentos de alegria talvez superiores em quantidade aos do convívio de seus homônimos do Sacro Colégio com o soberano dos franceses", observou Donatelo Grieco.

Os franceses dificilmente teriam tido sorte em sua iniciativa de raptar o imperador da ilha solitária. Não seria nada fácil, pois os ingleses já estavam ao corrente de tudo e tomaram precauções eficazes para resistir. Se ele tivesse aportado no Recife a caminho de Nova Orleans, durante a revolução de 1817, certamente seus próceres tentariam retê-lo por algum tempo para homenageá-lo, mas isso dificilmente se realizaria, pois é natural que os exilados quisessem levá-lo diretamente para os EUA, sem escala no Recife.

Em 1840, quando os ingleses concordaram com o pedido de seu descendente Luiz Filipe para levar os restos mortais do imperador de Santa Helena para a França, a fragata "La Belle Poule", comandada pelo príncipe de Joinville, velejou diretamente para Brest. Antes, porém, na viagem de vinda da França para Santa Helena, Joinville passara alguns dias em Salvador para reabastecer e, ao participar de uma caçada no Recôncavo, seu grupo de franceses conseguiu ser aprisionado por habitantes da região, confundindo-os com bandidos evadidos de uma prisão vizinha. No seu livro de "Memórias" o príncipe relata a historieta com ironia. Joinville voltou ao Brasil mais tarde para pedir a mão da irmã de Dom Pedro II em casamento, mas essa já é outra história. No entanto, alguns escritores chegaram a publicar que os restos mortais de Napoleão efetivamente passaram pelo Rio de Janeiro a caminho da França em 1840, o que não tem o menor fundamento, pois, está comprovado que "La Belle Poule" regressou diretamente à França.

Bibliografia

AUBRY, Octave. *Sainte Helène,* 2 volumes, Paris, 1956.

CASTLEREAGH, Lord – *Despatch Correspondence*, Londres, 1853

DANTAS SILVA, Leonardo. *A República em Pernambuco*, Instituto Joaquim Nabuco, Recife, 1990.

GRAÇA E COSTA, Cleonir. Elementos para uma biografia de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, *Revista do Instituto Arqueológico*, Histórico e Geográfico Pernambucano, volume XLIX, Recife, 1977.

GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil,* Editora da BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1995.

MASSON, Fréderic - *Autour de Sainte Helène*, Paris, 1909.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *O Movimento da Independência,* Rio de Janeiro, 1922.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres,* Recife, 1981.

ROSEBERRY, Lord. *Napoléon, la dernière phase,* Paris, 1911.

VEIGA, Gláucio. *O Cônsul Joseph Ray dos Estados Unidos e a Revolução de 1817,* Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, volume LII, Recife, 1979.

VIANNA, Hélio – *Vultos do Império,* São Paulo: Nacional, 1968.

IMIGRAÇÃO E ESCRAVIDÃO NO OESTE PAULISTA (1864-1888)

Immigration and Slavery (enslavement) on Paulista West (1864 – 1888)

Tatiana de Almeida Amabile[1]
Artur José Renda Vitorino[2]

Resumo
Este artigo aborda a questão imigratória, o trabalho imigrante e seus desdobramentos, e o problema do trabalho escravo na Província de São Paulo, mais especificamente, na região denominada de Oeste Paulista.
Palavras-chaves: História Regional, Oeste Paulista, Cafeicultura, Economia, Trabalho Escravo, Trabalho Imigrante.

Abstract
This article approach the immigrant question and his consequences and the problem of slave work in the Province São Paulo, more specifically, on the region called West-Paulista.
Key words: Regional History, West-Paulista, Coffee-growing, Economy, Slave work, Immigrant work.

Introdução

Este trabalho circunscreve-se à Província de São Paulo, mais especificamente à região denominada de "Oeste Paulista"[3]. Esta delimitação

[1] Licenciada e Bacharel em História (2005), Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas.
[2] Professor e pesquisador na Faculdade de História e do Grupo de História Regional, CCH, PUC-Campinas.
[3] De acordo com Fernando Henrique Cardoso, um dos primeiros estudiosos da vertente historiográfica que

geográfica deve-se ao fato desta região ter impulsionado a implementação de uma produção aos ritmos de uma economia capitalista, e também por apresentar grandes possibilidades de pesquisa face o número de fontes primárias.

Quanto à delimitação cronológica – de 1864 a 1888 – em um extremo o marco deve-se ao início da Guerra do Paraguai e à expansão da produção, e, no outro, ao fim da escravidão.

A cultura cafeeira foi introduzida em São Paulo num período em que os escravos já estavam se tornando caros e escassos e teve, na mão-de-obra, um problema que desde o início afetou tanto os fazendeiros como a economia. Com o fim do tráfico negreiro e ameaça da Abolição, a solução inicial foi aproveitar os escravos provenientes do Norte (tráfico interprovincial), mas essa alternativa se tornou logo insatisfatória e complexa, pois, além da grande produção, a rápida expansão dos cafezais exigia cada vez mais mão-de-obra.

São Paulo buscou novas soluções através da utilização do trabalho livre, mas não a mão-de-obra nacional e sim a estrangeira. A opção mais considerada, então, foi a colonização estrangeira, mas a necessidade de substituir a mão de obra tradicional (escravos) pelo trabalho livre, não foi aceita entre todos os proprietários de escravos. Mesmo com o tráfico e a ameaça da Abolição, o número de escravos que entravam na Província era cada vez maior – a Província de São Paulo se constituiu como uma das regiões com o maior número de escravos até o fim da escravidão.

A introdução do trabalho livre na agricultura paulista constitui-se num exemplo de criação de um mercado de trabalho livre em uma situação de desenvolvimento agrícola extensivo, sob condições de oferta

---

identificou que havia diferenças regionais entre os fazendeiros de café do Vale da Paraíba e do Oeste Paulista, "a região denominada de Oeste Paulista não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na estrada de ferro Mojiana. Historicamente quando há referencias ao Oeste Paulista visa-se a região servida por estas duas estradas de ferro e seus ramais". CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo, Brasiliense, n°28, março/abril 1960, p.45. Já, de acordo com a Lei n° 3029, de 9 de Janeiro de 1881, que introduziu o sistema de eleições diretas no Império, o Oeste Paulista correspondia aos 7°, 8° e 9° distritos, que compunham os seguintes municípios: Campinas, Amparo, Serra Negra, Mogi Mirim, Penha do Rio de Peixe (atual Itapira), Pirassununga, Itatiba, Araras, Socorro, Rio Claro, Piracicaba, Capivari, Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal (atual São Carlos), Brotas, Dois Córregos, Jaú, Jaboticabal, Santa Bárbara, Casa Branca, Mococa, Ribeirão Preto, Franca, Santa Rita do Paraíso, Descalvado, São João da Boa Vista, Cajuru, Batatais, Espírito Santo do Pinhal.

de mão-de-obra durante a escravidão. A questão enfrentada pelos fazendeiros, na segunda metade do século XIX, não era somente encontrar uma nova fonte de mão de obra, mas também organizar e controlar com eficiência o trabalho livre. Pode-se analisar então que foi um processo ao mesmo tempo econômico, político e social. No entanto, esse fato não impediu que vários proprietários reclamassem a falta de mão-de-obra, mesmo continuando a comprar escravos. Somente em meados da década de 1880, é que os fazendeiros paulistas resolvem efetuar a "transição" do trabalho escravo para o livre.

Diferenças entre o Vale da Paraíba e o Oeste Paulista

O plantio de café foi iniciado no Vale do Paraíba, sob tradicionais padrões que a agricultura trazia desde o período colonial. Embora dedicadas ao mesmo produto e sujeitas às mesmas exigências de produção e comercialização, as duas regiões cafeeiras responderam de formas diferentes. As respostas, em cada uma das regiões, podem demonstrar a explicação do diferente rumo político que cada uma assumiu: o Vale da Paraíba era monarquista e o Oeste tornou-se republicano.

A cultura agrícola do Vale da Paraíba, que precedeu à do Oeste Paulista, por volta de 1830 essa região já estava se firmando como principal produtora de café. Na década de 1840, as intenções do Vale da Paraíba estavam voltadas para a expansão de cafezais e aquisição de mão-de-obra escrava. Organizadas sob a forma de grandes propriedades, tinham no trabalho escravo a base de sua mão-de-obra. Quando em 1854, em Vassouras (Rio de Janeiro), pela primeira vez discutiram as possíveis vantagens da introdução de imigrantes em suas fazendas, os colonos eram considerados apenas "*elementos de resistência em uma sistema de precaução e vigilância contra possíveis insurreições de escravos*"[4].

Preocupados com o lucro imediato, os produtores do Vale do Paraíba foram devastando florestas utilizando técnicas rudimentares. Essas técnicas também eram usadas no beneficiamento do

[4] STEIN, Stanley, Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, apud: LIMA, Sandra Lúcia Lopes. O Oeste Paulista e a República. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

café, demonstrando o pouco uso de máquinas ou qualquer outra técnica mais sofisticada. Apesar da prosperidade os problemas logo apareceram, as características em que se estruturaram a produção, típicas de cultura colonial, se mantiveram e contribuíram para sua autodestruição.

O maior problema que aparentemente desencadeou a sua "destruição", foi a mão-de-obra. Com a proibição do tráfico e a ameaça da abolição, o escravo foi se tornando cada vez mais caro e de difícil aquisição. Como conseqüência, os fazendeiros se vêem endividados (pois recorriam a todos os meios para conseguirem escravos).

Já no Oeste Paulista, a agricultura abandonou as condições coloniais de produção e adquiriu características capitalistas. Ao substituir o cultivo de cana por café, onde já havia na região uma estrutura que embora precária, foi de grande importância: a ligação com o Porto de Santos, mão de obra escrava e vias de comercialização. A partir de 1850, houve uma grande expansão do café que atingiu a cidade de Piracicaba, Tietê, Limeira, Rio Claro[5], e na década de 1870 essa região já se tornava uma grande produtora. Essa expansão passou a exigir uma maior quantidade de mão-de-obra, e o aumento no preço do escravo fez com que os fazendeiros, sem tantos recursos, buscassem uma solução para esse problema. Iniciaram-se então as primeiras experiências com o trabalho livre através da mão de obra estrangeira.

Emílio Augusto de Zaluar, que esteve na cidade de Campinas por volta de 1860, observou que nesta cidade havia atividades comerciais diversificadas, como: fábricas de licor, cerveja e chapéus. Tudo indica, então, que Campinas já era um centro no qual outras regiões podiam se abastecer. Uma característica diferente dos fazendeiros dessa região foi a boa receptividade em relação ao uso de máquinas que "*poupavam mão de obra e melhoravam a qualidade do produto*"[6]. As vantagens da utilização de máquinas implicavam na aplicação de um certo montante de capital, e os fazendeiros se viam na necessidade de canalizar recursos para a sua própria produção.

Os fazendeiros paulistas insatisfeitos com a falta de apoio do governo, não esperavam que as soluções dos seus problemas viessem pela "mão" do governo e sozinhos tentavam novas experiências:

[5] LIMA, Sandra Lúcia Lopes, op. cit., p.20.
[6] Idem, ibidem.pp. 21.

importação de mão de obra livre, construção de estradas de ferro, utilização de máquinas, etc., demonstrando que a iniciativa particular no Oeste Paulista era de grande importância e força. O resultado disso tudo foi a rápida modernização dessa região, que foi a característica preponderante da diferenciação entre o Oeste Paulista e o Vale da Paraíba.

As primeiras experiências do trabalho livre estrangeiro

Sabe-se que as primeiras tentativas de promover a colonização começaram na época de D. João VI, com a criação de núcleos coloniais formados por imigrantes alemães e suíços. Mas essas primeiras tentativas tinham o objetivo de povoar o país. Desde a Independência, todas as vezes que a questão da emancipação dos escravos "entrava" na cena política e econômica, vinha à tona o problema da necessidade de mão-de-obra para a lavoura. Totalmente dependentes do trabalho escravo, os fazendeiros não encontraram outra alternativa, a não ser a mão-de-obra livre estrangeira – os imigrantes. À medida que se expandia a plantação de café, mais caro e difícil tornava-se a obtenção de mão de obra para construção e conservação de pontes e estradas, pois muitas vezes os fazendeiros tinham de tirar seus escravos da lavoura para fazerem estes serviços.

A partir de 1840, através do Senador Nicolau Campos Vergueiro, iniciaram-se as primeiras tentativas de imigração na Província de São Paulo (primeira tentativa por iniciativa particular), com a fundação de colônias para as lavouras paulistas. Esta iniciativa devia-se ao fato da expansão, mas em especial, à extinção do tráfico que estava em face de ser implementada.

O emprego de imigrantes na grande lavoura envolvia uma "verdadeira revolução" nos métodos de trabalho vigente no país, como nas concepções acerca do trabalho livre no Brasil. A maior preocupação da colonização era que gradualmente fosse substituído o trabalho escravo por indivíduos que já tivessem incutido a ética do trabalho aos moldes liberais, a fim de formar uma sociedade trabalhadora, e que tivessem bons costumes, para formar a sociedade brasileira aos moldes procurados pela classe dirigente. Como no discurso do Dr. João da Silva Carrão, quando enfatizava que os imigrantes poderiam trazer ao Brasil bons costumes:

> "Devemos desde já prever a influência poderosa que exercerá sobre os destinos da indústria, e mesmo sobre nosso costumes, um elemento da ordem do que se apresenta. Uma população enérgica, ativa e laboriosa, habituada em tudo quanto respeita imediatamente a seus interesse, [...] deve produzir uma salutar alteração em nossos hábitos".[7]

Afinal, para esta classe, o trabalhador livre nacional era visto como vagabundo, e o trabalho manual não era visto como dignificante, pois era somente próprio para os negros e escravos. Foi neste ambiente que o senador Vergueiro propôs o plano das colônias de parcerias "*destinadas a construir legítimos viveiros ou escolas normais agrícolas para os imigrantes*"[8].

De acordo com esse sistema, os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para as fazendas de café. Tinham suas viagens pagas, bem como o transporte até as fazendas. Vendido o café, os fazendeiros entregavam ao colono a metade do lucro líquido, mas já deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda e impostos. Os encarregados de engajar os colonos atraiam-nos mediante o adiantamento das somas destinadas à viagem e ao sustento, e tais somas só eram "quitadas" mediante prestação de serviço por um prazo determinado. Isto nos leva a pensar que estes colonos viviam como servos. Condição oposta, portanto, às aspirações dos imigrantes, de que na América haveria um leque de possibilidades para uma vida melhor do que eles tinham em seu país de origem.

O Senador Vergueiro então funda uma empresa, a Vergueiro & Cia, que importava colonos em número casa vez maior. Com isso "*a importação de colonos, tornava-se uma empresa de consideráveis proporções*".[9] O sistema iniciado por Vergueiro – o de parceria – não durou muito tempo, e as contradições desse sistema vieram à tona na revolta em Ibicaba (uma das fazendas que pertenciam ao Senador).

Os colonos queixavam-se que recebiam pés de café de menos produtividade; de não ter como controlar seu lucro; de terem que realizar

[7] RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente Dr. João da Silva Carrão, no dia 02 de Fevereiro de 1866, pp. 36. Todos os Relatórios de Presidentes da Província de São Paulo e os Discursos para a Assembléia Legislativa foram tirados do site da Universidade Chicago: wwwcrl.uchicago.edu.
[8] DAVATZ, Thomas, Memórias de um colono no Brasil (1850), Biblioteca Histórica Brasileira, 2° edição. São Paulo: Livraria Martins Editora (Introdução de Sérgio Buarque de Holanda, pp. 13).

suas compras nos armazéns da fazenda, onde tudo era mais caro; da dificuldade de relacionamento com os senhores, pois estes estavam acostumados a lidar com escravos; de não poderem praticar sua religião (muitos desses imigrantes eram protestantes) e legalizar seus casamentos e batizados de seus filhos[10].

Sérgio Buarque de Holanda relata ainda, na introdução do livro *Memórias de um colono no Brasil*, que um dos motivos para o insucesso desse sistema era que muitos colonos que foram engajados faziam parte do proletariado urbano da Europa Central, não tendo, portanto, experiências como camponeses ou lavradores. Tschudi, em suas observações sobre o colono em São Paulo, em 1858, de uma lista de 87 pretensos a lavradores apenas 13 se dedicavam a atividades agrícolas em suas terras de origem. Também relata que entre os colonos enviados a São Paulo, vinham antigos soldados, indivíduos que tinham acabado de sair da cadeia, "vagabundos", velhos, aleijados e cegos. E isto era natural, porque era de se esperar que as administrações nacionais criassem obstáculos para as saídas de homens válidos e úteis. Isso se refletiu nas reclamações dos senhores, que se queixavam de que os colonos eram indisciplinados, desordeiros, preguiçosos, pouco produtivos – que o escravo era mais eficiente, cuidava de mais pés de café.

Mas uma pergunta vem à tona: por que os fazendeiros optaram pelo sistema de parceria, ao invés de um sistema de salários?

Na perspectiva do fazendeiro, a parceria, numa situação de mão-de-obra escassa, era de fato mais eficiente que o trabalho assalariado, pois a remuneração na forma de uma proporção do produto constitui um incentivo para o trabalhador intensificar o seu esforço, uma vez que seus ganhos dependem do montante produzido. Ele cultivará com maior cuidado porque parte dos resultados virá em seu próprio benefício. A supervisão tornar-se-ia insignificante, pois o controle do trabalho seria feito pelo próprio trabalhador.[11]

A parceria também permitia que se fizesse o uso do trabalho da família dos colonos. Segundo Juan Martinez-Alier: "Entendo que a colonização só pode progredir sendo feita por famílias. Calcula-se que cada família é constituída, em média, por cinco pessoas".[12]

---

[10]LIMA, Sandra Lúcia Lopes, op. cit, pp. 64 e 65.

[11]MARTINEZ-ALIER, Juan. Peasants and Labourers in Southern Sapis, Cuba, and Highland Peru, Journal of Peasant Studies, I, n°2, 1974, apud: STOLCKE, Verena e HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, Revista Brasileira de Historia, n°06, 1983.

[12]José Vergueiro. Memorial acerca de colonização e cultivo de café, 1874, pp.5. Apud: STOLCKE, Verena e HALL, Michael, op. cit., pp. 32.

A imigração ia perdendo rapidamente seu prestígio, os colonos sentiam-se reduzidos à situação de escravos, e os fazendeiros, viam-se burlados nos seus interesses. Isto até acarretou em uma desmoralização da política imigratória para o Brasil, as queixas dos colonos chegavam à Europa e desanimavam novos "sonhos" de imigração. Alguns países até mandavam emissários para verificar a verdadeira situação de seus compatriotas.

Nas décadas de 1860 e 1870, novas condições para imigração começaram a aparecer, os fazendeiros paulistas se convenceram de que para incentivar a imigração era preciso desenvolver a confiança dos outros países em mandarem seus "filhos" para o Brasil.

A melhor maneira que eles encontraram foi garantir aos colonos uma remuneração por meio de contratos de trabalho. Em lugar de fazer depender da venda do café no mercado, para o pagamento do colono, estipulou-se geralmente um preço fixo por alqueire. Com esse novo contrato, os colonos recebiam os cafeeiros que podiam cultivar sem dificuldade. Terminada a colheita depositavam eles o produto sem lugar convencionado e recebiam por alqueire a quantia estipulada. Para seus plantios dispunham, mediante aluguel ou até gratuitamente, de terrenos previamente marcados, e podiam também alugar casas de residência e pastos.

Esse sistema ou contrato seria interessante para os fazendeiros, pois eliminava a única desvantagem inerente ao pagamento por peça, ou seja, a má qualidade do serviço. A transição da parceria para o *colonato* foi um processo de crescente elaboração da exploração do trabalho, favorecido depois da metade da década de 1880 pela importação em massa de imigrantes. Mas também encontramos outras formas de contrato de trabalho que muitas vezes era um mecanismo criado pelo fazendeiro e seus colonos.

Em artigo da *Gazeta de Campinas,* encontra-se um relato de um viajante (não identificado) que pernoitou na Fazenda de Nova Lousã, fundada em 1867 em Mogi-Mirim e observou:

> "Na Nova Louzã tudo chama atenção do visitante. Oitenta portugueses, livres, completamente livres, quero dizer livres de contratos de locação de serviço, compõe o belo pessoal d'esta

> fazenda. Uma constituição ou lei, aprovada pelos empregados da casa forma o Regulamento, pelo qual, chefe e subordinado, tem de pautar suas ações e comportamentos.
>
> Entre vários quadros que vi na sala da mesa dos empregados notei um Regulamento impresso, outro com um belo artigo sobre "O Trabalho", também impressa, e outro artigo com o credo dos lavradores norte-americanos, e no final do texto o redator diz que quer ver crescendo ao credo dos lavradores brasileiros: Cremos no trabalho livre e só no livre"[13]

Esse relato mostra que algumas fazendas, em que havia a mão-de-obra imigrante, muitas vezes o fazendeiro tinha de se adaptar e criar meios de convivência tanto social como "trabalhista" para com os seus trabalhadores contratados.

E o escravo?

Dez anos depois de cessado o tráfico, a lavoura cafeeira ainda se apoiava no braço escravo. Alguns foram deslocados de outras atividades para a lavoura de café e buscou-se em outras províncias, a mão de obra necessária, como no tráfico interprovincial, meio que permitia que os escravos fossem vendidos para trabalhar na Província de São Paulo, escravos estes provenientes, em sua maioria, do Norte[14] e Sul do país, zonas estas de decadência econômica. Por um recenseamento de 1866 possuía a Província de São Paulo, 80.000 escravos; pelo de 1873, 162.316; e em 1875, cerca de 2000.000.[15]

Mesmo com a imigração, havia fazendeiros que ainda temiam os efeitos que a quebra dos vínculos criados pela escravidão pudessem ocasionar. Tinham receio que a desorganização social e econômica que poderia decorrer da "*redução de autoridade do senhor, pela depressão*

[13]Gazeta de Campinas, Comunicado. Processo singular, Campinas, 15 de Junho de 1871, pp. 1 e 2
[14]No século XIX, o norte referia-se ao que hoje é o Nordeste do país.
[15]GODOY, Joaquim de. A Província de São Paulo. Apud: COSTA, Emilia Viotti. Da senzala à colônia, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, pp. 136.

do direito provincial, negado pela propaganda abolicionista, desobedecido pelo próprio escravizado... trata-se ou deve-se tratar da salvação da ordem pública".[16] Isto nos leva a pensar que não cabe a generalização de que todos os fazendeiros fossem abolicionistas e também adeptos à imigração.

Mas, enquanto a população escrava decrescia nas cidades, aumentava nas zonas rurais. Nas cidades se observava uma diversidade profissional entre os escravos, principalmente quando a vida urbana se intensifica (no decorrer da segunda metade do século passado). Essa "autonomia" se deu através de dois sistemas de serviços prestados pelos escravos: o sistema de aluguel e o sistema ao ganho.

No sistema de aluguel quem oferecia os serviços do escravo era geralmente o senhor quem também estabelecia qual seriam os serviços e o pagamento. Já no sistema ao ganho, o escravo poderia oferecer seu serviço diretamente ao interessado, o que podia criar uma certa "flexibilidade" para sua liberdade, e isso geralmente ocorria longe dos olhos do senhor e do feitor quando trabalhava no campo.

O escravo que oferecia o seu trabalho com permissão do seu senhor, percorria toda a cidade oferecendo seu trabalho e entregava uma determinada quantia ao seu senhor. Graças a esse sistema, teceu-se nas cidades todo um complexo de serviços temporários. Mas é claro que o senhor ou ficava com maior quantia de dinheiro ou aumentava o preço da alforria, pois não queira perder seu escravo. Com o dinheiro que restava ao escravo ou ele guardava ou usava em benefício próprio, comprando comida, frutas, roupas, etc. O escravo ao ganho ou de aluguel criava naturalmente novas formas de convívio e relacionamento com seu senhor, através de seu emprenho.

Também ocorria esse "bom relacionamento" entre escravo e locador de serviços, criando-se vínculos, exemplo: um locador de serviços comprar a alforria de um escravo. Em meio a tudo isso, as restrições ao tráfico interprovincial aumentavam, impossibilitando muitas vezes a entrada de um grande número de escravos nas regiões em que a lavoura do café se expandia. Em São Paulo foi decretada uma lei provincial (23/01/1881) que taxava em dois contos de réis cada escravo que entrasse na Província. Já em 1884 os efeitos dessa lei se faziam sentir:

[16] Gazeta de Campinas "O momento atual", Campinas, 27/09/1887, pp. 1.

> "*Orçava a quatro ou cinco mil o número de escravos que anualmente as províncias do norte do Império mandavam para a lavoura de São Paulo... . Os comboios desfilavam em nossas ruas e praças, pondo em amostra a qualidade da mercadoria, e de toda a parte vinham aqui os agricultores fazer provisão de braço... . Agora, sob o influxo benéfico daquela lei regeneradora e humanitária, em vez de escravos, a província já recebe por ano mais de cinco mil trabalhadores com que o mundo civilizado vai enriquecendo nossas indústrias....*[17]

Mas que humanitarismo seria este, se o escravo foi "classificado" de mercadoria? A lei é benéfica por quê e para quem? Por que impedia a comercialização em grande escala de escravos ou por que fez com que a imigração aconteça cada vez mais e, como diz a reportagem acima, traz trabalhadores do mundo civilizado para inserir tradições e enriquecer cada vez aqueles que detêm o capital?

Mesmo assim, o braço escravo era ainda, até meados da década de 1880, predominante na lavoura de café (além de muitos escravos entrarem na Província clandestinamente)[18]. O Oeste Paulista apresentava ainda em 1886 um elevado índice de população escrava: cerca de 12,9%, índice comparado às regiões do Vale do Paraíba [19].

O escravo que nos primeiros tempos foi de baixo custo e fácil aquisição, tornara-se pouco a pouco caro e de difícil obtenção. Pois com a intensificação do movimento abolicionista, com a desagregação do sistema escravista abalado tanto pelas fugas, pelo desenvolvimento da imigração, pelas leis abolicionistas, pela diminuição da população escrava (não era mais introduzido na Província tantos escravos), pelo seu envelhecimento (com a falta de escravos, sua reprodução era impossível) e por conseqüência e a mais importante, pelo seu alto custo.

Depois da Lei do Ventre Livre (1871), aumentou o número de ingênuos abandonados, isto porque o mercado para as escravas amas-

[17]Gazeta de Campinas. Os efeitos de uma lei, Campinas, 12/02/1884, pp.1.

[18]"Os escravos eram desembarcados clandestinamente nas numerosas praias desertas que se estendiam ao longo do litoral brasileiro. Preferiam-se aquelas cuja via de acesso aos centros consumidores fosse relativamente fácil. Nessas praias construíam-se barracões onde os negros desembarcados eram preparados apara serem vendidos". In: COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966, pp.50-51.

[19]COSTA, Emilia Viotti, op. cit. pp. 211.

de-leite sem filho justificava abandonar a criança. Ou então estas crianças permaneciam com os senhores de suas mães, levando o ingênuo uma existência em nada diferente daquela do escravo. Preocupou-se o governo e a sociedade paulista com a sorte destes ingênuos? E houve a preocupação para que com essas leis emancipadoras o ex-escravo e o ingênuo não fossem "jogados" à sociedade?

Sob estes dois aspectos pensou-se: proporcionar ao ingênuo uma proteção e educação adequadas e procurar reter junto do ex-senhor, o liberto adulto, não só para impedir a desorganização do trabalho, mas também para facilitar o ajustamento à nova condição.[20]

Por volta de 1880, registrou-se uma certa preocupação pela sorte dos ingênuos, preocupação aliada a um movimento em prol do ensino agrícola. Foi proposto um projeto na Assembléia Provincial para que fossem formados estabelecimentos agrícolas a fim de receberem os meninos órfãos nacionais ou estrangeiros, e também os ingênuos. Mas o projeto foi rejeitado, alegando-se falta de dinheiro. Tendo em vista que outros projetos com a mesma finalidade foram também rejeitados ou vetados, praticamente nenhuma medida que amparasse o ingênuo foi executada pelos poderes públicos.

Resume muito bem Nicia Vilela Luz, quando ela afirma sobre a situação do ex-escravo numa sociedade que acabou de emancipá-lo: "Uma vez salvaguardados os interesses da Província, foi mais cômodo deixar o ex-escravo entregue à sua falsa noção de liberdade. Poucos se lembraram que, convenientemente educado, o liberto poderia se tornar um elemento produtivo e, portanto, um fator de progresso. Isto, sem falar no aspecto humano da questão."[21]

Como se posicionava: opinião pública, administração e governo paulista.

A imprensa foi um dos principais meios encontrados pelos agricultores paulistas para tornar públicas as suas reivindicações, e um

[20]LUZ, Nícia Vilela. A administração Provincial de São Paulo em face do Movimento Abolicionista, Revista de Administração, São Paulo, 1948, pp. 91-92.
[21]Ibid, pp.100.

dos jornais mais importantes para realizar isso foi a *Gazeta de Campinas*, que circulou de 31 de outubro e 1869 até maio de 1889. Este jornal se concentrou em atacar o Império e acentuar as vantagens da República. Em uma circular que a diretoria da Associação de Colonização e Emigração publicada na *Gazeta de Campinas*, em 1871, lia-se o seguinte:"Dois são os meio de obter e animar a introdução de braços livres na província: a colonização e a emigração espontânea.

A Associação de Colonização e Emigração para a província de São Paulo está certa que presta assim relevante serviço ao seu alcance em prol dessa idéia patriótica, para a solução do problema mais momentoso para nossa sociedade, a substituição das forças do trabalho, de modo a amortecer o choque que por ventura ameace a nossa lavoura. Nestas circunstancias é claro que todos os paulistas devem auxiliar tão importante empresa; devem concorrer para propagá-la por toda a parte constituindo núcleos filiais da presente associação nas diferentes localidades."[22]

A Associação dirigiu esta circular à população paulista, solicitando o empenho e mobilização para promover o trabalho livre imigrante. Sabendo que nem todos eram favoráveis ao trabalho livre, a *Gazeta de Campinas* estava se propondo a receber retaliações, mas sem dúvidas estava pronta a receber apoio e parceiros.

Analisando a administração e o governo da Província de São Paulo, os objetivos da administração da província paulista foram, estabelecer uma corrente imigratória e cercear o desenvolvimento da escravatura, que em outras palavras seriam, salvar a grande propriedade rural e com ela a economia da Província.

Tendo como uma das fontes principais os Relatórios dos Presidentes de Província de São Paulo, em que eram relatados os principais acontecimentos e necessidades que a Província estava passando, podemos analisar como estes homens estavam enxergando esta "transição" e quais conseqüências estava acarretando para a Província de São Paulo.

Em 1864, o presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, apresenta indícios de que o emprego de escravos era preferência do que ao trabalho livre imigrante. Conforme acrescenta, "*a cultura de*

[22]Gazeta de Campinas. Imigração, Campinas, 30 de abril de 1971, pp. 1 e 2.

cana tem sido quase abandonada. Os fazendeiros preferem a do café não só por mais fácil e vantajosa, como também por menos sujeita às avarias, e menos danosa aos escravos"[23].

Em 1866, o presidente João da Silva Carrão criticava todas as tentativas de colonização realizadas até então: "*O governo procurou estabelecer colônias, que nada mais eram do que aglomerações de famílias transplantadas, que constituíam povoações de estrangeiros sem coesão entre si, e estabelecidas em localidades sem as condições essenciais com que tais colônias podem vingar e prosperar*"[24]. Expressa que todas as alternativas de colonização não haviam trazido os resultados esperados, principalmente a de financiamento particular que "*começou como reação na província a agitação da iniciativa individual, para promover a imigração européia, não com o fim de fundar colônias permanentes, mas de fornecer braços aos estabelecimentos agrícolas, de que começava-se a sentir falta pela cessação do tráfico de africanos*"[25].

É importante notar na afirmação citada acima, de que já se estaria sentindo a falta de mão de obra escrava.

O tema da imigração e colonização estava se concentrando em estimular os proprietários a substituir a mão de obra escrava, como se pode ver no relatório de José Pereira, do ano de 1876. Mesmo reconhecendo que a Província não tinha condições de criar grandes núcleos coloniais, apontava a possibilidade de se criar pequenos núcleos onde os colonos pudessem viver com boas condições de vida:

> "A aspiração do imigrante é ser proprietário; satisfaçamos-lh'a e ele procurará nossa Província de preferência a todas as outras, pela amenidade de seu clima e inexaurível uberdade de suas terras. O imigrante, porém, não quer ser o povoador dos sertões, o destruir das nossas virgens florestas; ele deseja terra que possam ser amanhadas pelos meios que conhece e situadas nas vizinhanças dos centros populosos, onde deva encontrar consumo ao produto da pequena lavoura"[26].

[23]RELATÓRIO com o qual o doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello entregou a presidência da Província de São Paulo ao coronel Joaquim Floriano Toledo, no dia 24 de outubro de 1864, pp.28.
[24]RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 03 de fevereiro de 1866, pelo presidente, o Dr. João da Silva Carrão, São Paulo, 1866. pp. 33.
[25]Idem, p. 34.
[26]RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, Dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876, São Paulo,1876, pp. 64.

No relatório do vice-presidente da Província, Souza Aranha, de 7 de janeiro de 1882, constam dois atos expedidos para atrair a imigração e auxiliar os fazendeiros na substituição dos escravos. O primeiro foi o de 7 de dezembro de 1881, que visava edificar um prédio para hospedar os imigrantes que chegavam a Província; o segundo foi o de 31 de dezembro de 1881, que tratava de regular provisoriamente o serviço provincial de imigração.

Como a entrada de imigrantes era cada vez maior, era necessário ter uma certa quantidade de terras que suprisse a este problema, e é isto que vemos no relatório de João Alfredo Corrêa de Oliveira, do ano de 1886, que ressalta que para um melhor desenvolvimento da imigração, os proprietários deveriam vender suas propriedades improdutivas.[27]

Mas esta proposta defendida por João Alfredo Corrêa de Oliveira, não agradou, é claro, a muitos fazendeiros, pois estaria rompendo com o sistema tão já consolidado. Esta discordância pode-se ver no então Barão do Parnaíba, presidente da Província em 1887, que critica a proposta da venda das terras improdutivas, pois muitas delas eram parte das grandes propriedades de muitos fazendeiros. Dizia: "*que não se deveria alterar o sistema até então utilizado na Província, pois este seria o melhor para o colono, que chegaria aqui, arrumaria um emprego numa fazenda, pouparia e compraria por si sua própria terra*"[28].

Considerações Finais

Durante de mais de três séculos, a escravidão foi uma das peças principais do sistema colonial. No Brasil, onde existia terra em abundância e a mão-de-obra era escassa e pouco adaptada aos serviços da lavoura o desenvolvimento da economia de exportação, determinou a concentração da propriedade e acarretou intenso tráfico de escravos.

Com o fim do tráfico negreiro, a dificuldade de obter mão-de-obra constituiu em um entrave para a expansão das lavouras. Os altos preços e o elevado custo da manutenção dos escravos, tornaram pouco conveniente o seu emprego. Então a aquisição de escravos passou a

[27] RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886, São Paulo, 1886, pp. 40.
[28] RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente Barão do Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887, São Paulo, 1887, pp. 122.

significar uma imobilização de capital, não era mais vantajoso para o agricultor comprar escravos.

A ameaça de interrupção do tráfico e sua concretização em 1850 levaram os fazendeiros do Oeste-Paulista a interessarem-se pela imigração. As primeiras experiências baseadas no sistema de parceria fracassaram. Os atritos surgidos entre colonos e proprietários repercutiram mal, no Brasil e no estrangeiro, contribuindo para a criação de um ambiente desfavorável à imigração, dando ainda mais créditos aos argumentos de que a imigração não funcionaria e que o escravo era a melhor mão-de-obra.

Mas o que se pode concluir, é que a falta de mão-de-obra só foi encarada como um problema pelos fazendeiros, a partir da década de 1880. Isto porque além de possuírem muitos escravos, alguns fazendeiros não queriam se arriscar em uma "experiência" nova e perderam todos seus bens e investimentos feitos até aquele momento. Arriscar, porque muitos proprietários de terra não viam a imigração com bons olhos, pois, não podiam forçar os trabalhadores estrangeiros a trabalharem como escravos ou produzirem tanto quanto os escravos produziam. O movimento imigratório, entretanto só se intensificou partir de 1886, com o agravamento da crise escravista.

A Abolição não significou a interrupção imediata da ordem tradicional, manteve-se o sistema de propriedade e apoiando-se na exportação de produtos tropicais e as condições de vida dos colonos continuaram precárias na maioria das fazendas.

Referências Bibliográficas

COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia,* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O Oeste-Paulista e a República*, São Paulo: Editora Vértice, 1986.

LUZ, Nícia Vilela. A administração provincial de São Paulo em face do Movimento Abolicionista, *Revista de Administração,* São Paulo, 2 (8), dezembro de 1958.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazenda de café de São Paulo, *Revista Brasileira de História*, nº 6, São Paulo: Marco Zero, n.º 6, set. de 1983, pp. 81-92.

Fonte Primárias

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, 2° edição, São Paulo: Livraria Martins Editora (Biblioteca Histórica Brasileira).

Gazeta de Campinas. Imigração, Campinas, 30 de Abril de 1971.

Gazeta de Campinas. Comunicado – Processo singular, Campinas, 15 de Junho de 1871.

Gazeta de Campinas. Os efeitos de uma lei, Campinas, 12 de Fevereiro de 1884.

Gazeta de Campinas. O momento atual, Campinas, 27 de Setembro de 1887.

RELATÓRIO com o qual o doutor Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello entregou a presidência da Província de São Paulo ao coronel Joaquim Floriano Toledo, no dia 24 de outubro de 1864.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, no dia 03 de fevereiro de 1866, pelo presidente, o Dr. João da Silva Carrão. São Paulo, 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, Dr. Sebastião José Pereira, em 02 de fevereiro de 1876. São Paulo, 1876.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente, João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886, São Paulo, 1886.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, pelo presidente Barão do Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887, São Paulo, 1887.

IMIGRAÇÃO ITALIANA E INDÚSTRIA: ARGENTINA NA VIRADA DO SÉCULO XIX.

Italian Immigration and Industry: Argentina at the turn of the 19th century

Tatiana Aranha Romero Bettanin[1]
Lilia Inés Zanotti de Medrano[2]

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é abordar a trajetória de imigrantes italianos que se estabeleceram na Argentina no final do século XIX destacando sua atuação no incipiente marco industrial da cidade de Buenos Aires. Foi utilizado como fonte o livro/documento GLI ITALIANI NELLA REPUBBLICA ARGENTINA, publicado em 1898 e selecionadas cinco empresas de italianos que atuaram na metalurgia, móveis, agricultura e tecidos. Foram os casos de Dell'Acqua, com sua fábrica de tecidos e malhas; de Zanotti, Pastore e Pino, com suas fábricas de móveis; de Nolasco e sua indústria agrícola-pastoril; e de Rezzonico com seu estabelecimento metalúrgico.

Palavras-chave: imigração italiana; imigração Argentina; empresários imigrantes.

Abstract[3]

This article is part of a more comprehensive research project whose aim is to keep track of the Italian immigrants that settled in Argentina at the end of the 19th century, with emphasis on the role they played in the incipient industrial landmark

[1]Licenciada e Bacharel em História, PUC-Campinas (2005). Realizou esta pesquisa como bolsista de Iniciação Científica do CNPq e como participante do Grupo de História Regional, Faculdade de História, PUC-Campinas.
[2]Professora e pesquisadora líder do Grupo de História Regional, Faculdade de História, Centro de Ciências Humanas (CCH), PUC-Campinas.
[3]Tradução realizada por Verónica Laura Medrano.

in the city of Buenos Aires. The book/document entitled GLI ITALIANI NELLA REPUBBLICA ARGENTINA published in 1898 was used as a source, and five companies of Italian immigrants in the field of metallurgy, furniture, agriculture and fabrics were chosen. That was the case of Dell'Acqua and his fabric factory; Zanotti, Pastore and Pino and their furniture factories; Nolasco and his agriculture-grazing industry; and Rezzonico and his metallurgical installation.

Key words: Italian immigration; Argentinian immigration; imigrant businessmen

Introdução

Os censos apontam que a Argentina recebeu um enorme contingente de imigrantes. Pode-se citar, em título de exemplo, o Terceiro Censo Nacional do país que, no ano de 1914, faz referência a 30% da população Argentina como sendo composta por estrangeiros. A chegada dos imigrantes, no entanto, não foi um fator surpresa para o país. Pelo contrário, ela havia sido pensada e gerida pelos intelectuais argentinos que propunham mudanças na sociedade com o intuito de alavancar e desenvolver o seu país através da imigração européia, uma vez que eles apostavam nesse movimento social como o responsável por uma positiva e grande mudança na Argentina.

Conforme afirma Tulio Halperin Donghi "a lo largo de todo el siglo XIX la inmigración fue considerada – en la Argentina más aun que en el resto de América española – un instrumento esencial en la creación de una sociedad y una comunidad política modernas [...]".[4] Donghi demonstra que, naquele momento, a imigração parecia ser a saída argentina para seus problemas sociais e políticos. Antes de qualquer outra medida, era necessário aperfeiçoar a população do país para se atingir a modernidade européia e o desenvolvimento.

Para tanto, conforme as considerações de Fernando Devoto[5] alguns dos intelectuais argentinos produziram programas radicais para impulsionar o desenvolvimento de seu país através da imigração, como, por exemplo, Juan Bautista Alberdi.

[4]DONGHI, Tulio Halperin. *El espejo de la Historia*: Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. 2ª ed.,Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998, pp. 191 (Colección Historia y Cultura).
[5]DEVOTO, Fernando J. Imigração européia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*, São Paulo: EDUSP, 2000.

Alberdi acreditava que a Argentina continuaria atrasada e sem desenvolvimento, principalmente, por considerar o meio natural na América um tanto hostil e rústico, de tal forma que precisaria ser trabalhado com afinco para se chegar a atingir o progresso. Pode-se perceber tal característica em seu pensamento através da afirmação: "o tipo de nosso homem sul-americano deve ser o do homem formado para vencer o grande e desanimador inimigo de nosso progresso: o deserto, o atraso material, a natureza bruta e primitiva de nosso continente".[6] Desse modo, infere-se que, segundo este intelectual, os nativos não conseguiram desenvolver-se por si só, já que estavam condenados e influenciados pelo meio em que viviam. Em seu pensamento, o meio natural restringiria os homens da América por ter características atreladas ao primitivo e até mesmo ao selvagem, como, por exemplo, a influência da cultura indígena, a qual é muito recorrente em sua obra.[7]

Os intelectuais argentinos deram os primeiros passos rumo à imigração européia para a Argentina, fornecendo as diretrizes e pensando nos benefícios que a imigração traria para o seu país. As análises dos intelectuais aliadas às "[...] oportunidades de trabalho, as redes de informação e assistência entre os imigrantes e também as condições e as expectativas no ponto de partida que explicaram a chegada de tantos imigrantes europeus ao Rio da Prata"[8], ou seja, as combinações entre as condições favoráveis da Argentina com relação à oportunidade de trabalho e assistência aos imigrantes, juntamente com a vontade e a necessidade dos imigrantes de se estabelecer num outro país.

No entanto, "è solo durante la dittatura di Rosas (1829-1852) che l'immigrazione italiana assume uma consistenza e um ruolo rilevante"[9], mais especificamente, a partir das duas décadas posteriores ao início de tal ditadura que a Argentina recebeu significativamente não só italianos, mas imigrantes vindos de vários lugares da Europa e, já no ano de 1855, totalizava 30% de imigrantes europeus.

---

[6]ALBERDI, Juan Bautista. *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, pp. 97 (Coleção Brasileira de Autores Argentinos).

[7]Não desejamos nos aprofundar na formulação alberdiana sobre a questão indígena, principalmente porque não obedece aos limites deste trabalho. Contudo, para poder perceber a conotação dada por Alberdi com relação aos indígenas, segue-se a citação: "Na América, tudo que não é europeu é bárbaro; não há outra classificação: 1º, o indígena, isto é, o selvagem; 2º, o europeu, isto é, nós os que nascemos na América e falamos espanhol, os que cremos em Jesús Cristo e não em Pillán (deus dos indígenas)". (ALBERDI, 1941, pp. 101).

[8]ALBERDI, Juan Bautista, Op. cit., pp. 36-37.

[9]SCARZANELLA, EUGENIA. *Italiani D'Argentina: Storie di contadini, industriali e missionari italiani in Argentina*, 1850-1912, Venezia: Marsílio Editori, 1983. pp. 26.

Foi, porém, com a queda da ditadura de Rosas e com a sanção da Constituição da República Argentina de 1º de maio de 1853, que se pode perceber com mais intensidade e afinco o desejo pela experiência imigratória na Argentina. Tal Constituição, baseada no projeto intelectual de Alberdi, tinha por característica ser liberal, além do mais,

> "[...] estabeleceu a forma representativa, republicana e federativa de governo; a divisão dos poderes em legislativo, executivo e judiciário; a eleição indireta para presidente; os direitos individuais; e liberdade de culto paralelamente à adoção do catolicismo como religião oficial de Estado [...]".[10]

Possuía a Constituição, ainda, algo inovador e marcante para a história do país: alguns de seus artigos estavam diretamente relacionados à imigração para a Argentina. Como exemplo, pode-se citar o artigo 20, no qual se destaca que:

> "[…] l*os extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano. Pueden ejercer su industria, comercio y profesión*; *poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias. Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República*" .

Ou mesmo no artigo de nº 25 da já citada Constituição, o qual considerava que

> "*el Gobierno Federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que*

[10]BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*, São Paulo: Editora Ática, 1996, (Série Princípios), pp. 38.

traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias e introducir y enseñar las ciencias y las artes"[11].

Após todas as medidas favoráveis à imigração, a década de 1880 e as posteriores é que totalizam o maior número de imigrantes, a partir do governo do General Julio Roca. Pode-se afirmar que o projeto imigratório realiza-se com total intensidade nesse momento, na chamada *Belle Époque* Argentina, uma vez que "a possibilidade e a esperança de ascensão social promoveram uma imigração que fez a população do país crescer aos saltos. De um total de 1.736.923 habitantes em 1869, passou para 3.377.780 em 1890, e 7.885.237 em 1914".[12] As conseqüências da imigração também se ressaltam e começaram a serem sentidas pela população da Argentina, principalmente no que diz respeito à identidade nacional, nacionalidade e educação.

Os debates acerca das questões de identidade nacional, nacionalidade e educação fizeram crescer, nos intelectuais, uma certa rejeição aos imigrantes europeus do sul, principalmente os italianos, em relação aos anglo-saxões (do norte). Os italianos eram mais penalizados, primeiramente, pelo expressivo contingente na Argentina, o que era tido como uma ameaça, pois representavam uma massa de imigrantes que poderia se revoltar e, depois, porque resistiram mais intensamente ao processo de "argentinização" do que os outros imigrantes. Pode-se facilmente perceber que a elite Argentina queria conter o avanço italiano em seu país, através da política do presidente Juarez Celman. Essa política promovia uma imigração subsidiada que favorecia a entrada de imigrantes europeus, excetuando-se aqueles vindos da Itália, por meio do adiantamento de passagens.

Ainda sobre a questão do controle da imigração, Eugenia Scarzanella formula que criminalidade e imigração passaram a ser palavras intimamente relacionadas e, de tal forma, o imigrante seria apontado como o responsável pelo aumento da criminalidade na Argentina. Segundo a autora, a imagem do imigrante muda de figura, pois "dalla simpatia per gli stranieri giudicati, rispetto ai nativi, più parsimoniosi, più colti, si passa

[11]CONSTITUICIÓN de la República Argentina. Primera Parte. Capítulo Único. Declaraciones, derechos y garantías. Sancionada por el Congreso General Constituyente el 1 de mayo de 1853, reformada por la Convención Nacional "ad hoc" el 25 de septiembre de 1860 y con las reformas de las convenciones de 1866, 1898, 1957 y 1994. Destaque das letras por conta do idioma espanhol.

[12]BEIRED, José Luis Bendicho. Op. cit. pp. 43.

alla diffidenza"[13], sendo que o estrangeiro começou a ser visto como materialista e perigoso. Foi associada ao imigrante também a imagem da prostituição, da violência política, do alcoolismo, ou seja, tudo que fazia relação com os problemas urbanos enfrentados pelas cidades argentinas e comprometia, nas palavras da autora, a formação de uma "sana e robusta 'razza argentina'". Scarzanella menciona ainda que o mote de Alberdi: "Gobernar es poblar" transformou-se em "Gobernar es poblar bien", tamanha a tensão enfrentada na Argentina, no tangente à imigração. Nesse sentido, os imigrantes italianos, os quais representavam a maioria no país, tiveram sua imagem prejudicada justificando, assim, o título da obra da autora: "Italiani Malagente".

O fato é que com ou sem rejeição os italianos foram numericamente superiores aos outros grupos imigrantes e, segundo as análises de Alicia Bernasconi[14], mais de dois milhões de italianos embarcaram para a Argentina entre 1880 a 1930. Primeiramente, eles tinham os Estados Unidos da América como rota preferencial de imigração, seguidos da Argentina e, só depois, vinha o Brasil. Ressalte-se que essa afirmação cabe restritamente para o continente americano, pois havia muitos imigrantes que desejavam estabelecer-se em outros países da própria Europa como, por exemplo, a França.

Ainda segundo as formulações de Bernasconi[15], as regiões italianas que se atraíram pela Argentina foram, primeiramente, as da área norte-ocidental, ou seja, do Piemonte, Ligúria e Lombardia e do Vêneto.

Essas regiões, no entanto, perderam importância para as áreas do Sul, nas quais se destacam as imigrações calabresa e siciliana, sendo que esta última representava um expressivo contingente desde o início do século XX até o ano de 1914, já que "um de cada seis imigrantes italianos provinha dessa região".[16] Houve, ainda, a imigração da região sul dos Abruzzos, da Campânia e de Apúgia. Já na parte da Itália central, Pesaro, Urbino, Arcana, Macerata e Ascali, províncias das Marcas, apresentaram um desenvolvimento tardio no que tange à imigração para a Argentina, por esse fato, não alcançaram grande relevância no contingente de imigrantes para a Argentina. O destaque maior fica para

[13]SCARZANELLA, Eugenia. *Italiani Malagente*: Immigrazione, criminalità, razzismoin Argentina, 1890-1940, Milano, Italia: FrancoAngeli Storia, 1999, pp. 9.
[14]BERNASCONI, Alicia. Imigrantes italianos na Argentina (1880-1930): uma aproximação. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*, São Paulo: EDUSP, 2000.
[15]Ibid, pp. 60.
[16]Ibid. pp. 64.

a Calábria e o Piemonte, pois foram as províncias a enviarem o maior número de imigrantes para a Argentina, no período que compreende os anos de 1876 e 1925. Logo depois, e com destaque também, vem a Sicília.

A Argentina oferecia gratuitamente hospedagem de cinco dias no *Hotel de Inmigrantes* e uma possibilidade de emprego através da *Oficina de Trabajo*. A maioria dos imigrantes, contudo, preferia não utilizar esses recursos institucionais, uma vez que confiava mais em seus contatos já estabelecidos no país e também porque a reputação do *Hotel de Inmigrantes* não era muito favorável, de modo que, em 1913, com a finalidade de atrair pessoas, o *Manual del emigrante italiano* comunicava aos leitores que o hotel havia sido reformado, tornando-se novo e mais moderno.

Quanto à ocupação nos bairros, deve-se destacar o mais famoso bairro italiano em Buenos Aires, *La Boca del Riachuelo*, mais conhecido como *La Boca.* Ocupado predominantemente pelos genoveses, pode-se afirmar que "La Boca en particular conservó la atmósfera, el idioma y hasta los olores de Génova".[17] Outros bairros também tinham destaque, como é o caso de *San Telmo, Catedral, Balvanera*, bairro 13, bairro 17, distrito de *San Fernand,* sul Paraná, dentre outros.

Conforme considera Bernasconi a respeito da ocupação italiana nos bairros

> "[...] os cerca de dez mil italianos que vivem em Buenos Aires em meados do século passado (faz referência ao século XIX) não se restrigem a conglomerados espaciais étnicos mais ou menos delimitados, mas se estendem com diversas densidades por todo o tecido urbano".[18]

Contudo, mesmo estendendo-se pelo território, "[…] el porcentaje de italianos con respecto a la población total, permaneció más alto en la Boca y Barracas que en cualquier otra área de la ciudad".[19]

Como é de se supor, a coletividade italiana trouxe contribuições à Argentina. Desse modo, elas merecem ser destacadas, inclusive porque,

[17]SCOBIE, James R. *Buenos Aires: Del Centro a los Barrios, 1870-1910*, Buenos Aires: Ediciones Solar y Librería Hachette, 1977, pp. 34 (Dimensión Argentina).
[18]BERNASCONI, Alicia. Op. cit. pp. 72.
[19]SCOBIE, James R. Op. cit. pp. 33-34.

em alguns casos, perpassaram três séculos, ou seja, o século XIX, o XX, chegando aos dias de hoje (século XXI). A importância dessa contribuição reside no fato de que, por ter envolvido um enorme contingente de pessoas, ela ajudou a desenvolver e a compor a cultura e o modo de vida argentino, pois, longe de ser um processo simples, a imigração simboliza e incorpora, acima de tudo, a união de duas culturas distintas que passam a coexistir num mesmo local.

Foram criadas muitas associações, as quais demonstram, por sua vez, que os italianos estavam interessados em permanecer na Argentina, ajudar os compatriotas que ali chegavam e que também desejavam deixar um pouco de sua cultura no lugar, bem como recuperar resquícios da Itália dentro da América, num ato de saudosismo. Dentre as associações criadas pode-se citar as de socorros mútuos e os hospitais italianos. O *Ospedale Italiano de Buenos Aires*, por exemplo, foi idealizado pelo sacerdote lígure Giuseppe Arata, em 1852. Ele tinha a intenção de abrigar os muitos doentes dos navios italianos que faziam escala no porto e a colônia de marinheiros de *La Boca del Riachuelo*. Com a finalidade de evitar que a instituição perdesse seu caráter italiano, foram feitas doações, pelo rei da Sardenha Vittorio Emanuele II, para a compra de um terreno, no qual seria mais tarde construído esse hospital. Somente em 1872 é que se inaugura, em Buenos Aires, o *Ospedale Italiano*, tendo sua administração dependente do Conselho Diretivo da *Società Italiana di Beneficenza*. O aumento no número dos italianos que chegavam a Buenos Aires, bem como no número de indigentes doentes fez com que houvesse a necessidade de ampliar o hospital, o que ocorreu no ano de 1901.

O *Ospedale Italiano* pode ser visto ainda, na interpretação de Nascimbene, como o início de um grande movimento comunitário italiano na Argentina. Segundo o autor, a criação do hospital trouxe duas novidades: "[...] por un lado el inicio de una apertura oficial hacia todos los italianos, de cualquier región que fueran, y por otro, el comienzo de una mayor preocupación por parte de Italia hacia los italianos en el Plata".[20]

A interpretação de Nascimbene visa identificar um sentimento de "italianidad", como o autor mesmo propõe, que consiste na busca do sentimento de sua terra natal. Nascimbene procura mostrar que

[20] NASCIMBENE, Mario C. *História de los italianos en la Argentina* (1835-1920), 2ª Ed. Buenos Aires: CEMLA, 1987, pp. 41.

determinados grupos foram portadores de algumas formas de expressão italianas na Argentina, primeiro com a criação de jornais, como é o caso do jornal "*L'Italiano*", o qual chegou a alcançar o número de 24 publicações. Contudo, os jornais não conseguiram atingir o público italiano, pois este preferia ler os jornais locais que traziam maiores informações. Dessa forma, segundo o autor, foi somente a partir da criação do *Ospedale Italiano* que se conseguiu o intento de representar o movimento comunitário italiano, uma vez que o hospital era, nas palavras de Gian Battista Cúneo, citado no trabalho de Nascimbene,

> "[...] un templo laico de amor y de dolor, que todos los italianos unidos por el corazón, elevaban por piedad a la pátria, como confortación de los connacionales sufrientes, sin distinción de regiones ni de partidos. El acto espontáneo de beneficencia provocaba, instintivamente, la fraternidad nacional; favorecía la transformación de la colectividad en colonia".[21]

Pode-se citar ainda, em título de exemplo, outras instituições italianas sediadas na Argentina, como o *Asili d' Infanzia* que se dedicava à cura e à educação de crianças, o *Ospedale Italiano di Rosario*, inaugurado em 10 de janeiro de 1892, que, todavia, só começou a funcionar um ano depois. Como não teve subsídios governamentais foi constituído apenas de filantropia. Havia também o *Ospedale Italiano di La Plata*, o *Ospedale Italiano di Santa Fè*, a *Società di Mutuo Soccorso ed Instruzione*, a qual leva o simpático nome de *Unione e Benevolenza* e a *Associazione Dante Alighieri*, grande responsável pela difusão da língua italiana.

Ainda hoje, em Buenos Aires, encontram-se muitas instituições italianas, conforme expõe Scandellari, dentre elas estão

> "[…] la Associazione Unione e Benevolenza, el Teatro Coliseo, la Associazione Massalubrense, la Associazione Campani, la Associazione Mazzini, la Associazione Siciliana, la Società Friulana, la Federazione Lucana, el Centro Calabrese, la Associazione G. Gentile, el Circolo Trentino, el Club Italiano, el

[21] Mario Nascimbene destaca que a palavra "colonia" tem o significado de comunidade, pp. 42.

> Ospedale Italiano, la Unione Ossolana, la Associazione Cristoforo Colombo, la Scuola T. Devoto, el Istituto Luigi Pirandello en San Miguel e la Associazione Scuole Italiane XXI Aprile a Mendoza, en Tigre la Associazione Dante Alighieri y el Circolo Sardo en San Miguel de Tucumán".[22]

No entanto, uma das maiores contribuições e destaques dos italianos na Argentina está na área econômica, já que muitos imigrantes fundaram empresas de porte significativo, contribuindo, dessa maneira, para alavancar o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico no país. Muitos imigrantes italianos com senso empreendedor, perspicácia, idéias inovadoras, esforço e acima de tudo, vontade de trabalhar lutaram e foram capazes de constituir grandes empresas que geraram sucesso na Argentina.

Antes de mencionarmos os empresários italianos e suas empresas na Argentina, faz-se necessário ter em vista uma breve discussão acerca do senso empreendedor, característica marcante desenvolvida por empresários de sucesso. Nas formulações de Jacques Marcovitch[23], na obra Pioneiros & Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil, o empreendedor é aquele que possui "abertura de espírito", capacidade de inovação aliada à criatividade, visão de futuro e sensibilidade estratégica, além disso, o empreendedor é persistente, determinado e demonstra empenho na realização de suas atividades.

Nesse sentido, o empreendedor é aquela pessoa capaz de sonhar, ousar, arriscar e fazer acontecer e realizar, pois o enfrentamento das adversidades forja o empreendedorismo. Acima do sonho e do "otimismo puro e simples, o êxito dos empreendedores depende de sua capacidade de sentir as tendências do mercado".[24] Em linhas gerais, o empreendedor é aquele que transforma sonhos potenciais em realidade, assumindo os riscos cabíveis aos seus empreendimentos.

No que diz respeito ao senso empresarial, na América do século XIX, de uma forma geral, acreditava-se que os europeus possuíam visão e tendências mais amplas sobre os aspectos empresariais, devidas à

---

[22] SCANDELLARI, A. Disponível em: http://www.spbo.unibo.it/pais/bonaldi/ipertesto/vida.html
[23] MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores*: A Saga doDesenvolvimentono Brasil, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
[24] MARCOVITCH, Jacques. Op. cit. pp. 19.

tradição e ao pioneirismo industriais e, por isso, apresentavam, inclusive, maior disposição ao trabalho. Tal visão contribuiu também para o sucesso do processo imigratório e fez com que fosse muito elevado o número de imigrantes trabalhando nas primeiras grandes empresas americanas, principalmente os italianos.

Uma vez na América, "[...] na condição de imigrantes e longe de suas culturas de origem, enfrentaram desde cedo a barreira de outros hábitos, valores e regras sociais. Desenvolveram, em conseqüência, uma sensibilidade aguçada e capacidade incomum para a absorção de novas informações[...]"[25], importantes para o desempenho de algum deles na formação de suas empresas e, ocupando a posição de empreendedores, pudessem lograr êxitos econômicos.

Cabe ressaltar, ainda, a importância européia no processo de industrialização. Segundo as formulações de Adolfo Dorfman[26], as empresas que foram formadas na Argentina, no século XIX, tinham por base proprietários, técnicos, capital e maquinário importados da Europa, que introduziram no país a produção fabril mecanizada, tendo em vista que a Europa, do ponto de vista técnico, estava mais desenvolvida que a América. Já no tangente aos italianos, Eugenia Scarzanella afirma que "[...] *il contributo italiano allo svilippo industriale argentino e allá formazione di um ceto imprenditoriale moderno può essere datato com la fine degli anni 1860".*[27] Deste modo, torna-se mais fácil entender o porquê dos empresários italianos terem obtido sucesso com suas indústrias na Argentina.

Para representar uma coletividade de imigrantes italianos que fundaram empresas na Argentina do século XIX, foram selecionados cinco empreendedores que apresentaram características singulares e representativas, como é o caso de Antonio Rezzonico, no ramo da indústria mecânica e de fundição (metalurgia) e que, no ano de 1898, contava com o surpreendente número de 210 funcionários trabalhando em seu empreendimento, fator que não pode ser descartado, pois "a máquina, por mais perfeita que seja, será sempre produto de criação do homem. [...] O homem, portanto, é o elemento indispensável, sem o qual não pode existir uma empresa".[28] Tanto Antonio Pastore e Carmelo Pino,

[25] MARCOVITCH, Jacques. Op. cit. pp. 284.
[26] DORFMAN, Adolfo. *Historia de la Industria Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1970 (Dimensión Argentina).
[27] SCARZANELLA, EUGENIA. *Italiani D'Argentina: Storie di contadini, industrialie missionari italiani in Argentina*, 1850-1912,Venezia: Marsílio Editori, 1983. pp. 25.
[28] TAYLOR, Robert. O homem na Empresa: O Planejamento Social. In: GONÇALVES, Ernesto Lima. *Balanço Social da Empresa na América Latina*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. pp. 13-14.

quanto Antonio Zanotti, constituíram empresas de móveis e obtiveram reconhecimento por elas. O empreendimento de Zanotti, por exemplo, foi destacado na obra de Dorfman, como uma das principais indústrias no ano de 1897.[29] Carlo Nolasco logrou êxito com sua empresa Agrícola-Pastoril Nolasco e Cia, principalmente porque a agricultura e o pastoreio eram muito valorizados na Argentina, tanto que o país recebeu o título de "celeiro mundial". Já o nome de Enrico dell'Acqua, o "príncipe mercante" ficará para sempre marcado na história argentina, tamanho o sucesso que atingiu. Dell'Acqua, ainda no século XIX, conseguiu montar uma filial de sua empresa também no Brasil.

Algumas empresas de imigrantes italianos em Buenos Aires

Antonio Rezzonico

O estabelecimento mecânico e de fundição do proprietário Antonio Rezzonico foi fundado por ele mesmo no ano de 1882 e localizava-se na rua Rivadavia, número 3281, na cidade de Buenos Aires. Seu empreendimento era grandioso e contava, além da parte técnica e administrativa, com um grande potencial humano para elevá-lo e desenvolvê-lo. Em todos os dias de trabalho, os chefes faziam a distribuição do trabalho e indicavam aos operários as medidas de cada objeto a ser produzido. Os chefes eram responsáveis, ainda, pela fiscalização do trabalho desempenhado.

O número de empregados da fábrica também revela o grande potencial que ela possuía: eram, ao todo, 210 operários. Em sua grande maioria, eram italianos ou então descendentes deles, comprovando que os imigrantes atribuíam maior confiança e credibilidade nos conhecimentos e no trabalho de seus compatriotas.

Além do grande número de empregados, chama atenção também a presença de inúmeras máquinas, automáticas, manuais ou a vapor, no estabelecimento, muitas delas importadas, dado que acaba revelando a

[29] DORFMAN, Adolfo. Op. cit. pp. 202.

incipiente industrialização do país, como também a confiança nos produtos trazidos de fora. São máquinas para polir ferro, procedentes da casa "*Jary de Parigi*" (Jary de Paris), diversos tipos e tamanhos de tornos, cilindros, três pranchas com pedra de esmeril para limar ferro, entre muitas outras.

Atingindo tamanha infra-estrutura, em finais do século XIX, graças ao pioneirismo, empenho, persistência e criatividade de Rezzonico, seu estabelecimento mecânico e de fundição tornou-se um dos mais modernos do gênero, destacando-se no cenário nacional argentino.

Antonio Pastore e Carmelo Pino

A fábrica de móveis dos proprietários Antonio Pastore e Carmelo Pino foi fundada no ano de 1880, por Pastore e localizava-se na rua Paraná, número 444, na cidade de Buenos Aires. Pouco a pouco o estabelecimento passou a crescer e a prosperar, tornando-se, assim, no século XIX, uma das primeiras fábricas de móveis de luxo da cidade, confirmando, dessa forma, o pioneirismo e a criatividade dos dois requisitados empresários.

Dentre as suntuosas casas mobiliadas por completo com os móveis de Pastore e Pino, podem-se destacar a do senhor Aleman, o qual era deputado nacional da província de Santa Fé, A. Cobal, também deputado nacional pela província de Santa Fé, B. Llerena, deputado nacional da província de Córdoba, a casa do senhor Ministro Lavalle, a casa do senhor D. Chas, a do engenheiro Fincati, do arquiteto D. M. Antonini, e muitas outras famílias de renome na Argentina. A credibilidade dada por essas famílias a Pastore e Pino, demonstra, além do bom gosto, a grandiosidade, o reconhecimento e o amadurecimento alcançados por eles no seu negócio.

Carlo Nolasco

A Empresa Agrícola-Pastoril Nolasco e Cia., foi fundada por Carlo Nolasco, no ano de 1893 e, no final do século XIX, contava com cinco mil hectares distribuídos por três estabelecimentos: San Juan, em Campana; La California, em Tristán Suárez; e Las Camarinas, em Agote,

todas na província de Buenos Aires. A administração dos negócios se localizava na rua San Martín, número 89, na cidade de Buenos Aires. Nos três estabelecimentos eram cultivadas, tanto a agricultura quanto a pecuária.

No mesmo ano de fundação da empresa, ou seja, em 1893, Nolasco testou, em sua fazenda de Tristán Suárez, o primeiro experimento de cultivo racional de alfafa em campo argentino.[30] Tal experimento foi a base para a implantação da Empresa Agrícola-Pastoril Nolasco e Cia., a qual contribuiu para uma maior divulgação, utilização e exportação da alfafa ao continente europeu, tudo devido ao plantio racional que facilitou o controle de sua qualidade, favorecendo, assim, a diminuição no preço do produto.

A fim de demonstrar a integração e a evolução da empresa de Nolasco, pode-se mencionar que ela trabalhava com o sistema de oferecer uma participação no lucro aos funcionários que compartilhavam dos trabalhos, dessa forma, ao ser terminado o balanço, em cada seção, era estabelecido certo número de custo das operações e o que sobrava era dividido entre o administrador, o chefe das máquinas e os trabalhadores do estabelecimento. O cálculo dos anos de 1897 – 1898 apontava que a produção na empresa havia obtido a marca de trinta e seis mil toneladas de alfafa.

Antonio Zanotti

O estabelecimento industrial de Antonio Zanotti foi fundado por ele mesmo, no ano de 1876. Estava localizado à rua 2ª Lima, números 241-245, próximo à Praça Constitución, em Buenos Aires. Nele, Zanotti dedicou-se especialmente à confecção de móveis de luxo, os quais lhe conferiram o reconhecimento pela perfeição e pelo gosto artístico apurado, mas produzia também outros trabalhos de carpintaria, como portas e janelas. Para desempenhar o trabalho, ele se utilizava tanto de madeiras estrangeiras, quanto de madeiras nacionais. Dentre as importadas, destacava-se o consumo da nogueira trazida da Itália e que foi largamente

[30]O cultivo em escala da alfafa é uma cultura que logra êxitos na Argentina por conta dos terrenos planos e também pela facilidade da utilização da força animal, a qual é bastante econômica. Além do mais, a alfafa é muito resistente ao clima do país e tem a vantagem de ser uma planta perene.

empregada em obras artísticas que enfeitaram os luxuosos edifícios do *Banco de Italia y Río de la Plata* e o *Banco Español del Río de la Plata*. As madeiras nacionais mais trabalhadas eram o *quebracho*, que tem por característica ser muito dura e resistente e o *palo santo*, cujo desenho lembrava mármore e havia desde amarelo, até o rosa, branco ou roxo. O *quebracho* foi largamente utilizado nas ferrovias, e a empresa de Zanotti enviava em média, por ano, cerca de 60 a 70 mil dormentes aos construtores de estradas de ferro.

Por seu valor artístico e cuidado na realização dos trabalhos a casa obteve dois prêmios importantes: o primeiro em 1880 por móveis, na 1ª Exposição Italiana e, o segundo em 1886 por portas, na 2ª Exposição Italiana.

Enrico Dell'Acqua

A indústria têxtil ou fábrica de tecido e malhas foi fundada em Buenos Aires, no ano de 1894, por Enrico Dell'Acqua. Localizava-se na rua Corrientes y Serrano, mas possuía também uma grande casa na Avenida de Mayo, número 1116-34, cuja fachada indicava "E. Dell'Acqua e Cia., Importadores e Fabricantes de Tecidos". A matriz de sua empresa, na Itália, tinha duas sedes, uma em Milão (domicílio legal) e a outra em Busto Arsizio (sede comercial). As sedes de venda, na Argentina, localizavam-se em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosario de Santa Fé; no Brasil, em São Paulo, Bahia e Curitiba; no Peru, em Lima.

Dell'Acqua foi um empresário dotado de visão estratégica e sua intenção era a de estabelecer o comércio de tecidos pelo mundo. Numa viagem à América, chegou a Buenos Aires pela primeira vez no ano de 1887 e logo abriu uma casa comercial na rua San Matín. Em sua segunda viagem para o continente americano, no ano de 1888 abriu filiais de sua empresa "Enrico Dell'Acqua e Fratello", em São Paulo (Brasil) e Montevidéu (Uruguai). A associação com Fratello acabou e, na década de 1890, constituiu a razão social "Enrico Dell'Acqua e Cia.", a qual mediava as relações comerciais de importação e exportação entre a Itália e a América do Sul. A sede de tal empresa ficava em Milão, contudo, Dell'Acqua possuía duas empresas no continente, uma em Buenos Aires e a outra em

São Paulo. A sede fornecia os fios que eram trabalhados e transformados em tecido nas empresas, os quais eram enviados novamente à Europa.

A trajetória de sucesso de Enrico Dell'Acqua lhe conferiu o título de "Príncipe Mercante", atribuído pelo economista italiano Luis Einaudi que, ao ser eleito presidente da República Italiana, em 1950, mandou erguer um busto de Dell'Acqua em sua cidade natal, Busto Arsizio, com o intuito de homenageá-lo por ter sido o pioneiro nas relações comerciais entre a América do Sul e a Itália.

Considerações finais

Tendo em vista tudo que já fora analisado até agora, acrescenta-se que a maior contribuição deste estudo foi no sentido de destacar a atuação do grupo imigrante italiano que projetou uma nova vida para si e para os seus familiares, na Argentina, um país com uma cultura diferente daquela que estavam habituados a viver. Não se pode esquecer de mencionar que todo processo imigratório em massa envolve o entrelaçamento de duas culturas que passam a coexistir e a interagir, sendo assim, ocorre a incorporação de novos hábitos, tanto para os imigrantes quanto para o país que os recebe.

A imigração para a Argentina foi um processo social desejado e arquitetado pela elite intelectualizada do país que a via como solução para os problemas de âmbito social, econômico, organizacional e cultural que enfrentavam. Dessa forma, a chegada dos imigrantes italianos coincidiu com uma conjuntura propícia ao desenvolvimento de aptidões, tais como a industrialização e o comércio.

Fontes impressas

Constitución de la República Argentina. Primera Parte. Capítulo Único. Declaraciones, derechos y garantias. Sancionada por el Congreso General Constituyente el 1 de mayo de 1853, reformada por la Convención Nacional "ad hoc" el 25 de septiembre de 1860 y con las reformas de las convenciones de 1866, 1898, 1957 y 1994.

GLI ITALIANI NELLA REPUBBLICA ARGENTINA, Comitato della Camera Italiana di Commercio ed Arti di Buenos Aires, Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1898.

Bibliografia

ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*, Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa, Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*, São Paulo: Editora Ática, 1996 (Série Princípios).

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História:* Ensaios de Teoria e Metodologia, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAPELLO, Francesco. I professori italiani alla Universitá. *Gli Italiani nella Repubblica Argentina*, Comitato della Camera Italiana di Commercio ed Arti di Buenos Aires, Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1898.

LOBO, Eulália L. História Empresarial. In *Domínios da História:* Ensaios de Teoria e Metodologia. CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DORFMAN, Adolfo. *Historia de la Industria Argentina*, Buenos Aires: Ediciones Solar (Dimensión Argentina), 1970.

FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*, São Paulo: EDUSP, 2000.

BERNASCONI, Alicia. Imigrantes italianos na Argentina (1880-1930): uma aproximação. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*, São Paulo: EDUSP, 2000.

DEVOTO, Fernando J. Imigração européia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*, São Paulo: EDUSP, 2000.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores:* A Saga do Desenvolvimento no Brasil, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. *Apresentação*. In: *Cadernos do ICH*, Núcleo de Pesquisa/Instituto de Ciências Humanas, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, n. 13, 2001.

ORTIZ, Ricardo M. *História Económica de la Argentina,* Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1974.

SCARZANELLA, EUGENIA. *Italiani D'Argentina: Storie di contadini, industriali e missionari italiani in Argentina, 1850-1912*, Venezia: Marsílio Editori, 1983.

SCOBIE, James R. *Buenos Aires: del Centro a los Barrios, 1870-1910*, Buenos Aires: Ediciones Solar y Librería Hachette, 1977 (Dimensión Argentina).

Sites:

http://www.argentinaxplora.com/actividad/legado/inmigr/inmigran.htm

http://www.geocities.com/marilisan/la-inmigracion-italiana-en-Argentina.html

http://www.spbo.unibo.it/pais/bonaldi/ipertesto/vida.html

IMAGENS SOBRE O TRABALHADOR LIVRE NACIONAL DURANTE AS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO (Oeste Paulista, 1850 - 1888)

Images about the freee national job during the lasts decads of the slavery (Oeste Paulista, 1850 - 1888)

Milena da Costa Caldas[1]
Artur José Renda Vitorino[2]

Resumo

Buscaremos indagar neste artigo sobre o trabalho livre nacional na região Oeste Paulista e a coexistência deste com o trabalho escravo, demonstrando como o trabalhador livre nacional se inseria na economia cafeeira da região.

Palavras-chaves: Trabalhador livre nacional; Oeste Paulista; Café; História Regional.

Abstract:

We will be searching in the article, the free national worker in the Paulista West region and its coexistence with the slavery, showing how this kind of free national job was involved in this region's coffee economy.

Key words: Free national job: Paulista West: Coffee; Region History.

[1]Licenciada e Bacharel em História (2005), Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas.
[2]Professor e pesquisador na Faculdade de História e no Grupo de História Regional, CCH, PUC-Campinas.

Introdução

Através deste estudo destacaremos quais foram os estereótipos que se criaram com relação ao homem livre nacional, e como ele se incorporou à agricultura exportadora, bem como os aspectos legais, ou seja, quais deveriam ser os dispositivos legais que controlariam o trabalho do livre nacional que era, geralmente, tido como ocioso. Indicamos, também, a constante reclamação da lavoura cafeeira paulista pela falta de braços, e como as leis de locação de serviços (de 1830,1837,1879) foram a forma encontrada para um melhor aproveitamento da mão-de-obra livre existente, tanto a nacional quanto a estrangeira.

Inserida numa sociedade escravista, procuraremos refletir sobre a coexistência do trabalho escravo com o trabalho livre na Província de São Paulo de 1850 a 1888, sendo 1850 correspondente ao fim do tráfico negreiro e uma maior solicitação por parte da elite cafeeira pela mão-de-obra livre e, 1888, ao fim da escravidão e a um forte crescimento da mão-de-obra livre, principalmente a estrangeira nessa região.

Nesse sentido procuraremos responder ao longo deste artigo à seguinte indagação: foi uma opção, ou a produção agrícola exportadora não conseguiu transformar o trabalhador livre nacional em proletários para serem explorados por ela como força de trabalho?

Trabalho livre numa sociedade escravista

Com o fim do tráfico negreiro em 1850, e inúmeras medidas que as Províncias do Norte e do Sul criaram com o intuito de diminuir o tráfico interno de escravos, muitos fazendeiros passaram a afirmar sobre a falta de mão-de-obra livre para suprir a falta de escravos. Muitos presidentes da Província de São Paulo atestavam para uma falta de braços livres nacionais na lavoura. Reclamava-se dessa falta de trabalhadores não só na agricultura, mas também nas construções das vias de comunicação, como as estradas. Este trabalhador era utilizado não especificamente na cultura cafeeira, mas também em serviços para a lavoura de outros produtos, além de seu emprego no serviço de construções de estradas e reparos nas já existentes.

O presidente da Província de São Paulo Dr. José Thomaz Nabuco, dizia que "*A aquisição de braços para as obras publicas é uma dessas medidas importantes, de que se não pode prescindir (...) porque é notória a deficiência de braços para esta aplicação"*[3]. Também em 1855, o presidente da Província, José Antonio Saraiva, "*considerando a falta extraordinária de trabalhadores para o serviço das estradas* [4]", viu como solução contratar trabalhadores na Europa para suprir essa suposta falta de trabalhadores livres nacionais.

Como pretendemos nos pautar especificamente no trabalhador livre nacional, pudemos constatar a presença de migrantes cearenses nas lavouras cafeeiras. Essa migração nos pareceu ser mais forte principalmente no período da seca de 1877 a 1879. Um período em que a população cearense vivia na penúria e a possibilidade para o acesso às terras férteis era muito pequena, já estando ocupadas por grandes propriedades, não restando ao sertanejo muitas outras alternativas, como a de se arranjarem com os proprietários locais, normalmente nas condições de parceiros, arrendatários, meeiros e moradores.

Constatamos também que havia um interesse por parte dos fazendeiros do Oeste Paulista na vinda destes migrantes para a Província de São Paulo. Há um dado muito interessante que demonstra essa forte migração**.** Parece que entre 1872 e 1890, um contingente de mais de 350.0000 pessoas com idade superior a dez anos saiam do Norte para se dirigirem às regiões do Pará, Amazonas e São Paulo.[5]

Mesmo com a crescente procura pela imigração européia, havia sim um interesse pelo livre nacional, e os retirantes cearenses somaram uma grande parcela nas fazendas do crescente Oeste Paulista. Ao que tudo indica, havia um interesse por parte de ambas províncias, tanto a do Ceará, quanto a de São Paulo, em promover a vinda deles para o Oeste Paulista.

Muitos fazendeiros do Norte não viam sentido em promover a imigração européia se havia na região famílias que viviam na penúria e sem

[3]*Discurso com que o Ilmo e Exmo. Sr. Dr. José Thomaz Nabuco D'*Araujo, presidente da província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852. pp 43 e 44. Todos os Relatórios e Discursos dos Presidentes estão no site da Universidade de Chicago: http://wwwcrl.uchicago.edu. A ortografia de todas as citações foi atualizada. Doravante seguiremos este critério.

[4]Documentos que acompanham o Discurso com que o Ilmo e Exmo Sr. Dr. José Antônio Saraiva abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. pp 28 e 29.

[5]MOURA, Denise de Sousa Morais.Andantes de Novos Rumos: A Vinda de Migrantes Cearenses para Fazendas de Café Paulistas em 1878. Rev. bras. Hist., 1997, vol.17, no.34. p. 2.

trabalho em virtude da estiagem. Portanto as lavouras do Sul seriam apropriadas para essa população cearense, o que poderia eliminar possíveis tensões sociais. E também havia o interesse dos próprios retirantes em irem trabalhar nessas lavouras de café, onde dividiam o espaço com os europeus, tendo um diferencial destes, pois não eram uma simples mão-de-obra recrutada, possuíam a mobilidade para escolher aonde iriam. Conforme percebemos, não foram somente os escravos que participaram do tráfico interprovincial utilizados para suprir a suposta falta de trabalhadores no Sul do Império brasileiro, mas que também houve uma migração interna de livres nacionais da região Norte para o Sul do país.

Peter Einsenberg, em um estudo que reanimou o debate em torno desse trabalhador livre nacional, procurou refletir sobre essa suposta falta de trabalhadores livres na agricultura. Demonstrou que demograficamente a população livre pobre, tanto no Vale do Paraíba quanto no Oeste Paulista Velho, constituía-se na grande maioria, mas isto não significava que ela predominasse numericamente nas relações de produção[6]. Tanto que analisa qual era a proporção de escravos e livres na região do Oeste Paulista, concluindo que a população livre predominava. Nessa população incluíam-se tanto estrangeiros como nacionais, tendo em vista que a parcela maior era de livres nacionais, o qual mostra que o impacto demográfico do número de imigrantes não teria sido tão grande até o ano de 1874[7] no número de livres na população de regiões paulistas. Em 1857, o presidente da Província, Pereira de Vasconcelos, mostrava nas estatísticas que a população total da província de São Paulo estava em 511.028 habitantes, sendo que deste número 254.299 integrava a população livre nacional; 89.853 eram de imigrantes e 196.876 escravos[8].

Então por que a mão-de-obra livre nacional foi tão pouco cogitada se esta tinha um forte peso demográfico na população da Província de São Paulo, pois na verdade o que ocorria não era a falta de

[6]EINSENBERG, Peter. "O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX, sugestões para uma pesquisa", in: ***Homens Esquecidos***: *escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989, pp. 224 e 225.*

[7]Idem. p 228

[8]*Relatório apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente da Província de S. Paulo ao seu 1º Vice Presidente, o Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio Roberto de Almeida, entregando a presidência da mesma província*, Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes. 1857. p. 11.

braços para serem aplicados na lavoura, mas sim que eles foram pouco aproveitados nesse período.

Já no século XIX, esse livre nacional era utilizado para trabalhar em cargos de confiança, como feitor ou transportador. Era empregado, também, em serviços de empreitada, como a derrubada e a roçada. O livre nacional ainda participava de atividades mais secundárias, possuindo ainda um modo de vida que lhe era muito peculiar, regido pela agricultura de subsistência, o comércio de seus produtos e o lazer. O livre nacional também teve outro papel, o de agregado ou morador das fazendas, que possuía o direito de usufruir a terra de outrem, isso em troca de seus serviços prestados ou uma parte do que produzia.

Denise A. Soares Moura, em um estudo que analisou como esses pobres livres viviam e participavam de uma sociedade estritamente cafeeira, demonstrou que esses lavradores pobres normalmente voltavam sua produção para o abastecimento do mercado interno, ficando assim alheio às exigências e aos ritmos de uma produção voltada para a exportação – como era cultura do café.[9]

Com o fim do tráfico negreiro e o crescente movimento abolicionista, a lavoura cafeeira do Oeste Paulista passa a requisitar braços que substituíssem o escravo, e criou formas para suprir a falta que diziam haver de trabalhadores. Passou-se então a colocar como questão de vital importância a vinda de imigrantes que supririam essa falta de trabalhadores para a grande lavoura cafeeira.

Houve inúmeras tentativas de se trazer os imigrantes europeus. A Província de São Paulo, especialmente na região do Oeste Paulista, foi uma das primeiras a promover a vinda destes ao Brasil. Muitos fazendeiros deram prioridade a esse trabalhador livre europeu. Um deles foi o senador Nicolau Vergueiro que promoveu uma iniciativa particular, através do sistema de parceria, em que fixaria os colonos nas fazendas. Os termos do contrato de parceria acompanhavam o sistema original de Vergueiro. Sistema que, aliás, não foi satisfatório, pois tinha inúmeras contradições. Um exemplo disso foi a revolta de colonos na sua fazenda Ibicaba em Limeira.[10]

[9]MOURA, Denise A. Soares. Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo. Unicamp, 1988. pp.37 a 42.
[10]Sobre o sistema de parceria e a experiência do Senador Vergueriro em Ibicaba, existem alguns estudos: COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala a colônia. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. 1982. 2ª edição. p. 41 e HALL, Michael e STOCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo.in: Revista Brasileira de Historia. n. 6. São Paulo, 1984. Veja ainda um dos estudos iniciais sobre isso. WITTER, José Sebastião. Ibicaba, uma experiência pioneira. 2ª ed. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

Diante dos problemas que o sistema demonstrou, alguns fazendeiros irão se voltar para a utilização do trabalhador livre nacional. Já em 1859 e 1860, o Presidente da Província de São Paulo, José Joaquim Fernandes Torres, demonstrava a importância de se utilizar a mão-de-obra livre nacional e o seu descontentamento com os imigrantes:

> "... apresentei-vos as minhas idéias sobre a conveniência da Colonização pátria, que, sendo bem dirigida, podia prestar os mais relevantes serviços a agricultura... Estes indivíduos habituados ao nosso clima e alimentação usual da população, não tem que recear as dificuldades em grande parte desanimadoras para os colonos Europeus..."[11]

Assim, para Fernandes Torres, o emprego de livres nacionais seria necessário, pois daria ocupação a esses homens, que de acordo com esse presidente da província viviam em uma perigosa ociosidade. Nesse sentido, continuava a discutir essa mesma questão em 1860:

> "...porque deixaremos em abandono os nossos próprios patrícios? Porque negaremos a mão aqueles que pertencendo á classe menos favorecida da fortuna tornam-se infensos ao trabalho, entregam-se á indolência, persistem na inércia...Clamamos por falta de braços, e entretanto não nos utilizamos daqueles que possuímos!" [12]

Portanto, após o insucesso da parceria na fazenda Ibicaba, havia pessoas que pediam o apoio à "colonização pátria" e a utilização do livre nacional. E ao analisarmos a quantidade de imigrantes em diversas colônias, verificamos que era forte a presença de trabalhadores nacionais juntamente aos europeus. Podemos dar vários exemplos. Um deles poderia ser novamente a fazenda Ibicaba do senador Vergueiro. Num relatório de algumas colônias presentes na Província, o presidente demonstrava que em 1852 havia a presença de *4 famílias brasileiras com o número de 22*

[11]Discurso com que o Ilmo e Exmo Sr. José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo em 2 de fevereiro de 1859. S. Paulo. Typographia Imparcial de Roberto de Azevedo Marques. p 19.

[12]Discurso com que o Ilmo e Exmo Sr. José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo em 2 de fevereiro de 1860. S. Paulo. Typographia Imparcial de Roberto de Azevedo Marques. p 13 e 14.

pessoas, sendo homens 4, mulheres nove, meninos 2 e meninas 7.[13]. Já em 1855, evidenciava-se nessa mesma colônia a presença de seis homens e seis mulheres brasileiras trabalhando com alemães, franceses e portugueses.[14]

Há também a questão ainda da desqualificação do trabalho livre, em virtude da presença do trabalho escravo. Quem analisou isso foi Lucio Kowarick, em um estudo que abordou a questão da marginalização do livre nacional, pelo fato deste estar estreitamente ligado ao sistema de trabalho do cativo. Ele ressaltou que essa persistência do escravismo trouxe inúmeras conseqüências, sejam elas de ordem econômica ou social. Dessa forma, as práticas de trabalho do livre sofreriam em muito a influência da escravidão, o que levaria a uma degradação nas relações de trabalho.[15]

Como a lavoura cafeeira ainda via, mesmo após o fim do trafico negreiro em 1850, como necessário a utilização do trabalho escravo, Kowarick argumentou que isso gerava uma certa impossibilidade de se contar com um grande número de pessoas livres. Principalmente num período em que o tráfico interprovincial ainda era uma dessas formas encontradas para reduzir uma carência de mão-de-obra, em um período em que a agricultura cafeeira era o setor mais importante para a economia nacional.

Mas há de se ressaltar que o escravo, em um determinado momento, também se demonstrou ser um empecilho ao progresso e à modernização. Simplesmente porque representava um antigo sistema o qual deveria mudar[16].

Porém, para que essa modernização ocorresse era necessário que tivesse atrativos o suficiente para o trabalhador livre. Principalmente o nacional, para que trocasse aquela vida de ociosidade, como era a visão predominante na época, pela do trabalho organizado. Nesse sentido, a forma como o escravo era tratado influenciava tanto a visão que o livre tinha de trabalho disciplinado e regular, bem como a forma que esses trabalhadores livres eram tratados pelos fazendeiros.

---

[13]Documentos que acompanham o Discurso com que o Ilmo e Exmo. Sr. Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo, presidente da província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852.

[14]Quadro estatístico do pessoal existente nas diversas Colônias da Província de S. Paulo, segundo as informações existentes na Secretaria do Governo. In: Discurso com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Presidente da Província de S. Paulo, abrio a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes.

[15] KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil no Brasil. Ed. Brasiliense. 1987. pp. 37 a 45.

[16]Idem.

Para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, houve uma maior preferência pelo imigrante europeu, isto porque se defendia que somente a superação da escravidão e a sua substituição pelo trabalho livre é que o país poderia "progredir". Assim, discutiu-se como deveria ocorrer essa transição e qual seria o papel e a utilidade do livre nacional.

Devido a uma constante reclamação da agricultura pela falta de braços, fazia-se urgente a necessidade de trabalhadores livre para o progresso do país. Assim, identificava-se o progresso somente com o crescimento econômico, daí essa necessidade iminente de se preocupar com o problema da falta de mão-de-obra.

Era necessário, para que o café não sofresse um forte impacto em sua economia, promover a criação ou a recuperação da noção de trabalho. Para isso é que se defendia a vinda de imigrantes. É com esse intuito, que no Congresso Agrícola de 1878, apontaram-se os inúmeros e principais problemas pelas quais passou a agricultura no século XIX. É dessa forma que se incentivava a introdução do imigrante, pois se acreditava que ele estava mais próximo do progresso, por já ter a disciplina necessária para o trabalho.

Citavam o imigrante como o trabalhador ideal, ou seja, aquele que possuía as qualidades que se devia desejar de um bom trabalhador, pois este deveria ser sóbrio e morigerado. Prevalecendo uma idéia que dizia não haver bons substitutos para os escravos, portanto deveria ocorrer o incentivo ao trabalho livre, principalmente dos estrangeiros.

Denise de Moura argumentou que muitos viam no trabalho que o livre pobre realizava fora da grande lavoura como verdadeiros momentos de ócio. Então certas atividades como a criação de animais, e os cuidados necessários com a agricultura de subsistência, bem como o comércio de produtos e as atividades domésticas eram tidos como momentos de vadiagem.

No Congresso Agrícola de 1878, ao colocarem uma possível participação do livre nacional na agricultura, em paralelo à introdução de imigrantes, também se qualificava esses livres como vadios: "(...) mais ainda do que da falta de braços, pois existem espalhados em todo o império muitos milhares de homens vagabundos e vadios, que, se estivessem bem disciplinados não se faria tanto sentir a falta dos escravos (...)" [17]

[17] Apud: NAXARA, Márcia Regina Capelari. op. Cit. p. 42 .Congresso Agrícola, Collecçao de Documentos, Rio de Janeiro, 1878. Resposta ao questionário do programa pelo Sr. Manoel Furtado da Silva Leite.

Então não era somente a falta de braços que clamava a elite cafeeira, mas também um melhor aproveitamento da existente: tanto a nacional quanto a estrangeira. Falava-se que estes homens livres eram tidos como preguiçosos, pelo sua forma irregular de trabalho e pelo fato de que estes lavradores pobres voltavam sua produção para abastecer o mercado interno.

No Congresso Agrícola de 1878, ao debaterem sobre essa ociosidade do trabalhador livre nacional, apoiaram a necessidade de uma boa lei de locação de serviços. De acordo com o Presidente da Província, Francisco de Paula, *"O trabalho nacional não tem tido até agora organização legal conveniente"*.

Apontava-se no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro que uma das causas da vadiagem era a falta de estímulos adequados, e fizeram a sugestão de diversas medidas. Uma delas foi a solicitação da restauração da lei do recrutamento de 1879, para que dessa forma o trabalhador que mantivesse uma ocupação na lavoura ficaria isento do serviço militar [18]. No Congresso Agrícola do Recife, também comentava-se ser necessário a ameaça do recrutamento militar, como forma de conseguirem trabalhadores livres.

Pedia-se, então, uma reformulação da lei de locação de 1830, que vigorou até a promulgação da nova lei em 1879. A lei de 1830 regulava os contratos tanto com nacionais, quanto com estrangeiros. Somente a lei nº 108 de 1837 é que vai se restringir aos contratos com os estrangeiros[19]. A lei de 1830 parecia não ser o suficiente para entender as complexas relações que se constituíam entre os nacionais e os fazendeiros.[20] Bem como a lei de 1837, que regulava os contratos com os estrangeiros, principalmente após 1850, pelas quais os contratos de parceria prevaleciam e não podiam ser regulados pela lei de locação de serviços.

É dessa forma que com a menor procura pela imigração no decênio de 1860, alguns passam a aconselhar a utilização de nacionais que viriam em substituição do escravo. Para isso é que se criavam propostas para a aplicação da lei de 1837 também aos livres nacionais, principalmente num período em que a Lei do Ventre Livre estava para ser posta em execução e o número de libertos e ingênuos aumentaria.[21]

---

[18]LUZ, Nicea Vilela. Op. Cit p. 93.

[19]LAMOUNIER, Maria Lúcia. Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. Dissertação de Mestrado.Campinas: Papirus, 1988. p.55.

[20]Idem. p. 67.

[21]Idem. p. 69.

Para se reprimir a vadiagem, a nova lei de locação de serviços deveria regular o trabalho tanto dos estrangeiros, quanto dos nacionais, visto que a lei de 1837 também se demonstrou ineficaz devido às inúmeras greves e rebeliões. Esta nova lei deveria abranger todos os tipos de contratos de trabalhos que eram vigentes até o momento.[22] As leis de locação de serviços, de 1830 e 1837, funcionavam como uma forma dos livres serem coagidos e disciplinados ao trabalho por intermédio do Estado. Assim, não mais o patrão ou o senhor estaria fazendo com que se mantivesse a ordem, mas esta passaria agora para as mãos da justiça ou da polícia, tendo como objetivo controlar a vida e a disciplina do trabalhador.

Dizia-se que era "preciso uma lei de organização do trabalho que garanta ao lavrador os contratos que fizer para que esses braços, hoje acostumados à indolência, procurando trabalho não o abandonem facilmente, com grave prejuízo dos que os contratarem e forem obrigados a fazer-lhes suprimentos e adiantamentos, como eles costumam a exigir." [23]

Via-se nessas reformulações da lei de locação de serviços somente o interesse dos grandes lavradores. E que também não se prejudicassem os contratadores. Dessa maneira, impunham-se novas regras nas relações que se estabeleciam entre os agentes, principalmente com referência ao trabalhador livre.[24]

Como as leis de 1830 e a de 1837 demonstraram ser ineficazes, promulgou-se a lei de 1879. Esta lei apresentava dispositivos, para os contratadores, para controlar de forma mais adequada as trabalhadores agrícolas contratados, principalmente o livre nacional, para que este não permanecesse na vadiagem. Tanto que no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro a maioria pensava numa revisão e alteração dessas leis, citando quase que exclusivamente o trabalhador livre nacional.

Considerações Finais

Conforme expomos, o trabalhador livre nacional possuía uma forma de vida própria e seu ritmo de atividades era controlado pela

[22]LAMOUNIER, Maria Lucia, op. cit, p. 70.
[23]Apud: LAMOUNIER, Maria Lúcia. p. 67 Congresso Agricola. Collecção de Documentos. Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1878. p.52.
[24]LAMOUNIER, Maria Lúcia, op. cit, p. 70.

agricultura de subsistência, intercalando com seus próprios negócios o trabalho eventual na economia de exportação. Ele teve, sim, na economia agro-exportadora a sua participação, que talvez não tenha sido tão grande quanto a do imigrante e a do escravo. E, como procuramos mostrar, o homem livre nacional teve um peso demográfico muito grande, constituindo-se na maioria da população.

Entre os livres nacionais havia diversas categorias, tais como: o agregado, o expropriado da terra, o liberto, o caipira e o pequeno proprietário de terra. Uma das maiores dificuldades que tivemos em nossa pesquisa, foi a de analisar estas diferentes categorias, tendo em vista que todas possuíam formas de viver e fazeres que se reinventavam constantemente e de acordo com as necessidades em momento no período compreendido de 1850 a 1888.

Outro aspecto que julgamos importante analisar, foi a migração interna de cearenses para a Província de São Paulo, o que demonstraria um interesse por parte dos fazendeiros pelos trabalhadores livres nacionais, bem como das pressões sócio-econômicas que impeliam os migrantes cearenses deslocarem-se para a Província de São Paulo.

Conforme vimos, havia uma constante reclamação da lavoura cafeeira pela falta de braços, e as leis de locação de serviços seriam a forma encontrada pela classe dirigente para um melhor aproveitamento da mão-de-obra livre existente, tanto a nacional quanto a estrangeira. Propagava-se que os homens livres nacionais eram preguiçosos, mas isto devia-se ao seu modo irregular de trabalhar na sua lavoura e pelo fato de que estes lavradores pobres voltavam sua produção para abastecer o mercado interno.

Ao que tudo indica, o trabalhador livre nacional teve sua participação na economia produção agrícola voltada para a exportação, e isso, nos parece, foi uma opção dele, visto que estava mais preocupado com a sua sobrevivência e em manter seus momentos de lazer e de convívio, um modo de vida que combinava os seus momentos de lazer aos períodos em que estava em suas lavouras voltadas para a agricultura de subsistência. O preconceito que havia com relação ao livre nacional, tido geralmente pelas classes dirigentes como preguiçosos, ociosos e indolentes, era porque ele possuía um modo irregular de trabalho e um modo de vida que lhe era peculiar, não adequada aos ritmos da economia de mercado.

Bibliografia:

EINSENBERG, Peter. *Homens Esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. Ed. Brasiliense.1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*, Campinas: Papirus, 1988.

MOURA, Denise A Soares. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador livre nacional 1870 -1920*, Editora da Unicamp, 1991.

Fontes Primárias

DISCURSO com que o Ilmo e Exmo Sr.José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo em 2 de fevereiro de 1860. S. Paulo. Typographia Imparcial de Roberto de Azevedo Marques.

DOCUMENTOS que acompanham o Discurso com que o Ilmo e Exmo. Sr. Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo, presidente da província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852.

QUADRO estatístico do pessoal existente nas diversas Colônias da Província de S. Paulo, segundo as informações existentes na Secretaria do Governo. In: Discurso com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Presidente da Província de S. Paulo, abrio a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes.

DISCURSO com que o Ilmo e Exmo. Sr. Dr. José Thomaz Nabuco D'Araujo, presidente da província de S. Paulo abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de maio de 1852.

DOCUMENTOS que acompanham o Discurso com que o Ilmo e Exmo Sr. Dr. José Antonio Saraiva abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE CAMPINAS

Paulo Cociuc[1]

"As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória"[2].

Resumo
O presente texto pretende dar início a uma série de outros, registrando a memória de Campinas, que poderão ser elaborados por qualquer estudioso e apaixonado da História, para futuras publicações na NOTÍCIA BIBLIOGRAFICA E HISTÓRICA.
Palavras-chave: memória, Campinas, História Regional, história e memória.

Abstract[3]
This work is meant as the starting-point for others that may follow on the recording of Campinas memory that can be conducted by any researcher or enthusiastic in History to be published later in the Notícia Bibliográfica e História magazine.
Key words: memory, Campinas, Regional History, history and memory.

Introdução

Vem de muito tempo atrás, o hábito dos homens de registrar os acontecimentos do dia-a-dia das comunidades e povos. Efetivamente, desde muito tempo as comunidades e povos desenvolveram o hábito de

[1]Professor de História da Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas e da Escola Comunitária de Campinas.
[2]Ecléa Bosi. *Memória de Sociedade*, São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, pg. 363.
[3]Tradução realizada por Verônica Laura Medrano

registrar os acontecimentos do seu dia-a-dia, o que perdura até hoje. Procuraram e procuraram maneiras diversas de preservar e transmitir suas experiências, sua *memória.* Inicialmente essa transmissão era oral, onde os mais velhos procuravam passar para os mais novos o que julgavam certo e bom e os acontecimentos que consideravam relevantes, não cabe aqui discutir a subjetividade desse processo, mas cabe lembrar que a História Oral, hoje, é uma importante fonte de conhecimento histórico e, portanto, deve ser incentivada.

Com o surgimento da escrita cresceu, em muito, a capacidade dos povos de preservar e transmitir sua memória e suas experiências quer positivas, quer negativas. Hoje os veículos de registro e conservação da memória se multiplicam constante e rapidamente. Além das fontes escritas (documentos, livros, revistas, jornais etc.) temos gravações em discos, fitas, fitas de vídeo, DVDs, computadores, além das modernísimas máquinas fotográficas e outros meios.

Porém, um meio de registro da memória de um povo são os seus *monumentos,* geralmente construídos de material sólido, durável o que denota a idéia de preservação, de perpetuação. O objetivo de um monumento é, em geral, exaltar os fatos heróicos de um povo, suas façanhas heróicas ou seus vultos mais eminentes.

Além destes existem os monumentos que não nasceram como tal. Foram erigidos para fins específicos como escolas, templos religiosos, fortificações, quartéis, estações ferroviárias, museus, edifícios públicos e outros. Com o passar do tempo, por questões culturais, políticas, sociais, econômicas acabaram ganhando o status de monumento, passando a ser preservados, restaurados e tombados.

Marcos da História de Campinas: o Combate de Venda Grande

Campinas é uma cidade pródiga em tais construções. Uma delas é o marco erigido lembrando o *Combate de Venda Grande,* travado em 1842, durante a Revolução Liberal, localizado à Av. Dario Freire Meirelles, próximo a casa n°. 693, no Campo dos Amarais. É um monumento construído em granito rosa numa base de concreto. Foi erigido onde se deu o combate, conhecido como o antigo Engenho da Lagoa, atualmente o bairro dos Amarais. Foi construído por iniciativa do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas e inaugurado no dia 28 de agosto de 1956, portanto, prestes a comemorar 50 anos de existência no ano em curso.

Pode-se afirmar que a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, consolidou a independência e deu início ao conhecido ao conhecido

Período Regencial (1831 – 1840). Foi um período bastante conturbado e durante o qual se organizaram as diferentes tendências políticas que marcavam a vida do país. Durante a primeira fase das Regências Trinas (1831 – 1835) formaram-se três grupos divergentes: os liberais moderados, também chamados chimangos, os liberais exaltados, também denominados caramurus.

Os liberais Moderados representavam os grandes proprietários de terra e de escravos, alguns grandes comerciantes, enfim, a elite conservadora tendo como figuras de destaque o padre Diogo Antônio Feijó, Bernardo Ferreira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. Objetivavam poucas mudanças. Defendiam a manutenção da ordem social, manter a escravidão, a continuidade da monarquia, sem absolutismo e a força do governo central (unitarismo) tendo sob seu controle as províncias. Os liberais Exaltados representavam as classes médias urbanas, pequenos comerciantes, funcionários públicos e até alguns latifundiários do Nordeste e do Sul. Os Restauradores constituídos de comerciantes ligados ao antigo comércio colonial, de militares de alta patente e altos funcionários públicos. Defendiam a volta imediata de D. Pedro I para o Brasil, com a restauração da monarquia absolutista. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o grupo se desfez.

Em 1834, os moderados dominavam a Assembléia Nacional, porém, os liberais exaltados ainda possuíam força política para pressionar e exigir mudanças. Os moderados, buscando manter-se no poder, fizeram algumas concessões, promulgando o *Ato Adicional de 1834* que reformou a Constituição de 1824. Entre outras mudanças, estabeleceu: Regência Una, que seria eleita a cada 4 anos, a abolição do Conselho de Estado e a criação das Assembléias Provinciais, dando maior autonomia às províncias.

Na segunda fase das regências (Regências Unas), com o fim dos restauradores e o enfraquecimento dos liberais exaltados, a cena política do Brasil passou a ser dominada pelos liberais moderados que acabaram dividindo-se em Regressistas e Progressistas.

No final do período regencial, os regressistas vieram a constituir o Partido Conservador e os progressistas, o Partido Liberal. Esses dois partidos dominaram a vida política brasileira do Segundo Reinado. Não tinham grandes divergências ideológicas e era constante a passagem de políticos de um partido para outro. Ambos representavam os interesses da classe dominante, os grandes proprietários de terra e de escravos. Nas questões fundamentais que poderiam alterar a estrutura socioeconômica

do país, não divergiam. Eram monarquistas, se opunham à idéia de república e procuravam manter a maioria da população afastada das decisões políticas. Discordavam, apenas, em relação aos meios de atingir os objetivos que interessavam às classe dominantes. Por questões pessoais e ambição pelo poder, lutavam com toda força, buscando a vitória nas eleições para a Assembléia. Por isso tornou-se comum a expressão "farinha do mesmo saco" para identificar os políticos de ambos os partidos.

Os regressistas chamavam o Ato Adicional de "ato de anarquia" e pretendiam a sua anulação, regressando ao que consideravam a "boa ordem", isto é, um poder centralizado e forte. Conseguiram a aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional (12/5/1840) que diminuía a autonomia das províncias e fortalecia o governo central. Este fato ficou conhecido como o Regresso Conservador.

Opondo-se, os progressistas passaram a defender a idéia de antecipação da maioridade do Príncipe, D. Pedro de Alcântara e organizaram o Clube da Maioridade. A campanha maiorista, rapidamente, ganhou força com o apoio da chamada "elite política do país" que acreditava na idéia de um imperador com fortes poderes, ser o caminho para acabar com as revoltas provinciais e restabelecer a ordem social que interessava aos grandes proprietários de terra e de escravos.

Assim, no dia 23 de julho de 1840, a Assembléia Nacional votou e aprovou a maioridade do príncipe que foi chamado imperador, com o título de D. Pedro II.

Apesar de não apresentar diferenças ideológicas, liberais e conservadores representavam facções diferentes da classe dominante e, portanto, lutavam pelo poder com todas as forças, legais ou ilegais. Em 1840, logo após assumir o poder, D. Pedro II escolheu o seu primeiro ministério constituído de políticos do Partido liberal que haviam apoiado o Golpe da Maioridade. Sendo a Câmara constituída, na sua maioria, de deputados do Partido Conservador, foi dissolvida. As eleições para a nova assembléia realizaram-se no dia 13 de outubro de 1840 e foram controladas pelos liberais, que contrataram bandos de capangas fortemente armados, que se identificavam por um lenço amarelo amarrado ao redor do pescoço - daí a alcunha de – "papos amarelos" - que, com a conivência da polícia e, até por ela dirigidos.

Ameaças de morte, espancamentos e até assassinatos ocorreram por todo o país. Os adversários políticos (conservadores) eram intimidados e os eleitores eram forçados a votar no candidato "certo" (liberal). Urnas

desapareciam, o conteúdo de inúmeras era substituído, a contagem dos votos era alterada e, até, as atas eleitorais eram adulteradas. Ficaram por isso conhecidas como as "eleições do cacete". Violência e fraude foram as marcas dessas eleições e de todas que ocorreram no Império, prolongando-se pela República Velha (1889 – 1930) e, quiçá, até hoje.

Alegando fraudes e violência nas eleições de 1840, os conservadores pressionaram o Imperador que, em 23 de março de 1841, dissolveu o gabinete liberal e nomeou outro, conservador. O novo gabinete apressou-se em aprovar as leis de restauração do Conselho de Estado, aprovada em 23 de novembro de 1841 e a de reforma do Código de Processo, aprovada em 23 de dezembro de 1841. Essas leis repercutiram desfavoravelmente entre os políticos liberais e as aristocracias provinciais, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Porém, foi dissolução da Câmara dos Deputados, no dia 1° de maio de 1843 (antes mesmo de iniciar os seus trabalhos) que marcou o ápice do descontentamento dos liberais.

Em 1842, com a dissolução da Câmara dos Deputados, eclodiram, em Sorocaba (província de São Paulo) e em Barbacena (província de Minas Gerais) as Revoltas Liberais. Em São Paulo, a revolta explodiu no dia da dissolução da Câmara. Iniciada em Sorocaba, sob o comando do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e com o apoio do padre Diogo Antônio Feijó que organizaram os seus correligionários para a luta contra o governo conservador, a revolta logo se expandiu para cidades próximas como Itapetininga, Itu, Capivari, Porto Feliz, Campinas que logo se tornou um dos principais focos de resistência e atingiu o Vale do Paraíba: Taubaté, Areias e Silveiras onde ocorreu uma das batalhas mais sangrentas, tendo morrido 8 soldados governistas e 40 rebeldes.

Em 17 de Maio de 1842, Tobias de Aguiar foi aclamado, em Sorocaba, presidente interino da província de S. Paulo e Sorocaba declarada capital (15 de maio de 1842). Formou-se um exército rebelde de aproximadamente 1.500 homens, dispostos a derrubar do Partido Conservador.

Combate de "Venda Grande"

Ocorreu em Campinas, no dia 7 de julho de 1842. As forças liberais se reuniram no então "Engenho da Lagoa", depois conhecido como "Venda Grande" devido a sua extensão e a existência, no local, por algum tempo, de uma venda para o comércio de mantimentos, à beira da então, estrada de Limeira, bem próximo onde hoje passa a Rodovia D.

Pedro I. Aliás, a atual gestão municipal colocou na rodovia, uma placa que lembra o embate e o marco histórico ali construído (monumento).

O combate foi um dos episódios importantes da "Revolução" Liberal de 1842 (melhor seria o uso do termo revolta). Dentre os combatentes rebeldes destacou-se o capitão Boaventura do Amaral Camargo que acabou morrendo no conflito com as tropas governamentais. O Governo imperial encarregou Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) para o comando das tropas governamentais a fim de debelar as rebeliões.

Em Campinas, os rebeldes foram rápida e facilmente derrotados, pois o armamento era pouco, o preparo para a luta precário e as condições de resistência ao ataque das tropas de Caxias eram muito frágeis. Poucos morreram. Entre eles deve-se lembrar o capitão Boaventura Soares do Amaral que foi assassinado, a sangue frio, por soldados da tropa imperial.

Debelada a revolta, Caxias, conhecido como o "Pacificador" mostrou-se benévolo com os rebeldes, preferindo não aniquilá-los. Os prisioneiros seguiram para Santos onde tomaram navios para o julgamento na Corte. Mais Tarde, em março de 1843, o imperador decretou a anistia de todos os envolvidos no conflito. De certa forma podemos afirmar que não houve nem vencidos, nem vencedores, apenas uma vitória momentânea de uma das forças políticas litigantes, os conservadores.

Conclusões

Conhecido por alguns, desconhecido pela maioria da população campineira, inclusive a existência do monumento construído no local, o episódio tem sido negligenciado.

Os contemporâneos daqueles que tombaram em combate não os esqueceram. Num gesto de respeito e piedade deram-lhes sepultura. Todos os soldados que morreram em combate foram sepultados próximo à casa grande do engenho. Mais Tarde, em 1882, os seus restos mortais foram exumados para os ofícios fúnebres, numa igreja da cidade e, em seguida conduzi-los para o cemitério público.

Durante um longo tempo falou-se do movimento armado de campineiros (natos ou adotivos) que ocorreu em "Venda Grande". Hoje, poucas pessoas conhecem o monumento e porque está ali localizado.

Daniel Portella Smaal[4], graduado em História e voluntário no Museu da cidade, escreveu:

"Cabe notar que para os poucos que dão algum valor ao episódio (até mesmo nos dias de hoje) tomam-no como um fator importante para a construção do espírito companheiro, do caráter paulista, sendo portanto, a cidade de Campinas tomada como um local que desde o século passado mostra sua ferrenha disposição para a liberdade".

O cronista Amador Bueno Machado Florence (filho de Hércules Florence), "o verdadeiro historiador de Venda Grande", segundo a cronista do Correio Popular, Celia Siqueira Frajallat, publicou na Gazeta de Campinas[5] uma série de crônicas, catorze ao todo, entre os dias 7 de junho e 16 de julho de 1882, relatando minuciosamente os episódios do combate de 1842, em Campinas e ressaltando o heroísmo dos participantes.

Embora não tinha sido um dos fatos mais relevantes da nossa história, o Combate de "Venda Grande" não pode e não deve ser esquecido, pois é um episódio que faz parte da memória de Campinas e, até mesmo, do país. E a memória de uma comunidade, de um povo deve ser sempre lembrada e preservada.

Um povo que não, preserva seus monumentos, não preserva a sua memória e um povo sem memória é um povo sem história. Não é um povo, mas apenas um amontoado de indivíduos vivendo num mesmo país. Poderá ser um povo juridicamente, mas não o é culturalmente.

É verdade que objetos inanimados (monumentos, objetos, construções, pedras, paredes etc.) não falam. Porém cada um tem dentro de si a história viva de uma época, de um local, de um povo. São fragmentos da memória e cabe aos historiadores, estudiosos e amadores da história ler e interpretar, preservar e registrar a fala presente nos objetos inanimados.

Em Campinas e no Brasil onde os monumentos são pouco conhecidos e muitos agonizam devido ao descaso do poder político e aos atos de vandalismo de indivíduos inconseqüentes, faz-se urgente uma tomada de consciência do valor e da importância de preservação de nossos monumentos, de nossa memória.

---

[4]Daniel Portella Smaal. Combate de Venda Grande: Algumas Considerações. In: *Revista Eletrônica,* Museu da Cidade, Campinas, Número Especial de Inauguração, s/d.

[5]Esta edição e outras da Gazeta de Campinas fazem parte do acervo do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas (CCLA).

MAXIMILIAN BESCHOREN (1847-1887)

Odilon Nogueira de Matos

Natural de Eisleben, na Saxônia, diplomado em engenharia pela Universidade de Malle, Beschoren veio para o Brasil no início de 1869, radicando-se no Rio Grande do Sul, onde viveu até o final de sua vida, aliás, bastante curta, pois mal passou dos quarenta anos. Naturalizou-se brasileiro, casando e constituindo família em Taquara.

No exercício de sua profissão, conheceu bem o Rio Grande do Sul, especialmente a região do Alto Uruguai, pela qual se interessou particularmente. Realizou tarefas importantes de demarcação e levantamento geográfico e cartográfico, em diversas comissões do governo da província e colaborou assiduamente no *Deutsche Zeintung*, de Porto Alegre, então dirigido por Koseritz. Em suas viagens e trabalhos de campo reuniu imenso e valioso acervo científico, de suma importância para o conhecimento da geografia e da economia da província.

A partir de certo momento, tornou-se muito difícil sua vida, vítima de revezes financeiros que o levaram a uma profunda depressão, responsável pelo infeliz gesto de pôr termo à vida com pouco mais de quarenta anos. Foi encontrado morto na barraca de serviço, em Nonoaí, no dia 22 de setembro de 1887, quando se encontrava em trabalhos topográficos.

Abeillard Barreto, em sua *Bibliografia sul-riograndense*[1] arrola mais de vinte trabalhos científicos de Beschoren, quase todos publicados em alemão, em publicações do Brasil e da Alemanha. Foi publicado postumamente, em Gotha seu trabalho mais importante que mereceu

[1]BARRETO, Abeillard. Bibliografia sul-riograndense, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, pp. 132-137.

recente tradução para a nossa língua e que constitui peça das mais importantes para o conhecimento do interior do Rio Grande do Sul.

Consta o livro de duas partes: a primeira, com nove capítulos, contém o relato de suas viagens pelo interior rio-grandense, notadamente pelo Alto-Uruguai e região das Missões; a segunda parte, com dois capítulos dedicados às missões, especialmente nos seus aspectos sociais e culturais, e outros três capítulos, de natureza mais técnica sobre anotações cartográficas, observações meteorológicas, dados estatísticos e comentários ao excelente mapa que acompanha o livro.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense,* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973

BESCHOREN, Maximilian (Edição original). *Beltrage zur nahren Kenntnis der Brasilianischen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul, reisen und Beobachtungen wahrend der Jahre 1875-1887*. Gotha, Justus Perthes, 1889, 91 pgs.

BESCHOREN, Maximilian (Edição Brasileira). *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul, 1875-1887*, tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber; introdução de Júlia S. Teixeira; prefácio de Henri Lange, Porto Alegre, Martins, 1989, 200 pgs.

ADRIANO BALDI (1782 – 1848)

Odilon Nogueira de Matos

Geógrafo veneziano, muito conceituado em seu tempo, não só pela sua cultura como pela originalidade de seus trabalhos. Seu primeiro estudo, de natureza geográfica, publicado em 1805, descrevendo as terras segundo as bacias hidrográficas, deu-lhe justo renome. Negócios de família levaram-no a Portugal, onde permaneceu bastante tempo, que aproveitou para coletar material com o qual redigiu o seu *Essai statistique*, que publicou em 1822[1]. Tratava de Portugal nas suas relações com outros países da Europa e vinha complementado por um "*coup d'oeil sur l' état actuel des sciences, des lettres e des arts*", entre os portugueses de todo o mundo.

"Nada até então se vira – diz Taunay – tão completo e tão exato sobre a monarquia lusa". É bastante rica pelas suas informações, a parte relativa ao nosso país nessa obra, conforme o demonstra o autor da *História do Café no Brasil*[2], com numerosos e seguros dados estatísticos, não simplesmente citados, mas interpretados à luz da conjuntura histórica da época.

Referências bibliográficas

BALDI, Adriano. (Edição original) *Essai statistique sur le rovaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états d'Europe.* Coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux arts parmi les portugais des deux hemispheres. 2 vol., Paris: Rey et Gravier, 1822.

TAUNAY, Afonso de E. *História do Café no Brasil*, volume 2, Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, pp. 197-208.

[1]Por um lapso, certamente na revisão, neste volume a obra de Balbi é dada como publicada em 1802 e não em 1822, como deve ser.

[2]TAUNAY, Afonso de E. História do Café no Brasil, volume 2, Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, pp. 197-208.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE CAMPINAS

Paulo Cociuc[1]

"As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória"[2].

Resumo
O presente texto pretende dar início a uma série de outros, registrando a memória de Campinas, que poderão ser elaborados por qualquer estudioso e apaixonado da História, para futuras publicações na NOTÍCIA BIBLIOGRAFICA E HISTÓRICA.
Palavras-chave: memória, Campinas, História Regional, história e memória.

Abstract[3]
This work is meant as the starting-point for others that may follow on the recording of Campinas memory that can be conducted by any researcher or enthusiastic in History to be published later in the Notícia Bibliográfica e História magazine.
Key words: memory, Campinas, Regional History, history and memory.

Introdução

Vem de muito tempo atrás, o hábito dos homens de registrar os acontecimentos do dia-a-dia das comunidades e povos. Efetivamente, desde muito tempo as comunidades e povos desenvolveram o hábito de

[1]Professor de História da Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas e da Escola Comunitária de Campinas.
[2]Ecléa Bosi. *Memória de Sociedade*, São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, pg. 363.
[3]Tradução realizada por Verônica Laura Medrano

registrar os acontecimentos do seu dia-a-dia, o que perdura até hoje. Procuraram e procuraram maneiras diversas de preservar e transmitir suas experiências, sua *memória.* Inicialmente essa transmissão era oral, onde os mais velhos procuravam passar para os mais novos o que julgavam certo e bom e os acontecimentos que consideravam relevantes, não cabe aqui discutir a subjetividade desse processo, mas cabe lembrar que a História Oral, hoje, é uma importante fonte de conhecimento histórico e, portanto, deve ser incentivada.

Com o surgimento da escrita cresceu, em muito, a capacidade dos povos de preservar e transmitir sua memória e suas experiências quer positivas, quer negativas. Hoje os veículos de registro e conservação da memória se multiplicam constante e rapidamente. Além das fontes escritas (documentos, livros, revistas, jornais etc.) temos gravações em discos, fitas, fitas de vídeo, DVDs, computadores, além das modernissimas máquinas fotográficas e outros meios.

Porém, um meio de registro da memória de um povo são os seus *monumentos,* geralmente construídos de material sólido, durável o que denota a idéia de preservação, de perpetuação. O objetivo de um monumento é, em geral, exaltar os fatos heróicos de um povo, suas façanhas heróicas ou seus vultos mais eminentes.

Além destes existem os monumentos que não nasceram como tal. Foram erigidos para fins específicos como escolas, templos religiosos, fortificações, quartéis, estações ferroviárias, museus, edifícios públicos e outros. Com o passar do tempo, por questões culturais, políticas, sociais, econômicas acabaram ganhando o status de monumento, passando a ser preservados, restaurados e tombados.

Marcos da História de Campinas: o Combate de Venda Grande

Campinas é uma cidade pródiga em tais construções. Uma delas é o marco erigido lembrando o *Combate de Venda Grande,* travado em 1842, durante a Revolução Liberal, localizado à Av. Dario Freire Meirelles, próximo a casa n°. 693, no Campo dos Amarais. É um monumento construído em granito rosa numa base de concreto. Foi erigido onde se deu o combate, conhecido como o antigo Engenho da Lagoa, atualmente o bairro dos Amarais. Foi construído por iniciativa do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas e inaugurado no dia 28 de agosto de 1956, portanto, prestes a comemorar 50 anos de existência no ano em curso.

Pode-se afirmar que a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, consolidou a independência e deu início ao conhecido ao conhecido

Período Regencial (1831 – 1840). Foi um período bastante conturbado e durante o qual se organizaram as diferentes tendências políticas que marcavam a vida do país. Durante a primeira fase das Regências Trinas (1831 – 1835) formaram-se três grupos divergentes: os liberais moderados, também chamados chimangos, os liberais exaltados, também denominados caramurus.

Os liberais Moderados representavam os grandes proprietários de terra e de escravos, alguns grandes comerciantes, enfim, a elite conservadora tendo como figuras de destaque o padre Diogo Antônio Feijó, Bernardo Ferreira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. Objetivavam poucas mudanças. Defendiam a manutenção da ordem social, manter a escravidão, a continuidade da monarquia, sem absolutismo e a força do governo central (unitarismo) tendo sob seu controle as províncias. Os liberais Exaltados representavam as classes médias urbanas, pequenos comerciantes, funcionários públicos e até alguns latifundiários do Nordeste e do Sul. Os Restauradores constituídos de comerciantes ligados ao antigo comércio colonial, de militares de alta patente e altos funcionários públicos. Defendiam a volta imediata de D. Pedro I para o Brasil, com a restauração da monarquia absolutista. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o grupo se desfez.

Em 1834, os moderados dominavam a Assembléia Nacional, porém, os liberais exaltados ainda possuíam força política para pressionar e exigir mudanças. Os moderados, buscando manter-se no poder, fizeram algumas concessões, promulgando o *Ato Adicional de 1834* que reformou a Constituição de 1824. Entre outras mudanças, estabeleceu: Regência Una, que seria eleita a cada 4 anos, a abolição do Conselho de Estado e a criação das Assembléias Provinciais, dando maior autonomia às províncias.

Na segunda fase das regências (Regências Unas), com o fim dos restauradores e o enfraquecimento dos liberais exaltados, a cena política do Brasil passou a ser dominada pelos liberais moderados que acabaram dividindo-se em Regressistas e Progressistas.

No final do período regencial, os regressistas vieram a constituir o Partido Conservador e os progressistas, o Partido Liberal. Esses dois partidos dominaram a vida política brasileira do Segundo Reinado. Não tinham grandes divergências ideológicas e era constante a passagem de políticos de um partido para outro. Ambos representavam os interesses da classe dominante, os grandes proprietários de terra e de escravos. Nas questões fundamentais que poderiam alterar a estrutura socioeconômica

do país, não divergiam. Eram monarquistas, se opunham à idéia de república e procuravam manter a maioria da população afastada das decisões políticas. Discordavam, apenas, em relação aos meios de atingir os objetivos que interessavam às classe dominantes. Por questões pessoais e ambição pelo poder, lutavam com toda força, buscando a vitória nas eleições para a Assembléia. Por isso tornou-se comum a expressão "farinha do mesmo saco" para identificar os políticos de ambos os partidos.

Os regressistas chamavam o Ato Adicional de "ato de anarquia" e pretendiam a sua anulação, regressando ao que consideravam a "boa ordem", isto é, um poder centralizado e forte. Conseguiram a aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional (12/5/1840) que diminuía a autonomia das províncias e fortalecia o governo central. Este fato ficou conhecido como o Regresso Conservador.

Opondo-se, os progressistas passaram a defender a idéia de antecipação da maioridade do Príncipe, D. Pedro de Alcântara e organizaram o Clube da Maioridade. A campanha maiorista, rapidamente, ganhou força com o apoio da chamada "elite política do país" que acreditava na idéia de um imperador com fortes poderes, ser o caminho para acabar com as revoltas provinciais e restabelecer a ordem social que interessava aos grandes proprietários de terra e de escravos.

Assim, no dia 23 de julho de 1840, a Assembléia Nacional votou e aprovou a maioridade do príncipe que foi chamado imperador, com o título de D. Pedro II.

Apesar de não apresentar diferenças ideológicas, liberais e conservadores representavam facções diferentes da classe dominante e, portanto, lutavam pelo poder com todas as forças, legais ou ilegais. Em 1840, logo após assumir o poder, D. Pedro II escolheu o seu primeiro ministério constituído de políticos do Partido liberal que haviam apoiado o Golpe da Maioridade. Sendo a Câmara constituída, na sua maioria, de deputados do Partido Conservador, foi dissolvida. As eleições para a nova assembléia realizaram-se no dia 13 de outubro de 1840 e foram controladas pelos liberais, que contrataram bandos de capangas fortemente armados, que se identificavam por um lenço amarelo amarrado ao redor do pescoço - daí a alcunha de – "papos amarelos" - que, com a conivência da polícia e, até por ela dirigidos.

Ameaças de morte, espancamentos e até assassinatos ocorreram por todo o país. Os adversários políticos (conservadores) eram intimidados e os eleitores eram forçados a votar no candidato "certo" (liberal). Urnas

desapareciam, o conteúdo de inúmeras era substituído, a contagem dos votos era alterada e, até, as atas eleitorais eram adulteradas. Ficaram por isso conhecidas como as "eleições do cacete". Violência e fraude foram as marcas dessas eleições e de todas que ocorreram no Império, prolongando-se pela República Velha (1889 – 1930) e, quiçá, até hoje.

Alegando fraudes e violência nas eleições de 1840, os conservadores pressionaram o Imperador que, em 23 de março de 1841, dissolveu o gabinete liberal e nomeou outro, conservador. O novo gabinete apressou-se em aprovar as leis de restauração do Conselho de Estado, aprovada em 23 de novembro de 1841 e a de reforma do Código de Processo, aprovada em 23 de dezembro de 1841. Essas leis repercutiram desfavoravelmente entre os políticos liberais e as aristocracias provinciais, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Porém, foi dissolução da Câmara dos Deputados, no dia 1° de maio de 1843 (antes mesmo de iniciar os seus trabalhos) que marcou o ápice do descontentamento dos liberais.

Em 1842, com a dissolução da Câmara dos Deputados, eclodiram, em Sorocaba (província de São Paulo) e em Barbacena (província de Minas Gerais) as Revoltas Liberais. Em São Paulo, a revolta explodiu no dia da dissolução da Câmara. Iniciada em Sorocaba, sob o comando do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e com o apoio do padre Diogo Antônio Feijó que organizaram os seus correligionários para a luta contra o governo conservador, a revolta logo se expandiu para cidades próximas como Itapetininga, Itu, Capivari, Porto Feliz, Campinas que logo se tornou um dos principais focos de resistência e atingiu o Vale do Paraíba: Taubaté, Areias e Silveiras onde ocorreu uma das batalhas mais sangrentas, tendo morrido 8 soldados governistas e 40 rebeldes.

Em 17 de Maio de 1842, Tobias de Aguiar foi aclamado, em Sorocaba, presidente interino da província de S. Paulo e Sorocaba declarada capital (15 de maio de 1842). Formou-se um exército rebelde de aproximadamente 1.500 homens, dispostos a derrubar do Partido Conservador.

Combate de "Venda Grande"

Ocorreu em Campinas, no dia 7 de julho de 1842. As forças liberais se reuniram no então "Engenho da Lagoa", depois conhecido como "Venda Grande" devido a sua extensão e a existência, no local, por algum tempo, de uma venda para o comércio de mantimentos, à beira da então, estrada de Limeira, bem próximo onde hoje passa a Rodovia D.

Pedro I. Aliás, a atual gestão municipal colocou na rodovia, uma placa que lembra o embate e o marco histórico ali construído (monumento).

O combate foi um dos episódios importantes da "Revolução" Liberal de 1842 (melhor seria o uso do termo revolta). Dentre os combatentes rebeldes destacou-se o capitão Boaventura do Amaral Camargo que acabou morrendo no conflito com as tropas governamentais. O Governo imperial encarregou Luis Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) para o comando das tropas governamentais a fim de debelar as rebeliões.

Em Campinas, os rebeldes foram rápida e facilmente derrotados, pois o armamento era pouco, o preparo para a luta precário e as condições de resistência ao ataque das tropas de Caxias eram muito frágeis. Poucos morreram. Entre eles deve-se lembrar o capitão Boaventura Soares do Amaral que foi assassinado, a sangue frio, por soldados da tropa imperial.

Debelada a revolta, Caxias, conhecido como o "Pacificador" mostrou-se benévolo com os rebeldes, preferindo não aniquilá-los. Os prisioneiros seguiram para Santos onde tomaram navios para o julgamento na Corte. Mais Tarde, em março de 1843, o imperador decretou a anistia de todos os envolvidos no conflito. De certa forma podemos afirmar que não houve nem vencidos, nem vencedores, apenas uma vitória momentânea de uma das forças políticas litigantes, os conservadores.

Conclusões

Conhecido por alguns, desconhecido pela maioria da população campineira, inclusive a existência do monumento construído no local, o episódio tem sido negligenciado.

Os contemporâneos daqueles que tombaram em combate não os esqueceram. Num gesto de respeito e piedade deram-lhes sepultura. Todos os soldados que morreram em combate foram sepultados próximo à casa grande do engenho. Mais Tarde, em 1882, os seus restos mortais foram exumados para os ofícios fúnebres, numa igreja da cidade e, em seguida conduzi-los para o cemitério público.

Durante um longo tempo falou-se do movimento armado de campineiros (natos ou adotivos) que ocorreu em "Venda Grande". Hoje, poucas pessoas conhecem o monumento e porque está ali localizado.

Daniel Portella Smaal[4], graduado em História e voluntário no Museu da cidade, escreveu:

"Cabe notar que para os poucos que dão algum valor ao episódio (até mesmo nos dias de hoje) tomam-no como um fator importante para a construção do espírito companheiro, do caráter paulista, sendo portanto, a cidade de Campinas tomada como um local que desde o século passado mostra sua ferrenha disposição para a liberdade".

O cronista Amador Bueno Machado Florence (filho de Hércules Florence), "o verdadeiro historiador de Venda Grande", segundo a cronista do Correio Popular, Celia Siqueira Frajallat, publicou na Gazeta de Campinas[5] uma série de crônicas, catorze ao todo, entre os dias 7 de junho e 16 de julho de 1882, relatando minuciosamente os episódios do combate de 1842, em Campinas e ressaltando o heroísmo dos participantes.

Embora não tinha sido um dos fatos mais relevantes da nossa história, o Combate de "Venda Grande" não pode e não deve ser esquecido, pois é um episódio que faz parte da memória de Campinas e, até mesmo, do país. E a memória de uma comunidade, de um povo deve ser sempre lembrada e preservada.

Um povo que não, preserva seus monumentos, não preserva a sua memória e um povo sem memória é um povo sem história. Não é um povo, mas apenas um amontoado de indivíduos vivendo num mesmo país. Poderá ser um povo juridicamente, mas não o é culturalmente.

É verdade que objetos inanimados (monumentos, objetos, construções, pedras, paredes etc.) não falam. Porém cada um tem dentro de si a história viva de uma época, de um local, de um povo. São fragmentos da memória e cabe aos historiadores, estudiosos e amadores da história ler e interpretar, preservar e registrar a fala presente nos objetos inanimados.

Em Campinas e no Brasil onde os monumentos são pouco conhecidos e muitos agonizam devido ao descaso do poder político e aos atos de vandalismo de indivíduos inconseqüentes, faz-se urgente uma tomada de consciência do valor e da importância de preservação de nossos monumentos, de nossa memória.

---

[4]Daniel Portella Smaal. Combate de Venda Grande: Algumas Considerações. In: *Revista Eletrônica,* Museu da Cidade, Campinas, Número Especial de Inauguração, s/d.

[5]Esta edição e outras da Gazeta de Campinas fazem parte do acervo do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas (CCLA).

OBSERVAÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE ESCRAVOS E DESCRIÇÃO DO ESTADO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Já na História Antiga encontram-se vestígios da escravidão e até a Europa inteira a possuía antigamente. Naqueles tempos idos, em que a força predominava, ninguém defendia o direito do homem. As guerras geravam a escravidão e o vitorioso que não matava os seus prisioneiros, julgava-se com o direito de fazer dele o que entendesse. Mais tarde aconteceu até que a escravidão era a causa da guerra, não que fossem os escravos que se revoltassem, mas no intuito de procurar mais escravos, como os romanos e outras nações que guerreavam os seus vizinhos por esse motivo. Assim fazem ainda hoje os negros na África e admite-se que a maior parte dos escravos na costa da África sejam prisioneiros de guerra. Mas, além desse modo de adquirir escravos há outros pelos quais os guerreiros livres, no seu próprio país, se tornam escravos: 1º, por indenização em virtude de crimes; 2º por traição pelos próprios vizinhos, que os reúnem e vendem; ou, por haver pais que vendem os filhos, ou maridos que, por castigo, vendem as mulheres.

Não é, pois, raro que os escravos recebidos em troca pelos portugueses já tinham sido escravos de seus próprios patrícios, em virtude de alguma das três causas referidas.

FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao Interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, pp.119.

O CONGRESSO DE VIENA E SUA OBRA

O Congresso de Viena (1814-1815): o Congresso que dança.

"Uma fanfarra de trombetas se fez ouvir. Os soberanos entraram, conduzindo as imperatrizes, as rainhas, as arquiduquesas. Depois de terem, no meio das aclamações gerais, dado a volta ás salas (do palácio de Hofburg, de Viena) foram para a da picaria (picadeiro) e tomaram lugar no estrado... Depois da saída dos soberanos, as orquestras puseram-se a executar valsas. Imediatamente uma comoção elétrica pareceu comunicar-se a esta imensa assembléia. A Alemanha é a pátria da valsa; é neste país, sobretudo em Viena, que, por graça ao ouvido musical dos habitantes, ela adquiriu toda a elegância que lhe é própria; é aí que deve ver-se, neste turbilhão sempre regulado pelo compasso, o homem segurar e arrastar a sua companheira, esta ceder a este doce arrebatamento, enquanto uma espécie de vertigem dá ao seu olhar uma vaga expressão que aumenta a sua beleza... Desde que se ouvem as primeiras notas, as fisionomias alegram-se os olhos animam-se, um frêmito corre... Os graciosos torvelinhos organizam-se, põem-se em movimento, cruzam-se... Era preciso ver essas mulheres maravilhosas, deslumbrantes de flores e de diamantes, levadas por essa irresistível harmonia, reclinadas no braço dos seus pares e semelhantes a resplandecentes meteoros; era preciso ver a seda brilhante, a gaze ligeira de seus vestidos obedecer ao impulso e desenhar graciosas ondulações; era preciso ver, enfim, essa espécie de felicidade estática respirando por seus rostos encantadores... Estes regozijos só terminam com a noite, unicamente os raios do Sol nascente puderam por fim a esta tão animada, tão deslumbrante".

LAGARDE-CHAMBONAS, A. *Fétes et souvenirs du Congrès de Vienne*. Tableaux des Salons, scènes anecdotiques et portrait (1814-1815), Paris, 1843, 2 vols. (Trad. Odilon Nogueira de Matos).

SENA, Paulo Sérgio de. *Diálogos na fronteira sócio-ambiental: ensaios*. Lorena, SP: Stiliano, 1999.

Este livro de Paulo Sérgio de Sena[1] é muito significativo não só por refletir a dedicação de seu autor ao difundir a necessidade de providências não só dos governos, mas da sociedade como um todo para melhorar a relação cada vez mais problemática e muito negativa entre a Sociedade Humana e a Natureza. Usando palavras simples (embora não se esquive totalmente da linguagem técnica), ele envolve o leitor com sua obra. A questão ambiental, no mundo de hoje, exige uma ampliação do enfoque da ciência tradicional. Os ensaios apresentados pelo autor são interdisciplinares e promovem o diálogo do concreto com o simbólico, formando um novo olhar histórico para a "compreensão ecossistêmica dos processos vivos, num novo posicionamento do homem frente a dimensão espaço-tempo", conforme nos alerta o comentário da contra-capa desta obra.

Na busca de uma nova racionalidade que reafirme a interdependência entre a Humanidade e a Natureza, Paulo Sérgio parte do que considera um equívoco: o tratamento desta questão, pela maioria dos pensadores (no decurso da história) como decorrente apenas de uma problemática interna desta sociedade humana, sem qualquer intervenção de outra parte do ambiente em que a mesma trazendo como conseqüências as mudanças no clima, o efeito estufa, a desertificação de vastas áreas da Terra, a contaminação da água potável, etc. O autor destaca o significado das teses dos analistas que são críticos dos modelos atuais a partir das esferas:

> "Filosófica: Quando ela ignora a análise sociológica;
> Cultural: quando é desconsiderada a cultura geradora dos indivíduos;
> Política: ausência de base política para o 'lobby' de pressão;
> Ecológica: quando não tematiza a sustentabilidade para a produção".[2]

[1]SENA, Paulo Sérgio de. *Diálogos na fronteira sócio-ambiental: ensaios*. Lorena, SP: Stiliano, 1999.
[2]Ibid., P. 16.

A tese defendida pelo autor se refere à existência de um relacionamento direto e intenso entre o meio natural e a estrutura sócio-econômico-política da humanidade.

As questões sócio-ambientais defendidas por HOMER-DIXON et alii (1993) e PRINCEN & FINGER (1994), e seus seguidores, relevam panoramas de conflito e intranqüilidades/ inquietações sociais, resultando em fome e miséria pelo erro do paradigma social de hoje, que considera o conjunto de recursos naturais da Terra como infinito e, portanto, capaz de supri-la sempre. A urgência da mudança do enfoque dos discursos, notadamente público é premente; a fim de que eles abordem, também, a cultura e a questão das finitude das reservas naturais da Terra, em seus contextos.

Desenvolvimento e meio ambiente bem compreendidos formação a base necessária para a concretização de políticas públicas que atendam, efetivamente, as reinvindicações da sociedade que clama pela resolução de seus problemas fundamentais, constantemente.

A exploração da tese defendida pelo autor se revela um autêntico manifesto contra a ruptura do diálogo entre o homem e a natureza, que instaurou o estado de crise da produção do mercado e na preservação da sustentabilidade dos eco-sistemas.

O Primeiro e o Segundo Capítulos analisaram a formação de conceitos e seus limites como fatores que possibilitam que seja mantido o diálogo entre a sociedade e o emprego dos recursos da Natureza. É digno de nota o fato dos ensaios nesses capítulos serem fundamentados numa perspectiva semiótica da biodiversidade.

O terceiro Capítulo revela os problemas que ocorrem quando os conceitos são construídos de forma não apropriada, prejudicando a adequada visão da sociedade para sua problemática ambiental; apenas se concentrando no âmbito do ambiente tomado como "natural".

O Quarto Capítulo focalizou uma comunidade com recursos naturais não sustentáveis e instabilidade social para a aplicação das teorias de HOMER-DIXON et alii (1993) e PRINCEN & FINGER (1994).

O Quinto Capítulo abordou amplamente a questão ambiental e a necessária gestão ambiental (com ecossistemas tombados) e os gastos sociais gerados, notadamente para os habitantes do entorno.

O autor foi muito didático e eficaz ao inserir nos diversos capítulos (ao final deles), após o item Discussão e Conclusão, uma Bibliografia específica que permite também, além de melhor compreensão das bases teóricas de cada tema abordado, uma continuidade natural das pesquisas sobre a problemática básica explanada pelo mesmo. Entretanto esta obra poderia ser mais esclarecedora e abrangente se focalizasse inclusive o pensamento de Henryk Skolimowski sobre valores tradicionais e valores da Ecologia que após expressar, sinteticamente, o significado dos valores: gregos, judaicos-cristãos, renascentistas e os econômicos e tecnológicos da sociedade moderna, como "os que moldaram a psique ocidental com sua influência que ultrapassa suas fronteiras" admite que "os valores puramente instrumentais não são suficientes para nos dar suporte enquanto seres humanos que têm uma dimensão espiritual". (cf. THOT, nº 51, 1989, p.5-6).

Quando os homens ao tentarem se livrar da opressão dos valores religiosos considerados obsoletos, nos séculos XVIII e XIX acabaram por recusar como inválidos todos os valores religiosos e todo o seu significado intrínseco, abrindo as portas para uma era de hegemonia do niilismo e dos valores instrumentais.

SKOLIMOWSKI, que é professor de Filosofia da Universidade de Michigan (EUA), nos adverte que:

1 - Vivemos numa época em que a manutenção da integridade da Terra é um dos maiores imperativos para que continuemos a existir na mesma.

2 - Recebemos preciosa herança de valores, além do modelo do homem fáustico, que nos leva para uma vivência estúpida.

3 - O atual estado de coisas nos revela que a procura pelo sentido da vida, pelo resguardo e defesa da sustentabilidade na área da Ecologia, são faces da mesma moeda. Em decorrência disso ele defende a vivência de uma ética ecológica, fundamentada nos seguintes valores principais:

A) reverência pela vida,

B) responsabilidade,

C) altruísmo,

D) diversidade,

E) compaixão,

F) justiça para todos.

A reverência pela vida é correlata à responsabilidade, pois: sendo responsáveis pelo nosso existir, não nos permitiremos assumir um tipo de vida que prejudique os outros de alguma forma.

A responsabilidade pela vida nos impele à defesa da diversidade, como pré-requisito de sua condição dinâmica e salutar, que enriquece a vida de todo ser humano.

O imperativo da compaixão é revelador do desejo e eficácia de interação com inúmeras outras formas de vida por meio da empatia, que nos proporciona, cada vez mais, a compreensão e o respeito pela vida (no sentido individual e coletivo).

A inclusão do princípio: justiça para todos aos cinco valores anteriormente mencionados tem sua razão de ser, pois se não procurarmos e estabelecemos a justiça os demais valores pensados e desejados ficarão em risco de não subsistir.

A tese da ética ecológica, segundo Henryk Skolimowski, se coaduna com a de Paulo Sérgio de Sena neste livro ora focalizado, pois ele admite que a procura de novos caminhos que nos conduzam a um futuro saudável é o grande desafio da humanidade hoje: deveremos, portanto promover as bases necessárias "para a instauração do desenvolvimento sustentável centrado na pessoa, para uma sociedade que deve trazer transcendência a escuridão da fronteira" (SENA, Paulo Sérgio de, op. cit., p.93).

O espaço dialógico aberto por Paulo Sérgio de Sena almeja conseguir nova lógica avaliadora, não reduzida somente à utilização das reservas naturais, mas, notadamente, ao preço decorrente do não aproveitamento devido e do desperdício dos recursos explorados.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G.S.S. Visão ecológica e participação efetiva na transformação social in: *Boletim FBCN*, Rio de Janeiro, 1983.

BARRETO, M. P. Educação, Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: *Cadernos CEDES*, Campinas, 1993.

BUARQUE, C. *Modernidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Brasília: IBAMA, 1996.

CARVALHO, I. Movimentos Sociais e Políticos de Meio Ambiente: a Educação Ambiental onde fica? In*: Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.

DIAS, G.F. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia; 1992.

FERREIRA, J.L.S. O meio ambiente começa no meio da gente. In: SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. & BRAGA, T. (org.) *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*, São Paulo: Gaia, 1995.

LEFF, E. Sociologia y Ambiente: Sobre el Conceito de Racionalidade ambiental y las Transformaciones del conocimiento. In: VIEIRA, P.F. & MAIMON, D. (org.) *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridad*e. APED ed. / UFPA/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, 1993.

SENA, Paulo Sérgio de, *Diálogos na fronteira sócio-ambiental: ensaios*. Lorena, SP: Stiliano, 1999.

STAPP, W.B. *Global Enviaronmental Education: towards a way of thinking and acting. Environmental Consrvation*. Switzer - land, 1991, 18 (1).

SWAMINATHAN, M.S. *Ecotechnology and Rural Employment. Environmental Conservation*. Switzerland, 1993, 20 (1).

VIEZZER, M.L. & OVALLES, O. (org.). *Manual Latino-Americano de Educação Ambiental.* São Paulo: Gaia, 1995.

Luis Alberto JORGE

VASCO MARIZ. *Ensaios históricos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2005.

Pelo vasto conjunto de sua obra que já superou 50 títulos, o embaixador Vasco Mariz é figura de destaque no cenário cultural brasileiro como musicólogo, ensaísta e historiador. Dentre seus livros que se tornaram referência obrigatória sobre a nossa cultura, destacam-se *História da música no Brasil* e *A canção brasileira*, em sexta edição, e *Heitor Villa-Lobos*, com doze edições incluindo a inglesa, a francesa, a espanhola, a russa, a italiana. Esse escritor e diplomata, que nunca descansa de suas inúmeras atividades, publicou em 2000, em parceria com Lucien Provençal, *Villegagnon e a França Antártica*. Nessa obra se faz criteriosa reavaliação da tentativa de se implantar uma colônia francesa na baía de Guanabara e traça-se um excelente perfil biográfico do Vice-Almirante da Bretanha, Nicolas Durand de Villegagnon.

O mais recente livro de Vasco Mariz, *Ensaios históricos*, lançado em março de 2005, ficará, certamente, como um divisor de águas na produção múltipla desse ensaísta. São 15 estudos em que analisa diferentes fatos da história do Brasil, trazendo de alguns deles novas revelações, a demonstrar a larga experiência de um grande pesquisador, numa viagem que vai do descobrimento à época moderna.

Em "Cabral: antes e depois do achamento do Brasil", somos conduzidos pela mão segura de Vasco Mariz que, em prosa agradável, percorre a grandeza e o infortúnio da trajetória de Pedro Álvares Cabral. Tal estudo demonstra a preocupação de aliar seu faro de historiador à sua formação diplomática, pois um dos mais importantes aspectos desse trabalho é demonstrar que, se Cabral tivesse junto a si, na difícil viagem que empreendeu, bons intérpretes dos idiomas africanos e asiáticos para eliminar as dificuldades de comunicação, talvez a sua missão não tivesse sofrido tantos reveses. Outro ponto relevante da pesquisa é a farta documentação que trata de temas polêmicos, como, por exemplo: a descoberta do Brasil por acaso ou intencional, abraçando Vasco Mariz a tese da intencionalidade.

Em "Américo Vespucci na Guanabara", o historiador carioca relata a chegada ao Rio de Janeiro do navegador florentino Américo

Vespúcio, lembrando que praticamente as autoridades ignoraram os 500 anos da passagem desse fato de tanta importância para a história brasileira. Já em "Os navegadores franceses do século XVI e os indígenas brasileiros", Vasco Mariz relata com muita verve as relações acontecidas no Rio de Janeiro entre franceses e índios. Destaca a habilidade desses europeus em não entrar em choque com os silvícolas, já que estavam interessados apenas em praticar o escambo, sem se intrometer com os costumes indígenas. Com isso, demonstra as dificuldades que encontravam os portugueses em implantar na terra uma civilização que se confrontava com o universo mental do selvagem.

Nesse vasto panorama sobre a descoberta e colonização do Rio de Janeiro que Vasco Mariz apresenta, inclui-se o ensaio "Os fundadores do Rio de Janeiro: Américo Vespucci, Villegagnon ou Estácio de Sá?" Em sua avaliação crítica, discute a prioridade da criação do primeiro núcleo europeu na baía de Guanabara, de onde surgiria a cidade do Rio de Janeiro. Discute ainda o real contributo de Vespúcio, Villegagnon e Estácio de Sá na efetiva ocupação do entorno da baía de Guanabara. Contudo, deve-se lembrar que a cidade do Rio de Janeiro deve sua existência unicamente aos portugueses que a fundaram e colonizaram com aquele espírito tão ressaltado por Camões em *Os lusíadas*, "onde mais mundo houvera lá chegara".

O último ensaio de Vasco Mariz, referente ao Rio de Janeiro, é "Villegagnon e a França Antártica", escrito em parceria com Lucien Provençal. Pode-se dizer que esse é um dos principais estudos já aparecidos em língua portuguesa sobre o Vice-Almirante da Bretanha. A principal qualidade do trabalho é o resgate histórico dessa figura controversa nomeado "Vice-rei do Brasil". Aqui se defende que Villegagnon permaneceu católico ferrenho e inimigo dos calvinistas até o final de sua vida, embora uma corrente de estudiosos o tenham como figura de posição religiosa dúbia, numa época em que os embates em questões de fé atingiam o seu paroxismo na França, culminando com o barbarismo da terrível "Noite de São Bartolomeu", de 1572, que lembra a intolerância religiosa que se abateu sobre o nosso tempo.

Nos *Ensaios históricos* encontram-se dois importantes estudos sobre polêmicos personagens do século XVII: Calabar e Vieira. Em "Calabar: traidor ou patriota?", Vasco Mariz retoma a velha questão sobre o papel desempenhado pela famosa figura das guerras holandesas. Ao

discutir, inicialmente, o sentido de "sentimento nacional", de acordo com a época, o historiador mostra como houve muita confusão a respeito do pretenso patriotismo de Calabar frente a uma guerra européia travada numa colônia sul-americana. A partir daí, apoiado em segura bibliografia, refaz os principais traços do homem diante da família e do poder. E justifica a opção que fez o alagoano de Porto Calvo em migrar para o lado holandês, por encontrar entre os batavos melhores condições sociais e econômicas para a sua família. Após a leitura desse estudo, é possível concordar com Vasco Mariz que Calabar poderá ser acusado ante a história de, no máximo, desertar do domínio luso-espanhol, pois o Brasil naquele momento era duplamente colônia e só depois da Restauração voltaria a ser apenas colônia portuguesa.

Em "O padre Antônio Vieira, o diplomata", o historiador Vasco Mariz aborda uma das atividades, entre as múltiplas, exercidas pelo "Imperador da Língua Portuguesa", no dizer de Fernando Pessoa. Falar de Vieira é sempre complexo, pois se trata da principal figura do mundo luso-brasileiro no século XVII. E esse estudo se valoriza por ser escrito por um diplomata que analisa a atividade diplomática de um intelectual de grande expressão que a exercia sem ser a sua principal atividade. Os reparos que Vasco Mariz faz a Vieira, por sua proposta de entregar Pernambuco aos holandeses, tornam-se matéria polêmica, visto que, como o caso de Calabar, o conceito de pátria e nacionalismo ainda era no Ocidente uma franja recente no século XVII. Vieira, sem ser propriamente patriota, olhava o presente e o futuro com uma grandeza que faltava aos seus contemporâneos. Basta lembrar a sua intransigente defesa dos cristãos-novos ante a estupidez da inquisição portuguesa, para perdoarmos, se houver, os pecados políticos que cometeu.

Sem dúvida, o leitor tem muito a ganhar com esses *Ensaios históricos* de Vasco Mariz. Redigidos em linguagem extremamente agradável, desvenda complexos problemas da nossa história, conforme já se pôde observar nos estudos aqui apreciados. Além disso, traz a análise de outros eventos da realidade brasileira, que devem ser conhecidos para melhor se compreender muitos fatos históricos que passaram despercebidos.

Paulo Roberto Pereira*

*Paulo Roberto Pereira. Doutor em Letras pela UFRJ. Professor de Literatura Brasileira na UFF. Ensaísta e crítico literário. Publicou, entre outros, *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*; *Brasiliana da Biblioteca Nacional*; e a edição da *Carta de Caminha*.

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referências bibliográficas indicam-se as datas em que foram publicadas.

438. EVOCANDO UM COMPOSITOR "GRACIEUX"

Creio que todas as palavras que possam traduzir o "gracieux" dos franceses – gracioso, agradável, aprazível, bondoso, delicado, afetuoso, cortês – calham magnificamente para o compositor Joseph Mouret, nascido aos 16 de abril de 1682 em Avignon e esta sua origem meridional certamente explica muito do seu temperamento e do seu caráter.

Chegando a Paris quando já estava nos seus 25 anos, despertou logo o interesse de certos grupos da Corte, especialmente da Duquesa de Maine, que dele fez uma espécie de músico particular encarregado de suas famosas "Nuits des Sceaux", bem expressiva do bom gosto e do requinte do "Ancien Régime". Escolhido "músico do rei" em 1720 faleceu internado num hospital de Charenton, em 1738, após ter perdido os lugares que lhe garantiram o título de "Musique des Grâces" ou "Gracieux Mouret".

Como bom músico vinculado à Corte, escreveu muitas obras especialmente para as festividades reais: banquetes, caçadas, partidas, bailes, enfim tudo quanto animava aquele mundo artificial que já se encaminhava, como num plano inclinado, para a grande crise que implicou em sua própria destruição mais para o fim do século XVIII.

Sua maior obra – "Les Fêtes de Thalie" – enquadra-se no que se denominava "ópera baile", na qual a ação era toda entremeada de danças, algumas até de origem popular. Outras obras neste gênero enriquecem sua produção – "Le mariage de Ragonde et Colin", "Les amours des Doeux" e "Le triomphe de Sens" – com a qual praticamente encerrou sua carreira, pois pouco depois, uma enfermidade levou-o ao hospital onde veio a falecer.

Deixou, ainda, numerosos motetes e divertimentos e as célebres "Fanfarras para os banquetes reais", muito apreciadas na Corte francesa, tanto que sugeriu obras similares a outros músicos, a começar pelo italiano Giovanni Batista Lulli que, transferindo-se para a França, tão bem se enquadrou no espírito da Corte francesa, que acabou afrancesando o nome para Jean Baptiste Lully. A obra que nos deixou é simplesmente "gracieuse"...

Não sei se suas óperas ainda são representadas na França. Mas, posso informar que delas foram extraídas "suítes", que figuram como peças de concerto, algumas delas gravadas para a posteridade, o que nos permite hoje o seu conhecimento.

Até no Brasil uma obra de sua autoria chegou a ser gravada num disco significativamente intitulado "Músicas reais para Notre Dame". Mas, isto já há muito tempo e certamente há de estar esgotado.

439. O LIVRO DO ENGENHEIRO DODT

Natural da Alemanha, mas brasileiro por naturalização, doutor em Filosofia pela Universidade de Iena, Gustavo Luís Guilherme Dodt (1831-1903) veio para o Brasil contratado pelo Barão de Capanema para o antigo Ministério da Agricultura e Obras Públicas.

Passou a maior parte de sua vida na pátria que o adotou, vivendo em Juiz de Fora (MG), em Natal (RN), em São Luiz do Maranhão (MA), em Fortaleza (CE) e finalmente Blumenau (SC), onde faleceu aposentado como engenheiro da Repartição Geral dos Telégrafos.

Um neto seu, nascido no Ceará em 1888, veio a ser o conhecido escritor Gustavo Dodt Barroso, (literariamente citado apenas Gustavo Barroso), que pertenceu à Academia Brasileira de Letras deixando numerosas obras sobre temas de folclore, história, doutrina política, heráldica, além de contos e romances, tendo tido, ainda, destacada atuação na antiga Ação Integralista Brasileira fundada por Plínio Salgado.

O engenheiro Dodt, além de numerosos trabalhos técnicos que realizou no exercício de sua profissão, demonstrou também grande interesse pelos problemas de economia, geografia, e assuntos culturais em geral. Deste, seu espírito curioso e observador é prova o livro "Descrição dos

Rios Parnaíba e gurupi", publicado originalmente no Maranhão e 1873. Livro, aliás, bastante prejudicado pelo título, dando a entender aos leitores menos avisados tratar-se de obra técnica, versando problemas de hidrografia quando, no entanto, constitui notável subsídio para a geografia, a etnografia e o folclore da região na época pouco conhecida.

Quase setenta anos ficou o livro do engenheiro Dodt, sem que dele se fizesse nova edição, o que só ocorreu em 1939, quando seu neto o publicou de novo na preciosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional (volume 138).

Ao texto desta nova edição Gustavo Barroso acrescentou uma nota biográfica com fotografia do autor e ainda a citação do que Sacramento Blake escreveu sobre ele em seu precioso "Dicionário Bibliográfico". E mais para o fim do século Editora Itatiaia de Belo Horizonte (MG), incluiu-o em sua preciosa coleção "Reconquista do Brasil" (volume 38), que reproduz integralmente a edição da "Brasiliana" de 1939.

440. BANDEIRAS E MONÇÕES

Por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo (1954), a Livraria Martins Editora, com o patrocínio da comissão organizadora das comemorações da significativa efeméride, publicou sob a direção de Afonso de Taunay a "Biblioteca Histórica Paulista", nos moldes da "Biblioteca Histórica Brasileira", publicada alguns anos antes pela mesma editora, sob a direção de Rubens Borba de Moraes.

A nova coleção compreendia dez títulos valiosos da bibliografia histórica paulista, entre eles alguns clássicos, como as obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques, os "Apontamentos Históricos", de Azevedo Marques e alguns relatos de viajantes que percorreram a província no século XIX, como Saint-Hilaire, Tschudi, Zaluar, D'Alincourt.

Integrando a "Biblioteca", promoveu Taunay a publicação de dois volumes de textos relativos ao bandeirismo, aos quais intitulou "Relatos Sertanistas" e "Relatos Monçoeiros". Nem todos os textos eram inéditos, mas era como se o fossem, pois haviam sido estampados em publicações antigas e de difícil acesso.

Em "Relatos Sertanistas", reuniu Taunay os documentos constantes da Coleção Feliz Pacheco, da Biblioteca Municipal de São

Paulo e mais alguns documentos importantes sobre penetrações pelo sertão, ente eles o roteiro de Silva Braga relativo ao descobrimento de Goiás, bem como outros sobre Mato Grosso.

O volume sobre as Monções vinha precedido de excelente ensaio de quase cem páginas sobre o movimento monçoeiro e continha, entre outros documentos valiosos, o "Diário da Navegação" de Teotônio Juzarte, que já havia sido divulgado pelo próprio Taunay em mais de uma ocasião, a "carta de um passageiro da monção e a relação da viagem do Conde de Azambuja de São Paulo a Cuiabá".

Os volumes da "Biblioteca Histórica Paulista", dado o caráter de publicação semi-oficial, desapareceram logo das livrarias, pois a maior parte das edições fora distribuída pela Comissão do Quarto Centenário. O mesmo ocorreu com uma reedição feita em 1972, comemorativa do sesquicentenário da Independência, fora de comércio e apenas distribuída a entidades culturais.

Coube à Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, trazer de novo ao mercado, em edições fac-similares, os preciosos livros da "Biblioteca Histórica Paulista" e entre eles os dois textuários relativos ao bandeirismo e às monções que integravam a coleção "Reconquista do Brasil", com os números 33 e 34.

441. UM HISTORIADOR CATARINENSE

Pretendemos nesta breve nota focalizar o historiador catarinense Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966), que legou excelente folha de serviços não apenas à Armada, mas às letras históricas, sobretudo no que se refere ao seu Estado natal.

Data de 1912 sua primeira produção nas letras históricas, as "Notas para a história catarinense", e desde então e praticamente até o fim de sua vida, jamais abandonou as pesquisas históricas, que abrangem, especificamente, duas áreas: a história catarinense e a história naval brasileira.

Em ambas produziu trabalhos de grande valor, indispensável mesmo nas respectivas bibliografias. Deixou cerca de vinte livros e inúmeros textos publicados em revistas e jornais, notadamente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Em sua numerosa produção encontramos títulos significativos, tais como "A Marinha de Guerra Brasileira nos Reinados de Dom João VI e Dom Pedro I", "A Esquadra na Luta da Independência", "A Marinha Nacional na Campanha da Cisplatina", "Paulistas em Santa Catarina Seiscentista", "Primeira Página da Colonização Italiana em Santa Catarina", "Poranduba Catarinense" e "Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai", este último aparecido postumamente em 1972.

Quando, na década de 20 do século passado, a Companhia Melhoramentos de São Paulo programou a edição de uma série de manuais didáticos referentes a diversas unidades da Federação, foi Lucas Boiteux escolhido para elaborar o volume sobre Santa Catarina, um dos mais bem feitos dessa valiosa iniciativa editorial que, infelizmente, não teve prosseguimento, pois apenas dez dos volumes programados foram publicados.

E dada a difusão, na época, desses livros, pode-se avaliar o que representou o trabalho do autor catarinense para a difusão da história de seu torrão natal.

Infelizmente a iniciativa da editora paulistana não teve prosseguimento, pois apenas dez volumes foram publicados, referentes aos Estados do Pará, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o antigo Distrito Federal.

Não tive o privilégio de conhecer pessoalmente o historiador catarinense, mas utilizei (e muito) seu conhecimento histórico quando, em 1977, publiquei meu pequeno livro "Páginas Catarinenses", número especial da revista "Notícia Bibliográfica e História", edição da Universidade Católica de Campinas.

REVISTA NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Instruções aos autores

A revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E **HISTÓRICA** é uma publicação da *Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas* - que, desde 1969, quando foi lançado seu primeiro número, vem circulando com periodicidade trimestral. A revista propõe a publicação de artigos inéditos de História e disciplinas afins, resenhas de livros (que tenham sido publicados nos últimos dois anos, no Brasil e, nos últimos quatro anos, no exterior), fontes primárias e secundárias com comentários, entrevistas e resultados parciais de pesquisas. Os trabalhos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e/ou à avaliação de dois consultores.

Informações gerais

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em duas vias impressas e em versão eletrônica (CD-rom, disquete ou e-mail) constando o nome do autor, instituição, endereço para correspondência e e-mail para contatos.

As colaborações poderão ser redigidas em português ou espanhol.

Deverão estar acompanhadas de um *resumo/abstract e título* em português e em inglês, de até 200 palavras, e de *palavras-chave/key words,* em mínimo de três e máximo de cinco, também em português e inglês.

As *ilustrações* ou *gráficos* deverão ser encaminhados em arquivo separado para sua reprodução.

Todos os trabalhos deverão ser digitados em MS Word versão 6.0 ou superior, fonte 12, tipo Times New Roman e espaço 1,5.

Os *artigos originais* poderão ter uma extensão mínima de 10 laudas e máxima de 25, incluindo as ilustrações, gráficos e referências bibliográficas; as *resenhas,* de até 5 laudas, as *entrevistas,* até 15 laudas e as fontes primárias e secundárias até três laudas.

Apresentação dos trabalhos originais

A *primeira página* dos trabalhos deverá conter os seguintes dados: Título do trabalho; Autor(es) (sobrenome em letras maiúsculas e nomes por extenso); instituição à qual pertence o autor. Indicar em nota de rodapé: referência institucional do(s) Autor(es), Departamento, Faculdade, Instituto, Centro e Universidade; País; agência financiadora, quando houver financiamento. *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (até 5 palavras); Título em inglês, *Abstracte Key Words;*

Texto

O texto dos artigos deverá obedecer à formalidade dos trabalhos científicos e às Normas NBR 6023 da ABNT.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas (contêm apenas os trabalhos utilizados e citados no texto). Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir as NBR 6023 da ABNT.

Livros

CHESNAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?*

Sobre a história e os historiadores.Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Capítulos de livros

DEVOTO, Femando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.36-52.

Dissertações e Teses

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860/1913.* 1976. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

Artigos de periódicos

MATOS, Odilon Nogueira de. Luis da Câmara Cascudo, historiador e folclorista, no seu centenário. *Notícia Bibliográfica e Histórica,* Ano XXI, No. 172, p.3-10, jan.-mar. 1999.

Citações bibliográficas no texto

Estas deverão estar indicadas em ordem numérica, figurando como nota de rodapé e também nas referências bibliográficas ao final do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação (SILVA, 1974). Quando o nome do autor é citado no texto indica-se a data entre parênteses: "Cardoso (1999) assinala .. ." e se for necessário indicar a(s) página(s), esta(s) deverão seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. Exemplo: (IANNI, 1975, p.51). Quando se tratar de citações de diversas obras do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (ANDRADE, 1963a) (ANDRADE, 1963b). Se a obra tiver dois autores, ambos são indicados, por meio de & (NORMANO & LEITE, 1955) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (BARAN et al., 1966).

Notas

Devem ser reduzidas ao mínimo necessário e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas e Quadros

Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos encabeçadas pelo título.

Figuras

Gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis e deverão ser reduzidas na medida: **11,5** x 18 cm. Devem-se indicar, a lápis no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legendas das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e indicados pelo termo Figura.

Endereço para envio das colaborações:

Conselho Editorial da revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, Faculdade de História - CCH - PUC-Campinas; Prédio Administrativo **I,** Campus I - Rod. Dom Pedro **I,** Km 136 - Parque das Universidades - CEP 13086-900- Campinas - SP.

Tel. (19)3756-7238 - *E-mail:* historia@puc-campinas.edu.br

CENTROS UNIVERSITÁRIOS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Faculdade de Análise de Sistemas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Engenharia Ambiental
Faculdade de Engenharia Civil
Faculdade de Engenharia de Computação
Faculdade de Engenharia Elétrica
Faculdade de Geografia
Faculdade de Matemática
Faculdade de Química

CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA

Faculdade de Ciências Biológicas
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Enfermagem
Faculdade de Fisioterapia
Faculdade de Fonoaudiologia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Psicologia
Faculdade de Terapia Ocupacional

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Faculdade de Administração
Faculdade de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Econômicas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Faculdade de Biblioteconomia
Faculdade de Educação
Faculdade de Educação Física
Faculdade de Serviço Social

CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E DA COMUNICAÇÃO

Faculdade de Artes Visuais
Faculdade de Jornalismo
Faculdade de Letras
Faculdade de Publicidade e Propaganda
Faculdade de Relações Públicas
Faculdade de Turismo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas
Faculdade de Ciências Sociais
Faculdade de Direito
Faculdade de Filosofia
Faculdade de História

Editoração: TOQUE FINAL - Editoração Eletrônica
R. Mário Mazzottini, 411 - Jd. Estoril - Campinas - SP - Tel. (19) 3276-0298
E-mail: n.marcola@terra.com.br

Impressão: Gráfica Flamboyant Ltda.
R. Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - SP - Tel. Fax (19) 3252-6835
E-mail: flamboyant@dglnet.com.br